



# DIAGNÓSTICO DA POPULAÇÃO IMIGRANTE E ACOMPANHAMENTO DA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

Consulta Prévia 2021CBS0022DPEEI

**RELATÓRIO FINAL**

DEZEMBRO 2021

## ÍNDICE

<b>Apresentação.....</b>	<b>7</b>
<b>Parte I – Enquadramento .....</b>	<b>8</b>
1. <b>Contexto recente da imigração em Portugal .....</b>	<b>8</b>
2. <b>A política local de integração de migrantes em Vila Nova de Famalicão .....</b>	<b>9</b>
3. <b>Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Vila Nova de Famalicão – contexto e objetivos11</b>	
4. <b>Roteiro metodológico .....</b>	<b>13</b>
<b>Parte II – Diagnóstico Local.....</b>	<b>16</b>
5. <b>Dinâmicas e retrato do fenómeno migratório em Vila Nova de Famalicão .....</b>	<b>16</b>
6. <b>Diagnóstico temático .....</b>	<b>22</b>
6.1. <b>Serviços de acolhimento e integração.....</b>	<b>22</b>
6.2. <b>Urbanismo e habitação .....</b>	<b>25</b>
6.3. <b>Mercado de trabalho e empreendedorismo.....</b>	<b>28</b>
6.4. <b>Educação e língua.....</b>	<b>43</b>
6.5. <b>Capacitação e formação .....</b>	<b>54</b>
6.6. <b>Cultura.....</b>	<b>57</b>
6.7. <b>Saúde.....</b>	<b>58</b>
6.8. <b>Solidariedade e resposta social.....</b>	<b>64</b>
6.9. <b>Cidadania e participação cívica.....</b>	<b>66</b>
6.10. <b>Media e sensibilização da opinião pública .....</b>	<b>69</b>
6.11. <b>Racismo e discriminação .....</b>	<b>70</b>
6.12. <b>Relações internacionais .....</b>	<b>72</b>

6.13.	Religião .....	73
6.14.	Igualdade de género .....	74
<b>7.</b>	<b>Síntese do diagnóstico local .....</b>	<b>76</b>
<b>Parte III – Plano Municipal para a Integração de Migrantes.....</b>		<b>81</b>
<b>8.</b>	<b>Dimensão Estratégica do PMIM .....</b>	<b>81</b>
8.1.	Objetivos estratégicos .....	81
8.2.	Indicadores estratégicos .....	82
<b>9.</b>	<b>Dimensão Operacional do PMIM.....</b>	<b>83</b>
9.1.	Objetivos operacionais .....	83
9.2.	Medidas do PMIM .....	85
9.3.	Síntese global das medidas: Indicadores e metas, cronograma e responsabilidades .....	94
<b>10.</b>	<b>Modelo de Governação do Plano.....</b>	<b>102</b>
<b>11.</b>	<b>Modelo de Monitorização e Avaliação do Plano .....</b>	<b>104</b>
<b>ANEXOS .....</b>		<b>108</b>
Anexo 1 – Guião de entrevista global .....		109
Anexo 2 – Guião do inquérito por questionário <i>online</i> dirigido a técnicos de instituições, públicas e privadas, do concelho de Vila Nova de Famalicão .....		113
Anexo 3 – Listagem das entidades auscultadas no âmbito da elaboração do PMIM VNF .....		125
Anexo 4 – Documentação consultada .....		129

## ÍNDICE DE FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS

Figura 1 - Política local de integração de migrantes – Articulação setorial .....	10
Figura 2 - Principais fontes de informação .....	14
Figura 3 - Dimensões do PMIM .....	15
Figura 4 - Pessoas singulares estrangeiras com registo de remunerações declaradas, residentes no concelho de Vila Nova de Famalicão, por secção da CAE, 2021 .....	30
Figura 5 - Trabalhadores estrangeiros de acordo com a comunicação à ACT pelas entidades empregadoras no concelho de Vila Nova de Famalicão, por secção da CAE .....	33
Figura 6 - Estrangeiros desempregados no concelho de Vila Nova de Famalicão, por nacionalidade, em setembro de 2021 .....	42
Figura 7 - Eixos de Intervenção do PMIM VNF .....	81
Figura 8 - Modelo de Governação do PMIM VNF .....	103
Figura 9 - Modelo de Monitorização e Avaliação do PMIM VNF .....	104
Figura 10 - Principais momentos e calendário da monitorização e avaliação do PMIM VNF .....	107
Gráfico 1 - Proporção da população estrangeira com estatuto legal de residente no total da população .....	16
Gráfico 2 - População estrangeira com estatuto legal de residente nos concelhos das NUTSIII Cávado e Ave .....	17
Gráfico 3 - Evolução da população estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Vila Nova de Famalicão .....	18
Gráfico 4 - População estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Vila Nova de Famalicão, por nacionalidade .....	19
Gráfico 5 - População estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Vila Nova de Famalicão, por nacionalidade e sexo (%) .....	20
Gráfico 6 - Atendimentos efetuados no CLAIM de Vila Nova de Famalicão, 2009 a 2021 .....	23
Gráfico 7 - Principais dificuldades/obstáculos específicos com que a população imigrante residente no concelho se confronta no acesso à habitação, segundo os inquiridos .....	28
Gráfico 8 - Pessoas singulares residentes no concelho de Vila Nova de Famalicão com qualificação de trabalho .....	29
Gráfico 9 - Proporção de estrangeiros entre as pessoas singulares residentes no concelho de Vila Nova de Famalicão com qualificação de trabalho .....	29
Gráfico 10 - Evolução da proporção de pessoas singulares estrangeiras com registo de remunerações declaradas, residentes no concelho de Vila Nova de Famalicão por Seção CAE .....	31
Gráfico 11 - Trabalhadores estrangeiros de acordo com a comunicação à ACT pelas entidades empregadoras no concelho de Vila Nova de Famalicão, por nacionalidade .....	32

Gráfico 12 - Trabalhadores estrangeiros de acordo com a comunicação à ACT pelas entidades empregadoras no concelho de Vila Nova de Famalicão, por secções agregadas da CAE e nacionalidade.....	34
Gráfico 13 - Pessoas singulares estrangeiras com registo de remunerações declaradas, residentes no concelho de Vila Nova de Famalicão, qualificadas como trabalhadores independentes e do serviço doméstico.....	34
Gráfico 14 - Estrangeiros beneficiários de subsídio de desemprego residentes no concelho de Vila Nova de Famalicão .....	38
Gráfico 15 - Pedidos de emprego por parte de cidadãos estrangeiros no concelho de Vila Nova de Famalicão.....	38
Gráfico 16 - Pedidos de emprego por parte de cidadãos estrangeiros no concelho de Vila Nova de Famalicão, por categoria.....	39
Gráfico 17 - Pedidos de emprego por parte de cidadãos estrangeiros no concelho de Vila Nova de Famalicão.....	40
Gráfico 18 - Estrangeiros desempregados no concelho de Vila Nova de Famalicão.....	40
Gráfico 19 - Estrangeiros desempregados no concelho de Vila Nova de Famalicão, por grupos etários, em setembro de 2021 (%).....	41
Gráfico 20 - Estrangeiros desempregados no concelho de Vila Nova de Famalicão, por nível de escolaridade, em setembro de 2021 (%).....	41
Gráfico 21 - Alunos inscritos nos cursos de Português Língua de Acolhimento, entre 2016/2017 e 2021/2022 .....	45
Gráfico 22 - Alunos inscritos nos cursos de Português Língua de Acolhimento, entre 2016/2017 e 2021/2022, por nacionalidade .....	46
Gráfico 23 - Evolução dos alunos inscritos nos cursos de Português Língua de Acolhimento, entre 2016/2017 e 2021/2022, por nacionalidade .....	46
Gráfico 24 - Evolução dos alunos inscritos nos cursos de Português Língua de Acolhimento, entre 2016/2017 e 2021/2022, por nacionalidade .....	47
Gráfico 25 - Evolução dos alunos inscritos nos cursos de Português Língua de Acolhimento, entre 2016/2017 e 2021/2022, por situação profissional.....	47
Gráfico 26 - Evolução dos alunos inscritos nos cursos de Português Língua de Acolhimento, entre 2016/2017 e 2021/2022, por género .....	48
Gráfico 27 - Alunos inscritos nos cursos de Português Língua de Acolhimento, no ano letivo 2021/2022, por grupos etários.....	49
Gráfico 28 - Evolução dos alunos estrangeiros (nº) e da sua proporção no total de alunos (%) nos agrupamentos de escolas de Vila Nova de Famalicão.....	50
Gráfico 29 - Evolução da proporção de alunos estrangeiros no total de alunos nos agrupamentos de escolas de Vila Nova de Famalicão .....	51
Gráfico 30 - Alunos estrangeiros nos agrupamentos de escolas de Vila Nova de Famalicão, por ciclos (ano letivo 2020/2021).....	51
Gráfico 31 - Problemas de inserção de filhos de imigrantes nas escolas do concelho de Vila Nova de Famalicão, segundo os inquiridos.....	53

Gráfico 32 - Evolução dos alunos estrangeiros (nº) e da sua proporção no total de alunos (%) nas escolas profissionais de Vila Nova de Famalicão.....	56
Gráfico 33 - Evolução dos utentes estrangeiros (nº) e da sua proporção no total de utentes (%) nos Centros de Saúde de Vila Nova de Famalicão.....	59
Gráfico 34 - Evolução da estrutura etária dos utentes estrangeiros dos Centros de Saúde de Vila Nova de Famalicão .....	59
Gráfico 35 - Evolução dos utentes estrangeiros nos centros de saúde de Vila Nova de Famalicão, por países de origem.....	61
Gráfico 36 - Evolução dos utentes estrangeiros na Unidade Hospitalar de Famalicão, por tipologia de atendimento.....	61
Gráfico 37 - Avaliação dos inquiridos sobre o acesso à saúde por parte dos migrantes no concelho de Vila Nova de Famalicão.....	62
Gráfico 38 - Problemas específicos dos imigrantes residentes no concelho de Vila Nova de Famalicão identificados pelos inquiridos .....	66
Gráfico 39 - Perceção dos inquiridos sobre o conhecimento e informação de que os migrantes dispõem para uma eventual participação cívica e atividade política e associativa.....	67
Quadro 1 - Apoios concedidos no âmbito do Programa Casa Feliz – Apoio à Renda .....	26
Quadro 2 - Domínios de atividade com maiores insuficiências em termos de tradução em línguas estrangeiras, segundo os inquiridos.....	44
Quadro 3 - Matriz de análise SWOT .....	76
Quadro 4 - Eixos e objetivos estratégicos do PMIM VNF e respetivos indicadores estratégicos.....	82
Quadro 5 - Medidas do PMIM VNF e respetivas metas e indicadores .....	95
Quadro 6 - Medidas do PMIM VNF e respetivo cronograma.....	100
Quadro 7 - Medidas do PMIM VNF e responsabilidades na execução .....	101
Quadro 8 - Critérios e questões de avaliação do PMIM VNF .....	106

## EQUIPA TÉCNICA

Técnicos	Formação	Funções
Elisa Pérez Babo (Administradora)	Licenciatura em Economia. Mestrado em Planeamento do Território - Inovação e Políticas de Desenvolvimento,	Coordenação global
Pedro Quintela (Consultor)	Licenciatura em Sociologia Mestrado em Sociologia – Cidades e Culturas Urbanas Doutorando em Sociologia	Coordenação executiva
Mariana Rodrigues (Consultora)	Licenciatura em Gestão Pós-Graduação em Marketing	Diagnóstico Local Sistema de monitorização e avaliação do Plano. Monitorização e acompanhamento do Plano
Carlos Fontes (Técnico)	Frequência Curso de Gestão de Empresa	Gestão de questionários e inquéritos
Andreia Magalhães (Consultora externa)	Licenciatura em Geografia Mestrado em Planeamento Regional e Urbano	Diagnóstico Local Plano Municipal de integração de Migrantes

## APRESENTAÇÃO

O presente documento concretiza e sintetiza, sob a forma de Relatório Final, o conjunto de trabalhos realizados pela equipa técnica da Quaternaire Portugal no âmbito do contrato de prestação de serviços oportunamente contratualizado com o Município de Vila Nova de Famalicão para a elaboração do diagnóstico da população migrante e acompanhamento técnico à elaboração do Plano Municipal de Integração de Migrantes de Vila Nova de Famalicão (PMIM VNF), após realização e seleção através de concurso por Consulta Prévia 2021CBS0022DPEEI, em julho de 2021.

Conforme se explicita adiante, em termos de metodologia geral de trabalho, o PMIM VNF foi realizado em estreita articulação e diálogo entre a equipa técnica externa e a equipa técnica do Município, contando com um conjunto muito alargado e diversificado de contributos resultantes da participação de entidades externas do concelho de Vila Nova de Famalicão e do distrito de Braga. Apesar de todas as adaptações que foi necessário fazer, em virtude do contexto pandémico em que ainda nos encontramos, foi objetivo assegurar o cumprimento de um pressuposto muito importante para o desenvolvimento deste Plano: garantir uma participação pública tão alargada e diversificada quanto possível, assente numa lógica *bottom-up*, de acordo, de resto, com as próprias orientações técnicas e metodológicas propostas no *Guia para a Conceção de Planos Municipais para a Integração de Imigrantes* (ACM, 2015). Apesar das dinâmicas interessantes de participação e envolvimento na elaboração deste diagnóstico e estratégia de intervenção, é forçoso reconhecer, em todo o caso, que o contexto pandémico gerou inevitavelmente um conjunto de dificuldades e limitações a uma participação mais alargada. Considera-se, contudo, que este constitui, sem dúvida, um processo dinâmico e evolutivo que, de algum modo, apenas agora está a começar e que o Município pretende que venha a consolidar-se e desenvolver-se ao longo do próximo ano de implementação do Plano, desejavelmente envolvendo (ainda mais) *stakeholders* locais e, especialmente, as comunidades migrantes residentes no concelho. A nova orgânica do Município de Vila Nova de Famalicão, pela atenção que concede à temática específica da Interculturalidade e Integração, vai certamente ser potenciadora de um contexto favorável a uma bem-sucedida implementação do PMIM.

Este Relatório Final encontra-se estruturado do seguinte modo:

- Na Parte I apresentam-se, de forma necessariamente breve e sintética, alguns elementos de enquadramento do fenómeno migratório, no contexto nacional e local, bem como das principais medidas e instrumentos de política, nacional e sobretudo local, que se dirigem ao acolhimento e integração plena de cidadãos migrantes na sociedade portuguesa. Traçam-se ainda breves apontamentos do contexto em que surge o PMIM VNF e o roteiro metodológico que orientou a sua construção.
- Na Parte II a análise centra-se então na elaboração do Diagnóstico Local, procurando descrever as dinâmicas que caracterizam o fenómeno migratório em Vila Nova de Famalicão e desenvolver uma análise temática que está organizada de acordo com as áreas que estruturam o Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (IMAD). Neste ponto, procura-se identificar igualmente os recursos disponíveis em cada uma das áreas temáticas, incluindo respostas, iniciativas e serviços existentes ao nível local. Concluiu-se com a apresentação de uma matriz síntese que identifica as principais forças e debilidades do concelho, tanto numa perspetiva interna, como numa perspetiva externa.
- Por fim, concretiza-se na Parte III a proposta de Plano Municipal para a Integração de Migrantes, apresentando os seus objetivos e indicadores, estratégicos e operacionais, bem como o conjunto de Medidas que integram o Plano. É igualmente apresentado o Modelo de Governação do Plano, assim como o respetivo Modelo de Monitorização e Avaliação do PMIM.

## PARTE I – ENQUADRAMENTO

### 1. CONTEXTO RECENTE DA IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL

Os últimos anos têm sido marcados por um incremento dos fluxos migratórios com destino a Portugal, que se traduz numa crescente representatividade dos cidadãos estrangeiros<sup>1</sup> entre os residentes. Em 2020, o número de cidadãos estrangeiros com estatuto legal de residente em Portugal ultrapassou os 662 mil (o valor mais alto registado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) desde a sua criação, em 1976), correspondendo a 6,4% do total de residentes no território nacional. Este valor resulta de um acréscimo da população estrangeira (pelo quinto ano consecutivo) de cerca de 12% face a 2019.

O aumento do número de estrangeiros (e da sua proporção entre os residentes) é acompanhado por uma diversificação dos fluxos migratórios, em relação a vários domínios, como sejam:

- As origens, com um reforço claro da entrada de cidadãos nacionais do Brasil e de países asiáticos;
- Os territórios de fixação, dado que, se até recentemente se registava uma forte concentração dos imigrantes em territórios urbanos, sobretudo na Área Metropolitana de Lisboa e no Algarve, nos últimos anos temos assistido a uma dispersão dos fluxos para outras áreas, seja de perfil urbano ou rural, incluindo de baixa densidade;
- As qualificações e competências profissionais, constatando-se uma tendência para a presença de pessoas com qualificações e competências mais elevadas, incluindo, nos últimos anos, tendência para aumentar o fluxo dos “nómadas digitais” em alguns territórios, os quais dispõem de qualificações elevadas;
- Os setores de atividade, sendo evidente a inserção profissional de migrantes em áreas de atividade progressivamente mais vastas, do setor agrícola e das pescas, às empresas de base tecnológica, passando pela indústria, pela construção civil, pela restauração, a par da emergência de fenómenos de empreendedorismo (particularmente associados aos migrantes de origem brasileira).

Estas dinâmicas têm-se traduzido num conjunto crescente de desafios, quer para os imigrantes que chegam, quer para as comunidades residentes e as suas instituições, enquanto sociedade de acolhimento. Mas têm também permitido a ampliação do reconhecimento das oportunidades que os migrantes aportam para a sociedade portuguesa, para além das mudanças que nela tendem a gerar.

Com efeito, com um número cada vez maior de estrangeiros, as exigências também se avolumam face à necessidade de dar resposta às questões de regularização da estadia no território nacional (e de conhecimento de todos os direitos e deveres previstos na lei portuguesa), do conhecimento da língua, da integração no mercado de trabalho, do acesso aos serviços públicos (saúde, educação, etc.), mas também da garantia de acesso a uma habitação adequada, da possibilidade de envolvimento cívico, da fruição e expressão cultural, do fomento da interculturalidade e da multiculturalidade em contextos quer urbanos e mais cosmopolitas, quer em contextos rurais de baixa densidade demográfica, entre tantos outros domínios.

---

<sup>1</sup> O termo “estrangeiro” refere-se aos cidadãos de nacionalidade não portuguesa, conforme terminologia das fontes estatísticas nacionais e outras oficiais, e é por esse motivo que se recorre a esse termo neste documento. Privilegia-se, no entanto, a utilização do termo genérico “migrante” (que, aliás, pode incluir cidadãos de nacionalidade portuguesa), que se considera mais inclusivo e, nessa medida, mais adequado ao contexto de um PMIM.

Por seu lado, a presença crescente de imigrantes, abre um conjunto de possibilidades em diversas áreas. Desde logo, ao nível do suporte que asseguram ao desenvolvimento da economia portuguesa, designadamente contribuindo para setores económicos com carências quantitativas de mão-de-obra, não satisfeitas no mercado de trabalho nacional, mas também para atividades com elevada incorporação de competências tecnológicas e científicas. Os imigrantes desempenham, ainda, um papel essencial no equilíbrio demográfico, em particular em territórios social e economicamente mais desvitalizados, seja por despovoamento, seja por envelhecimento da população. Adicionalmente, a presença de migrantes, através da valorização da interculturalidade e da diversidade (social, cultural, linguística, religiosa, etc.), pode contribuir para o desenvolvimento e a coesão social dos territórios.

São também estes alguns dos desafios e oportunidades que se abrem a Vila Nova de Famalicão e que importa ter presentes na definição de uma política local de bom acolhimento e integração em matéria de imigração.

## 2. A POLÍTICA LOCAL DE INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES EM VILA NOVA DE FAMALICÃO

Pese embora a relevância relativamente diminuta do fenómeno migratório em Vila Nova de Famalicão, anteriormente mencionada, o Município tem vindo a desenvolver, desde há vários anos, algumas iniciativas dirigidas à população migrante e outras que visam igualmente favorecer o processo de integração das comunidades estrangeiras ao nível local. Embora muitos destes aspetos sejam objeto de uma análise mais detalhada no Diagnóstico Local (apresentada na Parte II do presente relatório), importa apresentar brevemente alguns dos principais aspetos que, desde há alguns anos, caracterizam as orientações estratégicas e operacionais de política local em matéria de acolhimento e integração de migrantes no concelho de Vila Nova de Famalicão.

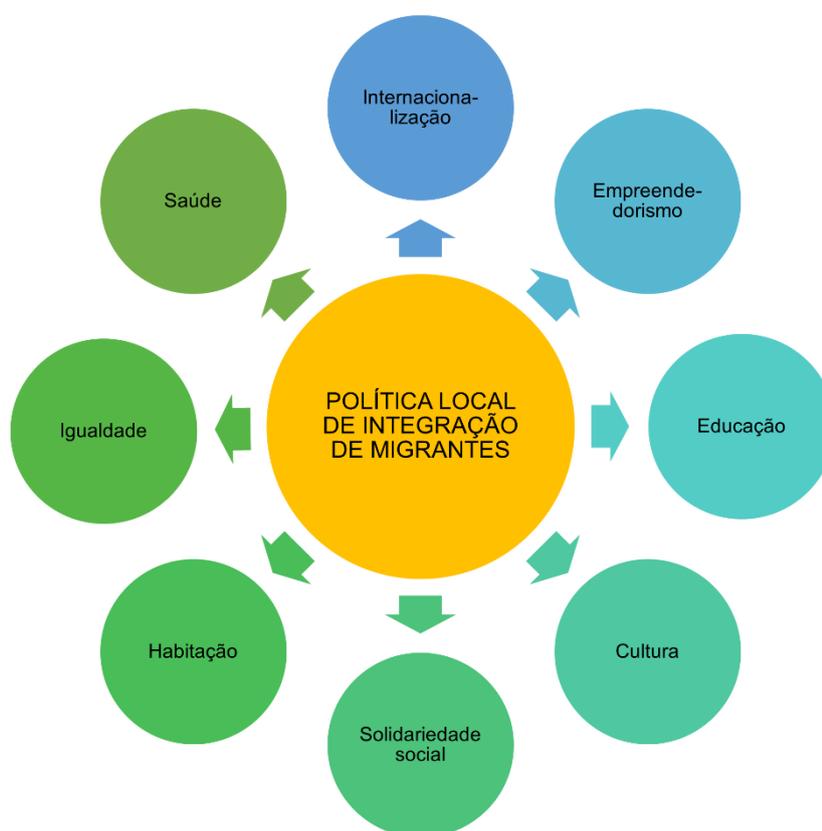
Sobre a abordagem global do Município às questões das dinâmicas migratórias, convém referir que, até setembro de 2021, estas se integravam na estratégia de internacionalização do concelho, no âmbito da qual se considerava a população migrante como um elemento coadjuvante. Este posicionamento da Autarquia enquadrava-se na *Estratégia Urbana de Internacionalização - Famalicão Alliance* que propunha uma estratégia de potenciação das vantagens associadas à presença de cidadãos estrangeiros na estrutura económica e social local, ao mesmo tempo procurando por esta via evitar o surgimento de dificuldades e conflitos (presentes, sobretudo, em contextos com forte presença de migrantes e menos atenção política ao tema). Com efeito, o documento estratégico *Diplomacia Urbana para a Internacionalização de Vila Nova de Famalicão. Diagnóstico, Estratégia e Plano de Ação 2017-2018*, estabelece como uma das prioridades o acolhimento, integração e acompanhamento de estrangeiros no concelho (incluindo, para além dos migrantes, visitantes, investidores, estudantes, etc.). Trata-se de uma orientação que decorre e aprofunda, de resto, algumas das propostas já preconizadas no documento *Plano Estratégico 2014-2025* (publicado em 2015), no qual se apresentam algumas propostas de ação com vista ao reforço da diplomacia económica do concelho, incluindo a atração de novos “talentos”, e também ao desenvolvimento de programas especificamente dirigidos ao acolhimento e integração das comunidades migrantes residentes no concelho, contemplando as dimensões da língua, da cultura, da educação, do desporto e da religião. Mais recentemente, na sequência das últimas eleições autárquicas (setembro 2021), foi decidido pelo novo Executivo Municipal dedicar uma atenção específica à temática do acolhimento e integração de migrantes no concelho, tendo sido criado um novo pelouro que lhe é especificamente dedicado – o pelouro da Interculturalidade e Integração e, desta feita, deixando de estar sob alçada do pelouro da Internacionalização, como até então ocorria.

Refira-se ainda, por outro lado, que, no âmbito do diagnóstico territorial que suporta o *Plano de Desenvolvimento Social 2015-2020* (atualmente em processo de atualização), foi feita uma breve referência ao número de estrangeiros residentes no concelho (dados de 2012). No entanto, este tema não tem qualquer continuidade em termos das prioridades estratégicas ou no plano de ação. Com efeito, no âmbito da priorização das áreas de intervenção, realizada pelas dez Comissões Sociais Inter-

Freguesias (CSIF), a Imigração, uma das 18 áreas elencadas, não foi identificada, em nenhuma das Comissões, como prioritária (refira-se que as áreas mais frequentemente indicadas como prioritárias foram: Envelhecimento, Mercado trabalho e desemprego, Educação, Dependência, Crianças em risco, Violência doméstica, Proteção social, Saúde, Equipamentos sociais, Pessoas portadoras de deficiência, Sem abrigo, Associativismo e Formação profissional; Voluntariado, Reclusos e ex-reclusos e minorias étnicas, tal como a Imigração, não foram considerados temas prioritários por nenhuma das Comissões). O facto de o Plano de Desenvolvimento Social ter sido desenvolvido há quase uma década, num contexto muito diferente do atual em termos das dinâmicas de imigração no concelho, justificará esta secundarização do tema que, numa próxima versão do Plano, será certamente priorizado.

Reconhecendo a multidimensionalidade do processo de integração dos imigrantes, a abordagem a este tema, quer do ponto de vista da internacionalização, quer, mais recentemente, no pelouro da interculturalidade e integração, é feita numa articulação com outras áreas/serviços da estrutura municipal, inclusive no quadro das políticas e dos serviços de promoção da integração e coesão sociais.

**Figura 1 - Política local de integração de migrantes – Articulação setorial**



Fonte: elaboração própria

Em 2008, entrou em funcionamento o **Centro Local de Apoio à Integração dos Migrantes (CLAIM)**, no quadro de uma parceria entre o Município de Vila Nova de Famalicão e o Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (cujo protocolo seria formalizado em maio de 2009), destinado a assegurar um **atendimento integrado e de proximidade aos migrantes**. Como teremos ocasião de detalhar adiante, o CLAIM presta informação aos imigrantes tendo em vista **facilitar o acolhimento e a integração, articulando-se com os diversos serviços públicos e outras estruturas locais**. Para além de **apoio ao nível do processo de regularização, da nacionalidade, do reagrupamento familiar ou do retorno**

**voluntário**, o CLAIM presta também **informação geral** sobre diversos temas como **trabalho, saúde, educação, habitação, entre outros**.

Por outro lado, e ainda que de forma relativamente pontual, a atividade do CLAIM tem-se estendido a outros domínios. Por um lado, organizando eventos como a Festa Intercultural, cuja primeira edição ocorreu em outubro de 2019. Por outro, promovendo a sensibilização e ação dos demais agentes locais, por exemplo através da recente realização, entre dezembro de 2020 e julho de 2021, de Ações de Capacitação dirigidas a múltiplas entidades locais, entre serviços públicos, entidades privadas e organizações do terceiro setor, que foram desenvolvidas em parceria com o ACM. Estas ações abrangeram temáticas diversas, desde o enquadramento legal da imigração, ao acolhimento, passando pelo diálogo e a educação intercultural e pelo acesso à Saúde, focando-se nas questões relacionadas com os Nacionais de Países Terceiros. Adiante, no Diagnóstico Local, serão abordadas de forma mais detalhada e circunstanciada estas diferentes ações promovidas pelo CLAIM.

Paralelamente, e numa **parceria estabelecida entre o Município de Vila Nova de Famalicão e a Universidade do Minho**, e mais precisamente no âmbito de um estágio curricular de duas estudantes, foi realizado um **levantamento de informação através de inquéritos por questionário** dirigidos às **Juntas de Freguesia, às empresas e à população imigrante**. Esta recolha de informação teve em vista caracterizar **“a empregabilidade e condições de vida dos imigrantes” residentes no concelho e “identificar formas de promover medidas de integração adequadas”**. Note-se que a equipa técnica responsável pela elaboração do PMIM VNF beneficiou do conjunto de dados empíricos recolhidos neste contexto, que foram também incorporados no Diagnóstico Local elaborado.

Reconhecendo as dificuldades relacionadas com o desconhecimento da língua por parte de alguns migrantes, foi criada a oferta de cursos de **Português Língua de Acolhimento (PLA)** no Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco. Como será analisado de forma mais detalhada adiante, estes cursos dirigem-se a adultos migrantes e visam promover a sua “capacidade de expressão e compreensão da língua portuguesa, tendo em vista facilitar a sua integração social, profissional e cívica na sociedade portuguesa”.

Em julho de 2021, o Governo de Portugal lançou um novo instrumento de política para o estímulo e a qualificação das intervenções municipais relativas à integração e acolhimento das comunidades migrantes, o projeto-piloto **“Integrar Valoriza”**<sup>2</sup> que tem por finalidade promover a “criação de uma rede de municípios que desenvolva políticas de acolhimento e a integração de pessoas imigrantes”, contribuindo para reforçar uma “abordagem transversal de várias áreas governativas”. O Município de Famalicão manifestou interesse em se envolver neste projeto e foi posteriormente selecionado pelo que irá integrar o grupo piloto. Este projeto-piloto aconselha a promoção de outros instrumentos de política, para além dos PMIM e dos CLAIM, incluindo as Estratégias Locais de Habitação, a adesão ao programa “Rede de Escolas para a Educação Intercultural” e os Planos Estratégicos Municipais Cultura-Educação. Trata-se, pois, de uma oportunidade para aprofundar ainda mais a dinâmica local de promoção da integração dos cidadãos migrantes e da interculturalidade.

### **3. PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES DE VILA NOVA DE FAMALICÃO – CONTEXTO E OBJETIVOS**

Os **Planos Municipais para a Integração de Migrantes (PMIM)** têm enquadramento nas orientações emanadas ao nível europeu e nacional, através da Agenda Comum para a Integração e do Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020, respetivamente.

---

<sup>2</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2021 de 9 de julho de 2021.

A **Agenda Comum para a Integração de Nacionais de Países Terceiros** (COM (2011) 455 final) pretende “**valorizar os benefícios económicos, sociais e culturais da migração na Europa**”, assumindo que “a diversidade que resulta da migração pode constituir uma vantagem competitiva e uma fonte de dinamismo para as economias europeias”. Esta Agenda preconiza “a plena participação dos migrantes em todos os sectores da vida coletiva” e destaca “o papel essencial das autoridades locais”. Com efeito, reconhece-se que o **processo de integração dos migrantes impõe uma intervenção e uma colaboração entre as administrações nacionais e as autoridades locais (ou regionais) e os agentes não-governamentais**, uma vez que, embora as primeiras sejam responsáveis pela definição das políticas de integração, são os segundos que as aplicam no terreno. É, nesta medida, que se propõe privilegiar a promoção da integração dos migrantes ao nível local, designadamente em termos dos financiamentos da União Europeia (UE).

Em Portugal, as autoridades nacionais têm vindo a **promover o desenvolvimento de políticas locais de integração**, em particular, através das propostas constantes do **Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020**. Este Plano contempla medidas e ações especificamente focadas nas políticas municipais, designadamente no âmbito do Eixo 1 - Políticas de integração de imigrantes, através de duas medidas que consideram a “definição de estratégias locais (...) visando a promoção e captação, bem como a integração dos migrantes” (Medida 1), a “implementação de ferramenta de apoio às políticas locais na área das migrações” mais concretamente do “Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (IMAD), enquanto ferramenta de concretização e monitorização na área das migrações” (Medida 2) e a criação de um plano de formação nacional dirigido “aos técnicos da rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII) e a outros técnicos de serviços locais, nomeadamente de saúde e da rede escolar (Medida 11).

Os **PMIM** constituem, por seu lado, **documentos de política e de gestão que sistematizam as estratégias dos municípios e de outras entidades que, ao nível local, atuam na área das migrações e que “concorrem para a concretização do processo multivetorial de integração dos imigrantes na sociedade portuguesa”** e “uma mais adequada gestão dos fluxos migratórios enquanto contributo para o desenvolvimento local” (*Guia para a Conceção de Planos Municipais para a Integração de Imigrantes*, ACM, 2015<sup>3</sup>: p. 9). Com este tipo de planos pretende-se promover uma ação verdadeiramente concertada e articulada entre entidades, tendo em vista “uma mudança social” e “um salto qualitativo e eficaz nas políticas de acolhimento e integração de imigrantes em Portugal” (idem; ibidem).

Os **objetivos específicos dos PMIM**, conforme estabelece o *Guia para a Conceção de Planos Municipais para a Integração de Imigrantes*, são os seguintes:

- Definir e implementar políticas de base local para a integração de imigrantes nos territórios, enquanto fator de desenvolvimento e fortalecimento da democracia e das dinâmicas sociais;
- Fomentar relações de convivência intercultural, construtivas e transformadoras, com potencial ao nível da mudança social;
- Incrementar o nível de intervenção local na gestão da diversidade em contextos etnodiferenciados, adotando o modelo de valorização da diversidade cultural;
- Potenciar o trabalho em parceria tendo em vista a conceção e implementação de estratégias de proximidade entre cidadãos imigrantes e a sociedade de acolhimento; e,

---

<sup>3</sup> Disponível online em [https://www.acm.gov.pt/documents/10181/290240/Guia\\_PMII\\_AF\\_digital\\_final.pdf/a9930d83-e913-4a3c-b3a2-fad17ea66165](https://www.acm.gov.pt/documents/10181/290240/Guia_PMII_AF_digital_final.pdf/a9930d83-e913-4a3c-b3a2-fad17ea66165)

- Reforçar a perspetiva de integração dos imigrantes na cultura organizacional das instituições e nas políticas locais, incentivando a disseminação de boas práticas.

São destinatários destes Planos todos aqueles que residem, trabalham ou estudam num dado território ou que, de forma direta ou indireta, interagem com esse território. Deste modo, **os PMIM destinam-se não apenas aos migrantes, mas também à sociedade de acolhimento, aos técnicos, dirigentes e decisores políticos e às instituições com intervenção de apoio e integração ao nível local.**

O PMIM VNF foi desenvolvido tendo por base o contexto e os objetivos, gerais e específicos, anteriormente identificados. Conforme se detalha no ponto seguinte, todo o trabalho assentou numa **abordagem *bottom-up* de planeamento**, envolvendo diversas entidades locais e regionais com intervenção no acolhimento e integração de imigrantes, assim como os cidadãos residentes em Vila Nova de Famalicão, incluindo os Nacionais de Países Terceiros.

A partir do **Diagnóstico Local** (Parte II) realizado foi desenhado um **conjunto de respostas, que se pretendem integradas e eficazes, em matéria de reforço das dinâmicas e processos de acolhimento e integração dos migrantes no concelho de Vila Nova de Famalicão e de valorização da diversidade neste contexto.**

## 4. ROTEIRO METODOLÓGICO

Metodologicamente, optou-se por seguir as orientações propostas no *Guia para a Conceção de Planos Municipais para a Integração de Imigrantes*, na realização do trabalho de elaboração do Diagnóstico Local e de conceção do Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM) de Vila Nova de Famalicão. Com efeito, entendeu-se ser fundamental assegurar uma participação pública alargada e diversificada, assente numa lógica *bottom-up*, havendo a intenção clara do Município de Vila Nova de Famalicão de, desde o primeiro momento, envolver neste processo de diagnóstico e de planeamento diversas entidades, de diferentes domínios socioeconómicos e contextos institucionais, públicas e privadas, de modo a que existisse uma sensibilização alargada para esta temática e uma atuação em rede no domínio do acolhimento e integração de migrantes.

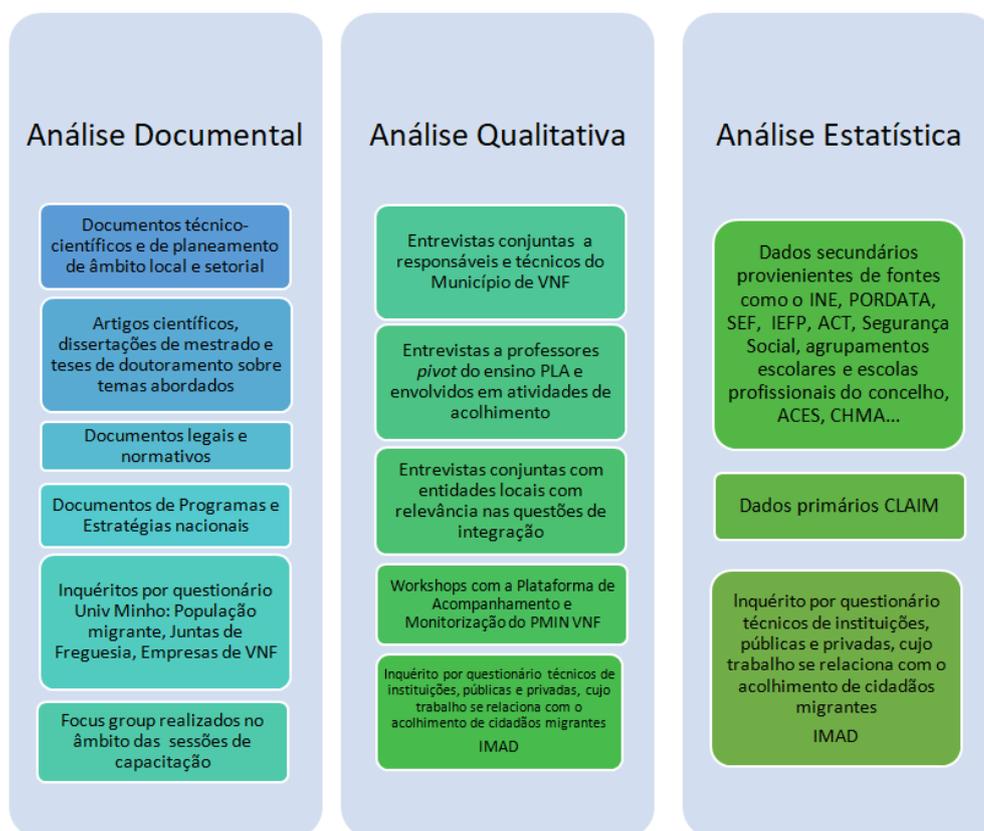
Para a concretização do Diagnóstico Local foram, assim, utilizadas técnicas e instrumentos de base qualitativa, com destaque para a análise documental e as entrevistas, conjugadas com técnicas de base quantitativa, nomeadamente a análise estatística de um conjunto de indicadores demográficos, económicos, sociais, de emprego, entre outros. Os resultados dos processos de inquirição realizados permitiram a sistematização de alguns indicadores quantitativos, bem como a recolha e tratamento de informação de cariz mais qualitativo.

O esquema seguinte procura, de uma forma sintética<sup>4</sup>, sistematizar as principais fontes de informação utilizadas no âmbito da elaboração do Diagnóstico Local.

---

<sup>4</sup> Para uma descrição mais detalhada da abordagem metodológica adotada, consultar o Relatório Preliminar (julho 2021).

Figura 2 - Principais fontes de informação

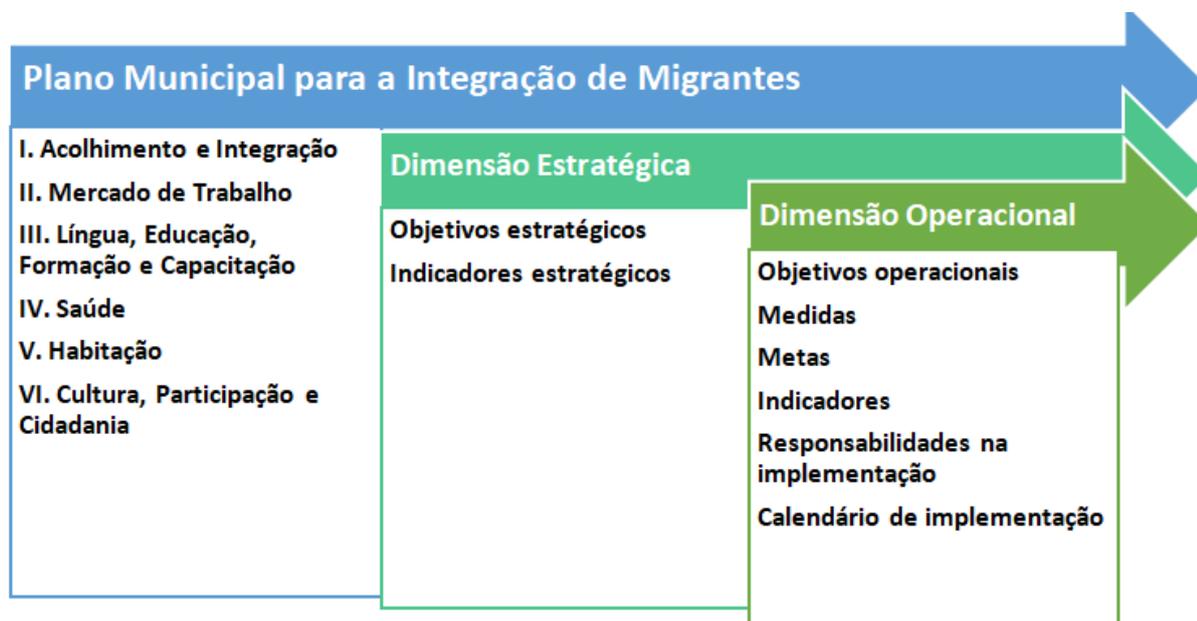


Em anexo, são apresentados os guiões de entrevista e do inquérito por questionário *online*, bem como a identificação do conjunto de entidades auscultadas no processo de construção do Diagnóstico Local. Indicam-se igualmente, em anexo, os principais documentos legais-normativos, técnico-científicos, de planeamento e orientação estratégica, à escala municipal e nacional, consultados neste contexto.

A etapa final da realização do Diagnóstico Local assentou no trabalho técnico de sistematização e análise integrada de toda a informação recolhida e trabalhada pela equipa da Quaternaire Portugal, tendo sido realizados alguns momentos de trabalho conjunto com as equipas técnicas e com o Executivo do Município, das Juntas de Freguesia, bem como de outras instituições representadas na Plataforma de Acompanhamento e Monitorização do PMIM VNF, recorrendo a metodologias complementares de sintetização de informação e de elaboração de análise estratégica, como é a matriz de análise SWOT - *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças).

Concluída a etapa de diagnóstico, passou-se então à fase de elaboração das componentes de estratégia e operacional do PMIM VNF. Como indicado no *Guia para a Conceção de Planos Municipais para a Integração de Imigrantes*, a estruturação do Plano deve organizar-se em torno de duas dimensões: (i) **dimensão estratégica**, na qual são estabelecidos para cada Área/Eixo de Intervenção, os respetivos **Objetivos Estratégicos** e **Indicadores Estratégicos** e (ii) **dimensão operacional**, na qual são estabelecidos para cada Área/Eixo de Intervenção, os respetivos **Objetivos Específicos/Operacionais**, as respetivas **Medidas** (prevendo níveis de prioridade diferenciados), as **Metas**, os **Indicadores**, as **Responsabilidades na implementação das medidas** e **calendário de implementação**. A figura seguinte procura sintetizar, do ponto de vista metodológico, a estratégia seguida na estruturação do PMIM VNF.

Figura 3 - Dimensões do PMIM



A estruturação do PMIM VNF assentou num trabalho colaborativo que envolveu a equipa técnica da Quatenaire Portugal, a equipa técnica e política do Município responsável pela implementação do Plano, as diversas entidades que integram a Plataforma de Acompanhamento e Monitorização do PMIM VNF e outros *stakeholders* locais que participaram na conceção do Plano. O trabalho colaborativo mencionado passou sobretudo pela troca de documentos técnicos e a realização de uma série de reuniões com estes diferentes intervenientes, tendo em vista afinar e detalhar as propostas a incluir no Plano, de acordo com as disponibilidades para colaborar manifestadas pelas diferentes entidades.

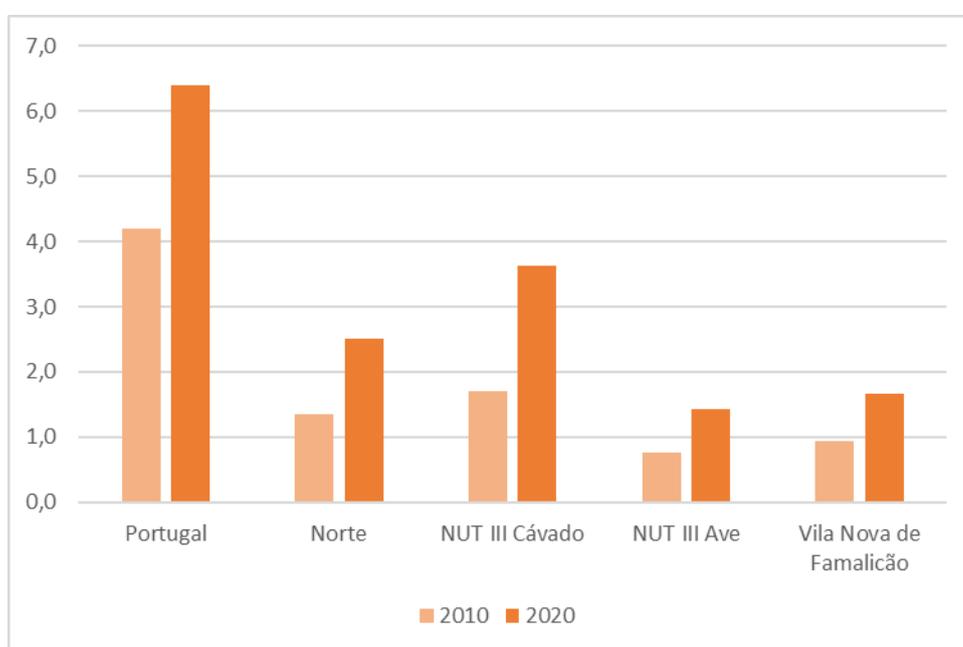
Considerando o atual contexto pandémico, a generalidade destas reuniões/encontros realizou-se através do recurso a plataforma digital. Na preparação destes encontros e, sobretudo, na concretização técnica mais detalhada das medidas a propor, circulou documentação diversa via correio eletrónico.

## PARTE II – DIAGNÓSTICO LOCAL

### 5. DINÂMICAS E RETRATO DO FENÓMENO MIGRATÓRIO EM VILA NOVA DE FAMALICÃO

Embora o fenómeno migratório não assuma em Vila Nova de Famalicão a relevância de outros territórios, este tem vindo, contudo, a afirmar-se. Os últimos dados disponíveis (SEFSTAT, 2020) dão conta da presença atual em Vila Nova de Famalicão de **2.234 estrangeiros com estatuto legal de residente** (ou seja, com Títulos de Residência e Vistos de Longa Duração). Este valor corresponde a cerca de **1,7% do total da população residente** no concelho, uma proporção bastante inferior à registada ao nível nacional, onde os cidadãos estrangeiros correspondem a mais de 6% da população total, mas superior a qualquer um dos concelhos da NUT III Ave (Guimarães aproxima-se daquele valor com 1,6%).

Gráfico 1 - Proporção da população estrangeira com estatuto legal de residente no total da população

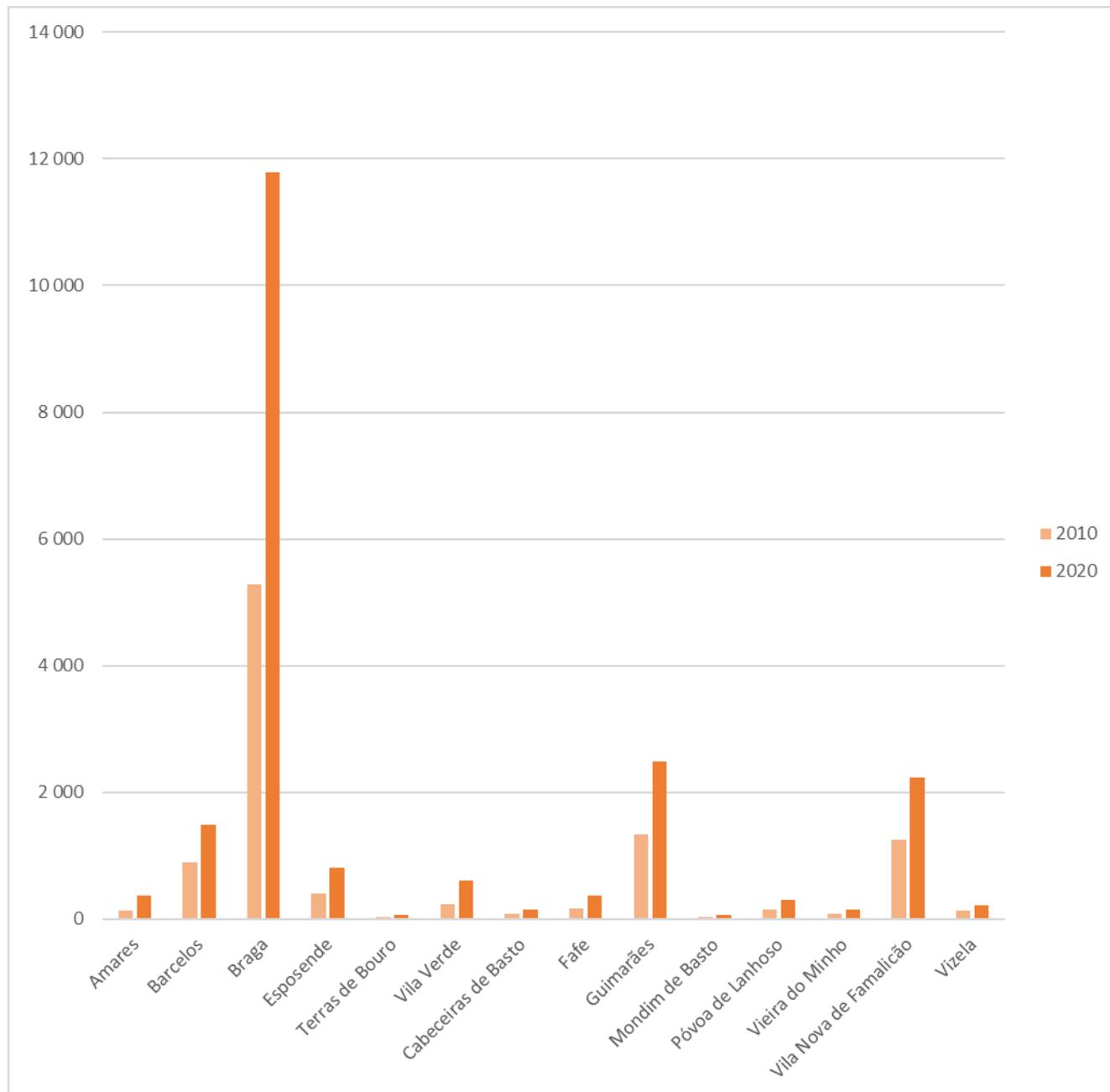


Fonte: INE, Censos 2011 e 2021; SEF (<https://sefstat.sef.pt> consultado em julho de 2021).

Note-se, ainda, que, dos 14 concelhos que integram o distrito de Braga, apenas ultrapassam o concelho de Vila Nova de Famalicão, em termos de proporção de estrangeiros entre os residentes, os concelhos de Esposende (2,4%) e, sobretudo, de Braga<sup>5</sup> (6,4%, valor ligeiramente superior à média nacional). Em termos de quantitativo absoluto, o concelho de Braga, com perto de 12 mil estrangeiros residentes, destaca-se muito claramente dos restantes.

<sup>5</sup> Os dados do SEF encontram-se organizados por município e distrito.

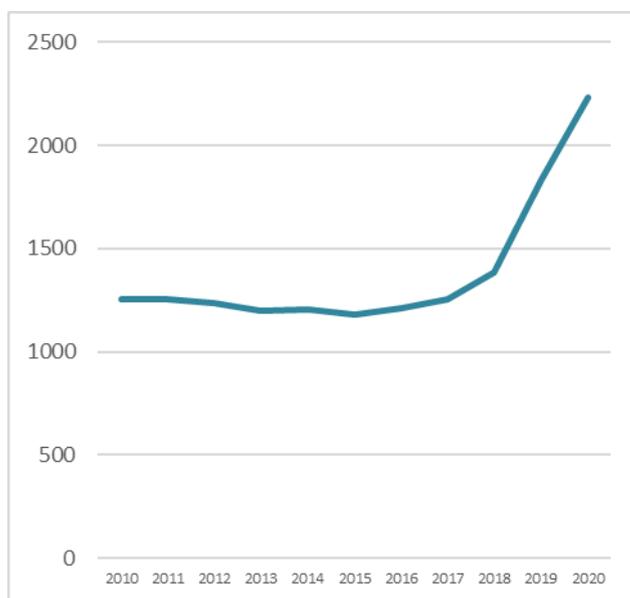
**Gráfico 2 - População estrangeira com estatuto legal de residente nos concelhos das NUTSIII Cávado e Ave**



Fonte: SEF (<https://sefstat.sef.pt> consultado em julho de 2021).

Com efeito, depois de um período de alguma estabilização no número de estrangeiros com residência neste concelho (em torno dos 1.200), em apenas três anos, **entre 2017 e 2020, registou-se um aumento muito expressivo**. Esta dinâmica está em linha com a tendência recente registada quer ao nível nacional, quer do distrito de Braga, onde os últimos dois anos foram também de incremento significativo do número de estrangeiros residentes: no país, na ordem dos 40%, no distrito de Braga superior a 60%.

**Gráfico 3 - Evolução da população estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Vila Nova de Famalicão**

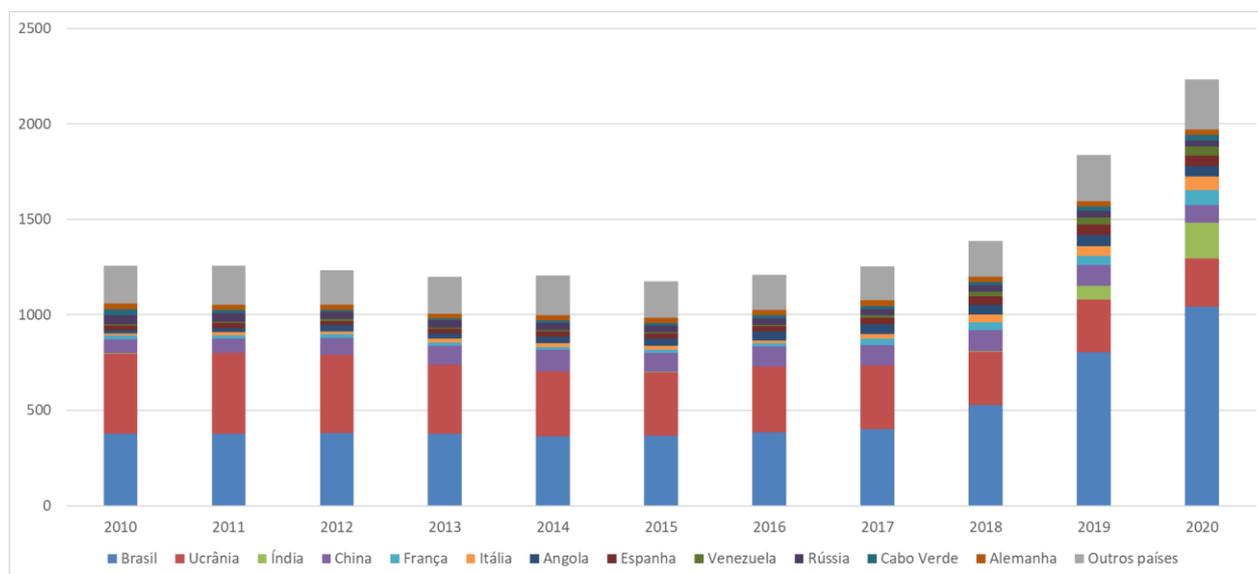


Fonte: SEF (<https://sefstat.sef.pt> consultado em julho de 2021).

Verifica-se, pois, que embora se trate de uma proporção reduzida, representa um **aumento significativo dos estrangeiros residentes (+78% entre 2017 e 2020)** e um **reforço da sua representatividade na população residente**, de menos de 1% dos residentes até ao ano de 2017 para **1,7% em 2020**.

Os estrangeiros residentes em Vila Nova de Famalicão distribuem-se por **67 nacionalidades** sendo os cidadãos com **origem no Brasil claramente predominantes: 47% dos estrangeiros** (dados de 2020). Esta posição da comunidade oriunda do Brasil mantém-se desde 2013, ano em que o número de cidadãos brasileiros residentes em Vila Nova de Famalicão ultrapassou os da Ucrânia que, nos anos anteriores, eram os mais representados (em 2011 e 2012 correspondiam a cerca de um terço do total de estrangeiros no concelho). Em termos de nacionalidades presentes em 2020, seguem-se as comunidades provenientes da **Ucrânia (11% dos estrangeiros)** e a **Índia (8%)**.

**Gráfico 4 - População estrangeira com estatuto legal de residente  
no concelho de Vila Nova de Famalicão, por nacionalidade**



Fonte: SEF (<https://sefstat.sef.pt> consultado em julho de 2021).

Embora a Índia não tenha uma expressão quantitativa considerável entre os estrangeiros residentes em Vila Nova de Famalicão (186 cidadãos) a evolução recente é ilustrativa de uma tendência, também evidente noutras áreas do país, de **reforço da presença de cidadãos oriundos de países asiáticos** – que não fazem parte das origens mais “clássicas” dos imigrantes em Portugal. Em 2018, os imigrantes provenientes da Índia residentes neste concelho eram apenas 5, estando então fora dos 20 países mais representados entre os estrangeiros com residência em Vila Nova de Famalicão. Já em 2019 os imigrantes de nacionalidade indiana eram 73, menos de metade dos registados no ano seguinte, tendo passado da 4ª nacionalidade mais representada em 2019 para 3ª em 2020 (correspondendo a um aumento de cerca de 150% em apenas um ano).

Para além da Índia, também o **Nepal, o Paquistão e o Bangladesh** estão entre outras nacionalidades presentes em Vila Nova de Famalicão, embora com uma **expressão mais diminuta (1,7% dos estrangeiros têm uma destas nacionalidades)**.

Em **quarto lugar**, coloca-se a **China** (em 2019 ocupava a 3ª posição), cabendo-lhe **4% dos estrangeiros residentes** no concelho de Vila Nova de Famalicão.

Os **cidadãos nacionais de países terceiros (NPT)** são 1947, correspondendo a 87% do total de estrangeiros residentes, proporção que se tem mantido ao longo dos últimos anos.

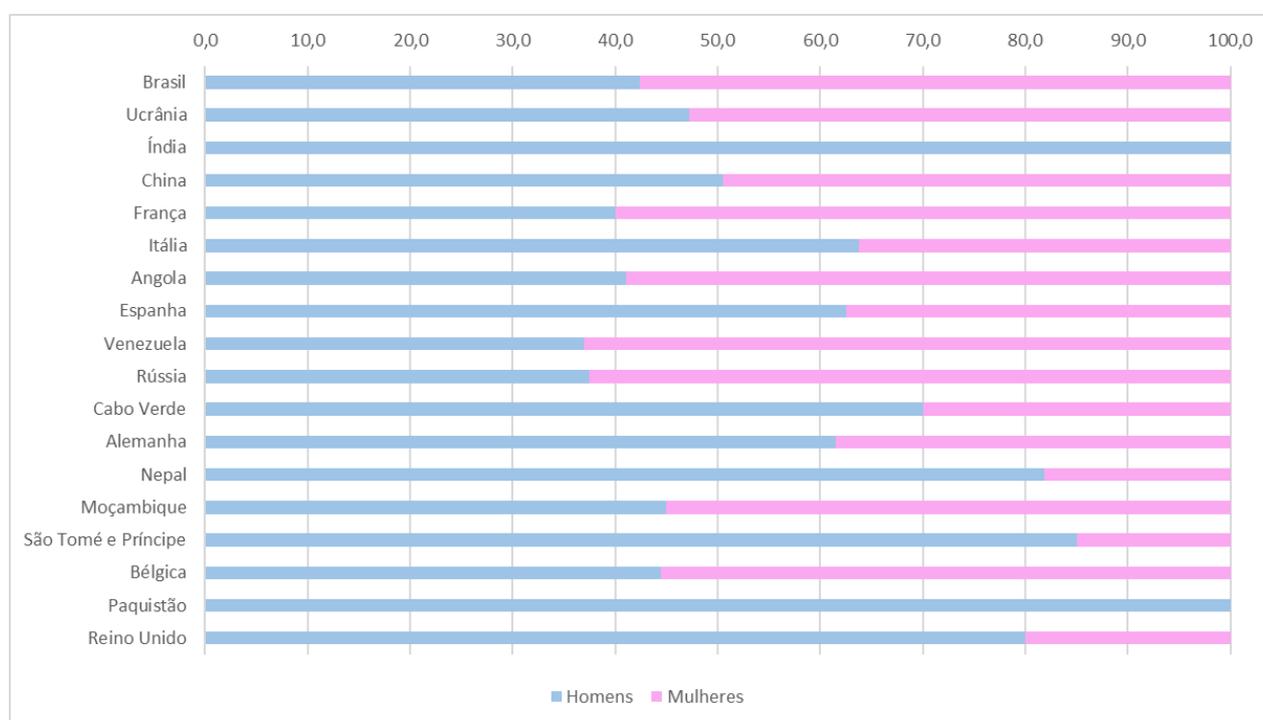
Este perfil de imigração encontra algum paralelismo no quadro nacional, onde também os estrangeiros com origem no Brasil são em maior número que todas as outras nacionalidades (28% dos estrangeiros residentes em Portugal) e os cidadãos provenientes da Índia e de outros países asiáticos ganharam forte expressão nos últimos anos (+39% de cidadãos indianos residentes em Portugal, entre 2019 e 2020), ultrapassando Angola e Guiné-Bissau em termos de número de residentes. A seguir ao Brasil, as nacionalidades mais representativas entre os estrangeiros residentes em Portugal são o Reino Unido, Cabo Verde, a Roménia, a Ucrânia, a Itália, a China, França e Índia.

Importa notar ainda a presença, sobretudo na cidade de Vila Nova de Famalicão, de estudantes estrangeiros, designadamente da CESPU, que conta com um número significativo de alunos de origem

francesa. Embora sejam uma presença por natureza “temporária” (durante o ciclo de estudos e apenas nos períodos letivos) e maioritariamente nacionais de Estados-membros da União Europeia, contribuem igualmente para reforçar o carácter multicultural deste território.

Em termos de distribuição por géneros, existe, em termos globais, um relativo equilíbrio entre homens (52%) e mulheres (48%), embora em algumas comunidades seja evidente, sobretudo, a preponderância dos homens. Os cidadãos estrangeiros oriundos da Índia e do Paquistão são exclusivamente homens; entre os nacionais de São Tomé e Príncipe, do Nepal e do Reino Unido existe uma expressiva maioria de homens (cerca de 80%), enquanto noutras nacionalidades – Itália, Espanha, Cabo Verde e Alemanha –, embora não tão expressiva, mantem-se a sobre-representação dos homens (em torno dos 60%). Por seu lado, as mulheres são maioritárias em algumas comunidades, embora nunca de forma tão significativa. Venezuela e Rússia são os países de origem com maior proporção de mulheres (63%), mas entre os nacionais do Brasil, Ucrânia, França, Angola, Moçambique e Bélgica as mulheres correspondem também a mais de 50%.

**Gráfico 5 - População estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Vila Nova de Famalicão, por nacionalidade e sexo (%)**



Fonte: SEF (<https://sefstat.sef.pt> consultado em julho de 2021).

Refira-se que, para além destes números, correspondentes aos dados oficiais sistematizados e disponibilizados pelo serviço de estatística do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, **há um conjunto de outras situações de cidadãos estrangeiros cuja permanência no território nacional não se encontra regularizada e que, nessa medida, não constam dos números apresentados.** Embora não estejam disponíveis dados que permitam fazer uma estimativa dos migrantes em situação irregular residentes em Vila Nova de Famalicão, esta é uma questão que deve ser contemplada no âmbito da conceção do Plano Municipal para a Integração de Migrantes, nomeadamente tendo em conta as orientações do Plano Estratégico para as Migrações (PEM) em matéria de políticas de reforço da legalidade migratória e da qualidade dos serviços migratórios (Eixo IV do PEM).

Como antes se disse, apesar de, em termos quantitativos e absolutos, a realidade do **fenómeno migratório** não ser muito relevante no concelho de Vila Nova de Famalicão, **a sua expressão tem vindo a acentuar-se por via de um conjunto de dinâmicas, internas e externas, que se cruzam com múltiplas vertentes da política local.** Por seu lado, os interlocutores locais apontam para a manutenção ou incremento da capacidade de absorção e de atração de população migrante pelo tecido produtivo local, o que reforça a expectativa de crescimento desta população nos próximos anos.

## 6. DIAGNÓSTICO TEMÁTICO

O diagnóstico temático, que se apresenta de seguida, visa apresentar o contexto global dos migrantes em Vila Nova de Famalicão e identificar os principais problemas e necessidades específicos desta população, incorporando, quando possível, a respetiva análise causal. Este exercício analítico encontra-se organizado segundo as áreas do Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (IMAD), designadamente: Serviços de acolhimento e integração, Urbanismo e habitação, Mercado de trabalho e empreendedorismo, Educação e língua, Capacitação e formação, Cultura, Saúde, Solidariedade e resposta social, Cidadania e participação cívica, *Media* e sensibilização da opinião pública, Racismo e discriminação, Relações internacionais e Religião. Saliente-se que o Município optou por acrescentar o tema da Igualdade de género, que considerou ser relevante analisar face à realidade e dinâmicas socioculturais do concelho. Neste ponto, procura-se identificar igualmente os recursos disponíveis em cada uma das áreas temáticas, incluindo respostas, iniciativas e serviços existentes ao nível local.

### 6.1. SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO

O Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) de Vila Nova de Famalicão é a principal estrutura de acolhimento existente no concelho, funcionando desde 2009, no quadro de um protocolo de cooperação entre o Município de Vila Nova de Famalicão e o Alto Comissariado para as Migrações<sup>6</sup>. Como os outros CLAIM da rede nacional, presta apoio e informação geral relativos à regularização da situação migratória, à aquisição de nacionalidade, ao processo de reagrupamento familiar, entre outras questões que se colocam aos cidadãos migrantes, procurando oferecer um apoio integrado e de proximidade.

Refira-se que, conforme referido anteriormente, até recentemente este serviço estava sob a alçada do Vereador com os pelouros do Planeamento Estratégico, Economia e Internacionalização. Na sequência das eleições autárquicas de setembro de 2021 e da mudança de Executivo, este serviço passou para a tutela da Vereadora com os pelouros de Família, Igualdade, Interculturalidade e Integração, Saúde, Segurança Rodoviária e Transportes e Mobilidade. Embora não constitua uma rutura, esta mudança reflete, sim, uma alteração na abordagem do Município às questões relacionadas com o acolhimento dos migrantes residentes no concelho: antes enquadradas na estratégia de internacionalização e associadas a aspetos de natureza essencialmente económica; com esta alteração a perspetiva da interculturalidade e integração assumiu maior relevância, num contexto mais sociocultural.

Até à mudança de pelouros, o CLAIM funcionava nos serviços centrais da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, sendo os atendimentos feitos nas instalações do Balcão Único, por marcação, deslocando-se a técnica ao gabinete de atendimento em função dos agendamentos. Com a ocorrência da pandemia e a impossibilidade de realizar atendimentos presenciais, depois de um breve período encerrado, o CLAIM retomou o seu funcionamento, adequando-o ao trabalho remoto, realizando atendimentos por via de email, telefone, whatsapp e zoom. Nos últimos meses de 2021, na sequência da reorganização dos serviços municipais, o CLAIM foi transferido para as instalações do Balcão Único, onde a técnica se encontra em permanência e realiza os atendimentos, ainda por marcação (de segunda a sexta-feira entre as 9h e as 18h, exceto à sexta-feira, em que funciona apenas da parte da manhã, tal como todos os serviços municipais).

---

<sup>6</sup> Embora o protocolo tenha sido assinado em 2009, o CLAIM iniciou a sua atividade em 2008 (nessa altura com a designação CLAI – Centro Local de Apoio à Integração Imigrante; mais tarde os CLAI foram redesignados, substituindo o termo “Imigrante” por “Migrante”).

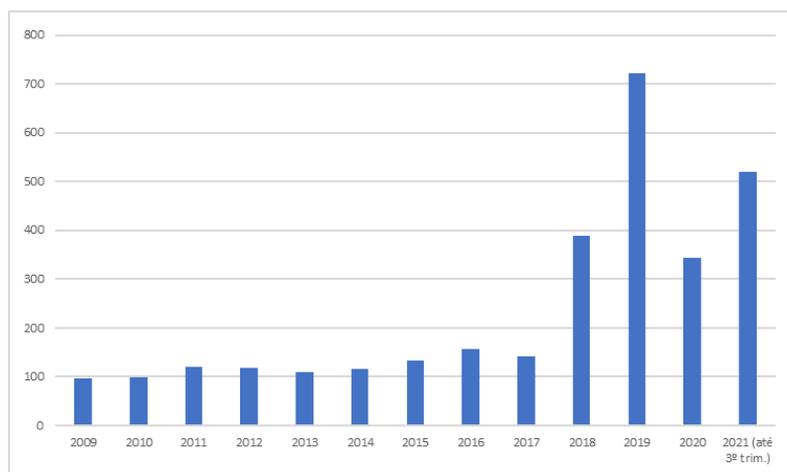
Embora a maioria dos migrantes que procuram o CLAIM de Vila Nova de Famalicão vivam e trabalhem no concelho, esta estrutura também atende muitos migrantes residentes em Barcelos, concelho que não dispõe de um serviço semelhante (os migrantes deste concelho recorrem também ao CLAIM de Braga).

De acordo com as informações facultadas, as principais questões que motivam a procura do CLAIM têm a ver com o processo de regularização da situação migratória, com constrangimentos no acesso aos serviços de saúde por parte de menores (que não têm número de utente do SNS enquanto os pais não têm Título de Residência), com o reagrupamento familiar e ainda algumas relacionadas com os processos em apreciação pendentes no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (ainda que o CLAIM não tenha competências para assegurar essa “ponte” e tenha muita dificuldade, sobretudo nos últimos meses, em que o SEF responda aos seus contactos). São também relevantes os atendimentos a cidadãos da União Europeia, nomeadamente por parte de alunos da CESP (essencialmente de nacionalidade francesa), uma vez que é neste serviço que podem obter o Certificado de Registo de Cidadão Comunitário.

Alguns outros assuntos, não tendo resposta direta no CLAIM, são encaminhados para outros serviços municipais ou para outras entidades, com competências nos mesmos (desde a formação profissional e apoio ao empreendedorismo, às ajudas imediatas em alimentação, vestuário, etc.). O CLAIM, para além das respostas que lhe estão inerentes, procura assumir-se, assim, como um “mediador” informal dos contactos dos migrantes com o Município, a Administração pública em geral e outras entidades/serviços, apoiando-os na “navegação” no complexo sistema burocrático nacional.

Em 2019, ano em que se registou maior procura do CLAIM, foram realizados 719 atendimentos. Este valor é cerca de 7 vezes maior que o número de atendimentos realizados dez anos antes (97 atendimentos em 2009), e que se manteve, apenas com um ligeiro aumento, até 2017 (142 atendimentos). Entre 2017 e 2018 houve um aumento muito significativo (em 2018 foram realizados 389 atendimentos, o que significa que, em apenas um ano, mais que duplicaram) e, entre 2018 e 2019, apesar de percentualmente menos expressivo, registou-se igualmente um incremento (para 722 atendimentos). Em 2020, em virtude do contexto pandémico, o serviço esteve suspenso durante parte do ano e, quando retomado, manteve-se apenas à distância (contactos via e-mail, zoom, whatsapp e telefone). Esta situação traduziu-se num decréscimo significativo do número de atendimentos (343) que, em 2021, registou alguma recuperação, embora se mantenham, essencialmente, os contactos à distância (519 atendimentos até ao final do terceiro trimestre do ano).

**Gráfico 6 - Atendimentos efetuados no CLAIM de Vila Nova de Famalicão, 2009 a 2021**



Fonte: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão / CLAIM.

Em termos de nacionalidades mais representadas entre os que se dirigem ao CLAIM, e embora não estejam disponíveis dados estatísticos sobre as nacionalidades dos cidadãos atendidos, os responsáveis pelo atendimento consideram que a brasileira é a mais expressiva, refletindo o maior quantitativo entre os cidadãos estrangeiros residentes em Vila Nova de Famalicão.

De acordo com algumas entidades locais auscultadas, muitos estrangeiros residentes no concelho desconhecem a existência do CLAIM e, em termos mais gerais, de mecanismos básicos de funcionamento dos serviços/administração em Portugal, bem como das respostas disponíveis. Mesmo tendo indicação sobre a entidade responsável por determinado assunto, por vezes os cidadãos estrangeiros receiam que um contacto desse tipo os possa comprometer, designadamente quando estão ainda em processo de regularização da situação migratória. Constitui, pois, um desafio muito relevante operar esta aproximação da Administração Pública aos cidadãos migrantes que residem no concelho, facilitando a sua compreensão do conjunto de serviços e apoios que têm à sua disposição.

O CLAIM não faz divulgação específica sobre os seus serviços (tem uma página no *website* da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão<sup>7</sup>), pelo que a informação da sua existência chega às comunidades migrantes, essencialmente, por “passa-a-palavra”. No entanto, como referiu a responsável por este serviço, seria importante haver maior divulgação do CLAIM, no quadro da divulgação dos vários serviços da Autarquia.

Como foi já referido, em 2020, o Município de Vila Nova de Famalicão apresentou uma candidatura ao Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), destinada à realização de um conjunto de ações de capacitação dos agentes, dos colaboradores e das entidades, no atendimento dos imigrantes. Estas ações permitiram dar a conhecer o CLAIM e os serviços prestados, para além de ter permitido envolver um leque muito extenso e diversificado de entidades que, embora tenham um contacto mais ou menos regular com cidadãos estrangeiros, desconhecem o contexto exato do processo de integração destes cidadãos e não estão sensibilizadas para muitas das questões que se lhes colocam quotidianamente. As ações de capacitação abordaram várias áreas como o acesso à saúde, o mercado de trabalho, a Lei da Imigração, a Lei da Nacionalidade, entre outras. A adesão das entidades convidadas a participar nestas ações surpreendeu positivamente os serviços da Autarquia, conforme relatado pelos técnicos. Por outro lado, estas ações (ainda que desenvolvidas online) constituíram importantes momentos de sensibilização das entidades participantes para as questões da imigração e para a relevância do trabalho em rede entre os atores locais.

No Verão de 2021, foi lançado pela Câmara Municipal de Famalicão, *online* e disponível para *download*, o Guia de Acolhimento, que pretende “facilitar o processo de acolhimento de todos os que, das mais variadas proveniências, vêm para Vila Nova de Famalicão”<sup>8</sup>. “Queremos que o processo de integração seja tranquilo e enriquecedor”, sublinhava o então Presidente do Município na mensagem que abre esse documento.

Este Guia de Acolhimento inclui informação sobre os processos necessários à regularização e, em geral, importantes para a integração dos migrantes (autorização de residência/Título de Residência, abertura de uma conta bancária, equivalências académicas e reconhecimento de graus, aprendizagem da Língua Portuguesa, arrendamento, entre outros), disponibilizando os contactos dos serviços municipais (CLAIM, Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo, Biblioteca Municipal, Casa das Artes, Casa da Juventude, etc.) e de serviços associados a outras entidades da Administração Pública (Autoridade Tributária, Segurança Social, IEFP, Estabelecimentos de Ensino, Unidades de Saúde, Forças de Segurança, etc.).

---

<sup>7</sup> <https://www.famalicao.pt/centro-local-de-apoio-a-integracao-migrante>

<sup>8</sup> Disponível *online* em <https://issuu.com/municipiodefamalicao/docs/guiadeacolhimento>

O documento editado constitui uma versão “experimental” que o Município pretende melhorar, indo ao encontro das efetivas necessidades dos cidadãos a que se destina. Importa, contudo, implementar mecanismos que permitam proceder, de forma expedita, a uma avaliação do grau de satisfação dos utilizadores do Guia, nomeadamente no que concerne à sua utilidade e adequabilidade. Está já prevista a sua tradução para inglês e francês, uma vez que foi publicado apenas em língua portuguesa.

A generalidade dos interlocutores referiu a importância de dar a conhecer os vários serviços (aos imigrantes e a todos os que com eles se relacionam, seja mais ou menos diretamente) e aproximá-los destas comunidades. As Juntas de Freguesia são identificadas como estruturas privilegiadas para assegurar, pelo menos em parte, a tarefa de fazer chegar a informação aos cidadãos migrantes, dada a sua escala e proximidade e a até dada a inevitabilidade de contacto com os migrantes, seja para a obtenção de documentação (como os certificados de residência, nas Juntas de Freguesia, ou as equivalências académicas, nas escolas) seja, quando se trata de crianças estrangeiras, pela sua presença quotidiana na escola. O conhecimento das instituições e dos respetivos mecanismos de funcionamento foi referido como fundamental para o processo de integração dos imigrantes, seja, numa primeira fase, para a regularização da permanência no território nacional, seja para conhecer (e aceder) a todos os direitos e deveres que têm enquanto cidadãos residentes em Portugal. Uma outra questão levantada por alguns atores prende-se, como referido anteriormente, com os horários de funcionamento dos serviços (desde logo, o CLAIM), nem sempre ajustados às disponibilidades dos cidadãos que deles necessitam.

Por fim, refira-se que o Acolhimento e integração de migrantes foi destacado pelos respondentes ao inquérito *online*<sup>9</sup> como sendo a mais relevante de entre as diferentes áreas a priorizar no âmbito do PMIM VNF (19,0% dos inquiridos consideram-na a área mais relevante; segue-se a Educação, formação e língua portuguesa, considerada a área mais relevante por 17,7% dos inquiridos).

## 6.2. URBANISMO E HABITAÇÃO

A presença de população migrante estende-se hoje a todo o território concelhio. Contudo, é evidente que algumas freguesias, seja pelas suas características mais urbanas, seja pela sua maior proximidade a unidades de produção industrial/fábrica, tendem a concentrar, em termos habitacionais, um maior número de cidadãos imigrantes e seus descendentes: tal é o caso, designadamente, da Zona Urbana – União de Freguesias de Calendário e Vila Nova de Famalicão; mas também da União de Freguesias de Antas e Abade de Vermoim. Do ponto de vista urbanístico, não foi possível identificar espaços ou áreas do concelho (p. ex. praças, ruas, centros religiosos, zonas comerciais) do território de Vila Nova de Famalicão que pareçam ser mais procuradas por determinados imigrantes ou nacionalidades, excetuando as referidas, pontualmente e de modo pouco específico, por alguns respondentes (12%) ao inquérito *online*: campos de futebol, lugares de culto religioso, restaurantes/lojas de imigrantes, Parque da Cidade, jardins públicos, mercado/prança, feira semanal e algumas grandes superfícies comerciais.

Relativamente a conflitos na utilização do espaço público associadas a determinadas comunidades imigrantes, apenas 5,7% dos inquiridos afirmaram ter conhecimento deste tipo de situações; pelo contrário, a maioria dos inquiridos (94,3%) afirmou desconhecer ou nada saber sobre este tipo de situações (respetivamente, 43,7% e 50,6%). As situações de conflito foram descritas de modo muito heterogéneo, incluindo referências a locais do concelho (concretamente à “zona de Vilarinho das Cambas e Ribeirão”), às comunidades de etnia cigana e ainda, de um modo algo difuso, às motivações para a ocorrência de tais conflitos: “mendicidade, pobreza, miséria” e “situações de conflito motivadas por verbalizações de carácter racista”.

---

<sup>9</sup> Inquérito por questionário dirigido às entidades locais, desenvolvido no âmbito da elaboração do PMIM VNF.

Contudo, o trabalho de inquirição revelou uma presença assimétrica de algumas comunidades em espaços públicos e comerciais do concelho, à qual se associam perfis relativamente diferenciados em termos de ocupação socioprofissional. Efetivamente, foi reconhecido por diferentes intervenientes que cidadãos oriundos de alguns países da América Latina e PALOP, bem como de países europeus como a França ou o Reino Unido, tendem a ter uma presença assídua em espaços públicos e comerciais; pelo contrário, cidadãos de origem asiática tendem a ter uma presença muito mais “discreta” no espaço público e frequentando de uma forma fugaz os espaços comerciais do concelho, pois geralmente organizam as suas vivências quotidianas em torno de uma rotina casa/trabalho. Esta é uma dimensão relevante, pois tende de algum modo a “invisibilizar” algumas comunidades.

Do ponto de vista das condições de habitação em que as comunidades imigrantes residem, importa salientar que neste momento não existe um levantamento sistemático e rigoroso que permita fazer um tal caracterização. Foram relatadas situações pontuais de cidadãos de origem asiática a habitar em condições indignas, seja por motivos de sobrelotação, seja por motivos de insalubridade. Segundo as informações recolhidas nas entrevistas com entidades locais, tratar-se-á de trabalhadores industriais na freguesia de Oliveira de Santa Maria e na freguesia de Ribeirão, tendo sido alegadamente estas duas situações já reportadas às forças policiais e ao SEF. Não foi, no entanto, possível verificar a veracidade destas suspeitas e, em caso positivo, perceber qual o encaminhamento dado pelas autoridades públicas a estes eventuais processos. Embora não tenham sido relatadas situações graves mais generalizadas e preocupantes a este nível, a informação disponível é insuficiente para afirmar que não existem, o que impõe uma atenção particular a esta questão.

Atualmente, a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão não dispõe de nenhuma estratégia ou medida de política especificamente dirigida para fomentar, em termos habitacionais, a diversidade cultural dos residentes das diferentes zonas/bairros do território concelhio ou para apoiar os cidadãos migrantes no acesso a habitação. De igual modo, não foram identificadas iniciativas que promovam a interação de moradores de várias zonas/bairros ou dentro da mesma zona/bairro e de diferentes origens culturais. Tão-pouco existe, no território concelhio, um serviço específico que encaminhe, informe ou apoie os imigrantes na vertente da habitação. O Município possui, contudo, um programa de apoio à renda, designado de Programa Casa Feliz – Apoio à Renda, que abrange todos os residentes no concelho de Vila Nova de Famalicão, incluindo cidadãos estrangeiros.

**Quadro 1 - Apoios concedidos no âmbito do Programa Casa Feliz – Apoio à Renda**

Ano	Candidaturas apoiadas (nº total)	Candidaturas de cidadãos estrangeiros apoiadas	
		Nº	Países de origem
2017	146	1	1 Ucrânia
2018	190	1	1 Ucrânia
2019	248	6	3 Brasil 2 Ucrânia 1 Bélgica
2020	274	4	2 Brasil 1 Ucrânia 1 Cabo Verde
2021	287	8	6 Brasil 1 Ucrânia 1 Cabo Verde

Fonte: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

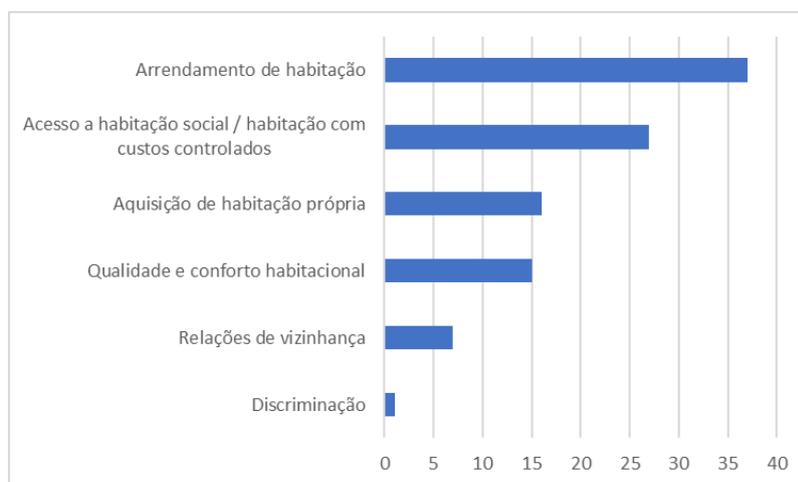
Como se constata pela leitura do quadro anterior, os apoios concedidos, nos últimos 5 anos, ao abrigo do Programa Casa Feliz têm vindo não só a aumentar em termos globais, praticamente duplicando neste espaço temporal, como têm igualmente abrangido um número crescente de imigrantes. Importa, em todo o caso, reconhecer que, apesar deste crescimento, ainda é bastante modesto o número de cidadãos migrantes a quem são concedidos estes apoios (apenas 8, em 2021). Ainda segundo alguns dos interlocutores auscultados, o atual regulamento do Programa Casa Feliz – Apoio à Renda revela uma certa rigidez na medida em que apenas permite que as candidaturas ao programa sejam feitas no período de dezembro a janeiro de cada ano, afastando assim potenciais interessados (incluindo situações de particular vulnerabilidade social, como é o caso das vítimas de violência doméstica e de violência de género, aspeto que será abordado em maior detalhe adiante).

Por outro lado, e embora tenha sido recentemente concluída a Estratégia Local de Habitação, no processo de diagnóstico das condições habitacionais do concelho não foi contemplada a recolha de dados sobre a nacionalidade/origem das famílias residentes ou sobre a ocupação de espaços inadequados para a função habitacional por trabalhadores estrangeiros, o que impossibilita um aprofundamento desta dimensão de análise.

Importa, por último, salientar ainda as dificuldades em matéria de acesso ao mercado de arrendamento. Embora se trata de um aspeto com contornos mais globais, afetando toda a população residente no concelho de Vila Nova de Famalicão e, portanto, não se circunscrevendo às comunidades de imigrantes, foi repetidamente assinalado, nas várias reuniões e entrevistas realizadas, que se tem vindo a assistir a um aumento assinalável dos preços, que é particularmente penalizador para cidadãos imigrantes que se encontram em processo de instalação de recomeço de vida num país estrangeiro. Face a um aumento da procura, muitos parecem ser os senhorios que aumentam as exigências em matéria, designadamente, de fiador e do número de rendas pagas em adiantamento. Foram também relatadas algumas situações que podem eventualmente configurar abusos em matéria de cumprimento dos contratos de arrendamento, sendo sinalizado que, neste tipo de casos, muitos imigrantes se encontram numa situação de grande fragilidade, pois muitas vezes desconhecem o enquadramento legal nacional e designadamente os mecanismos de proteção de que podem beneficiar. Finalmente, foram ainda relatadas situações em que os senhorios assumem comportamentos discriminatórios, racistas e xenófobos relativamente a alguns destes cidadãos (aspeto abordado adiante).

Também no inquérito *online* foram identificados obstáculos específicos no acesso à habitação (por 44,8% dos inquiridos), de entre os quais se destacam as dificuldades no arrendamento de habitação (35,9%), no acesso a habitação social/habitação com custos controlados (26,2%) e na aquisição de habitação própria (15,5%).

**Gráfico 7 - Principais dificuldades/obstáculos específicos com que a população imigrante residente no concelho se confronta no acesso à habitação, segundo os inquiridos**



Fonte: CMVNF/QP, Inquérito *online* PMIM VNF dirigido às instituições do concelho.

Pelo contrário, 13,8% dos inquiridos consideram que a população imigrante residente no concelho de Vila Nova de Famalicão não se confronta com dificuldades/obstáculos específicos no acesso à habitação. Note-se, contudo, que quase metade do universo de inquiridos (41,4%) declarou não saber ou não quis responder a esta questão.

### 6.3. MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

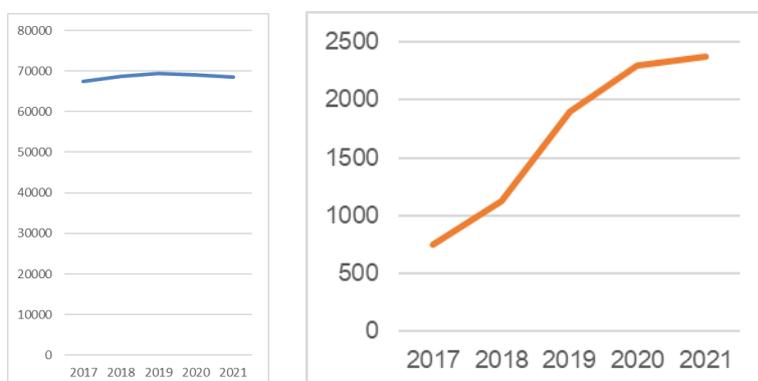
#### Emprego de migrantes

Nos últimos anos, acompanhando a tendência de incremento dos cidadãos estrangeiros a residir em Vila Nova de Famalicão, assistiu-se a um crescimento muito significativo dos trabalhadores migrantes.

O registo das pessoas singulares residentes no concelho de Vila Nova de Famalicão com qualificação de trabalho<sup>10</sup> dá conta de uma evolução muito expressiva e que contrasta, em termos relativos, com a evolução registada entre os cidadãos nacionais. Entre 2017 e 2021 os trabalhadores portugueses tiveram um aumento de 1,5% (numa trajetória não linear, de crescimento até 2019 e decréscimo nos dois anos mais recentes) enquanto os trabalhadores migrantes aumentaram continuamente, numa variação global de 215%, ou seja, mais que triplicaram em apenas 5 anos.

<sup>10</sup> Dados do Instituto da Segurança Social que incluem Trabalhadores por Conta de Outrem, Trabalhadores Independentes, Trabalhadores do Serviço Doméstico, Trabalhadores com Seguro Social Voluntário e Membros de Órgãos Estatutários.

**Gráfico 8 - Pessoas singulares residentes no concelho de Vila Nova de Famalicão com qualificação de trabalho**



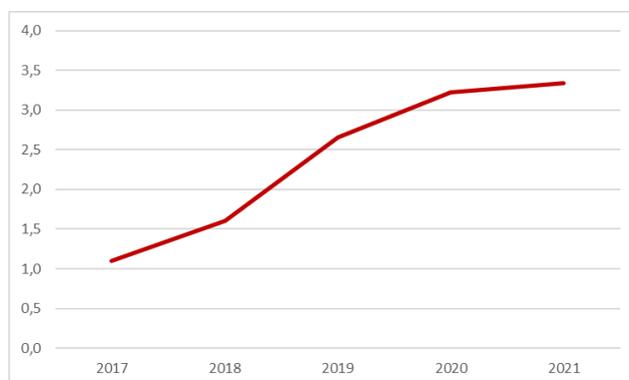
Portugueses

Estrangeiros

Fonte: ISS, Sistema de Estatísticas da Segurança Social  
(situação da base de dados de 01/10/2021).

Este crescimento traduziu-se num claro reforço do peso dos trabalhadores estrangeiros. Embora correspondam a uma pequena parte do total, é claro o aumento da proporção de estrangeiros entre os trabalhadores registados que passa de 1,1% em 2017 para 3,3% em 2021.

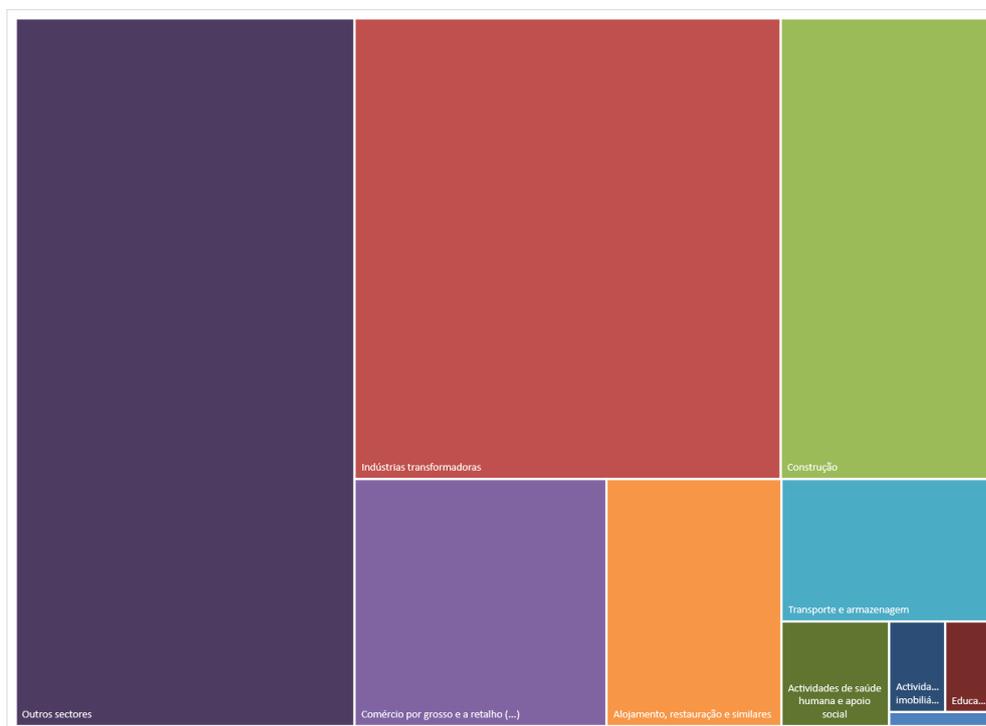
**Gráfico 9 - Proporção de estrangeiros entre as pessoas singulares residentes no concelho de Vila Nova de Famalicão com qualificação de trabalho**



Fonte: ISS, Sistema de Estatísticas da Segurança Social  
(situação da base de dados de 01/10/2021).

Considerando as atividades onde se integram os trabalhadores estrangeiros com remunerações declaradas, é possível verificar uma grande diversidade (com registo de estrangeiros em todas as secções da Classificação das Atividades Económicas), embora alguma concentração setorial. Três secções concentram mais de três quartos destes trabalhadores: Indústrias transformadoras (28,4%), Construção (14,1%) e Outros Sectores (34,7%). Comércio (9,0%) e Alojamento, Restauração e Similares (6,3%) são as secções que se seguem em termos de relevância.

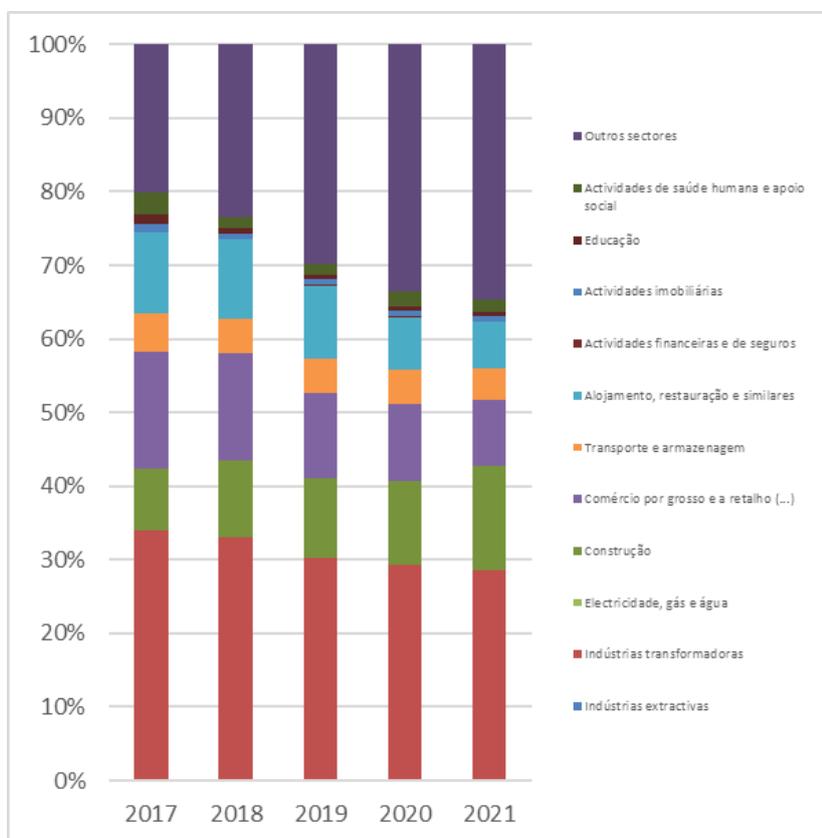
**Figura 4 - Pessoas singulares estrangeiras com registo de remunerações declaradas, residentes no concelho de Vila Nova de Famalicão, por secção da CAE, 2021**



Fonte: ISS, Sistema de Estatísticas da Segurança Social (Situação da base de dados de 15/10/2021).

A evolução recente, ilustrada no gráfico seguinte, dá conta de algumas alterações na importância relativa de cada uma daquelas secções, designadamente com um aumento da proporção de migrantes em actividades de Outros Setores e na Construção e uma redução do peso dos trabalhadores das Indústrias Transformadoras, do Comércio e do Alojamento, Restauração e Similares.

**Gráfico 10 - Evolução da proporção de pessoas singulares estrangeiras com registo de remunerações declaradas, residentes no concelho de Vila Nova de Famalicão por Seção CAE**



Fonte: ISS, Sistema de Estatísticas da Segurança Social (situação da base de dados de 15/10/2021).

Dada a obrigatoriedade de comunicação da contratação de trabalhadores estrangeiros por parte dos empregadores, a Autoridade para as Condições do Trabalho dispõe de informação sobre o emprego de estrangeiros<sup>11</sup>. Estes dados têm como referência o local de domiciliação da entidade empregadora (e não de residência dos trabalhadores, como acontece com os dados da Segurança Social), o que significa que os trabalhadores identificados podem residir no concelho ou em concelhos vizinhos (e exercer a atividade em Vila Nova de Famalicão), mas podem também residir e exercer a sua atividade noutra qualquer ponto do país (situação que, segundo os interlocutores auscultados, acontece com parte significativa dos recrutamentos das empresas de trabalho temporário e outras que funcionam como “intermediárias” com as entidades a quem os trabalhadores irão efetivamente prestar serviços).

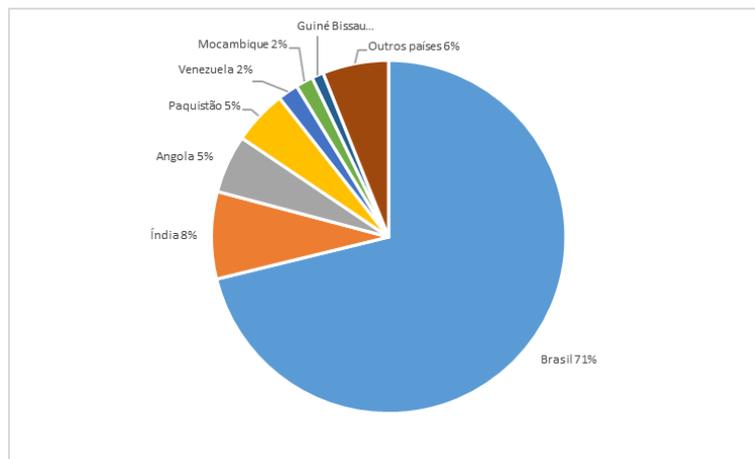
Segundo esses dados, os trabalhadores estrangeiros registados em 2021 (de 01/01 a 15/11/2021) foram 1127<sup>12</sup>. A maioria destes cidadãos são nacionais do Brasil (802 trabalhadores, mais de 70% do total; este

<sup>11</sup> Exclui-se desta obrigatoriedade a contratação de cidadãos nacionais de países membros da União Europeia, de outros países europeus, do Brasil (desde que tenham requerido o estatuto de igualdade de direitos) de Cabo Verde, da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe.

<sup>12</sup> Este valor corresponde a quase metade das comunicações efetuadas em 2020 (2078 trabalhadores entre 01/01/2020 e 31/12/2020).

número pode estar “subestimado” face à possibilidade de não haver comunicação nos casos em que tenha sido requerido o estatuto de igualdade de direitos), seguindo-se os cidadãos provenientes da Índia (8%), Angola (5,3%) e Paquistão (5%), tendo as restantes nacionalidades representatividades muito diminutas.

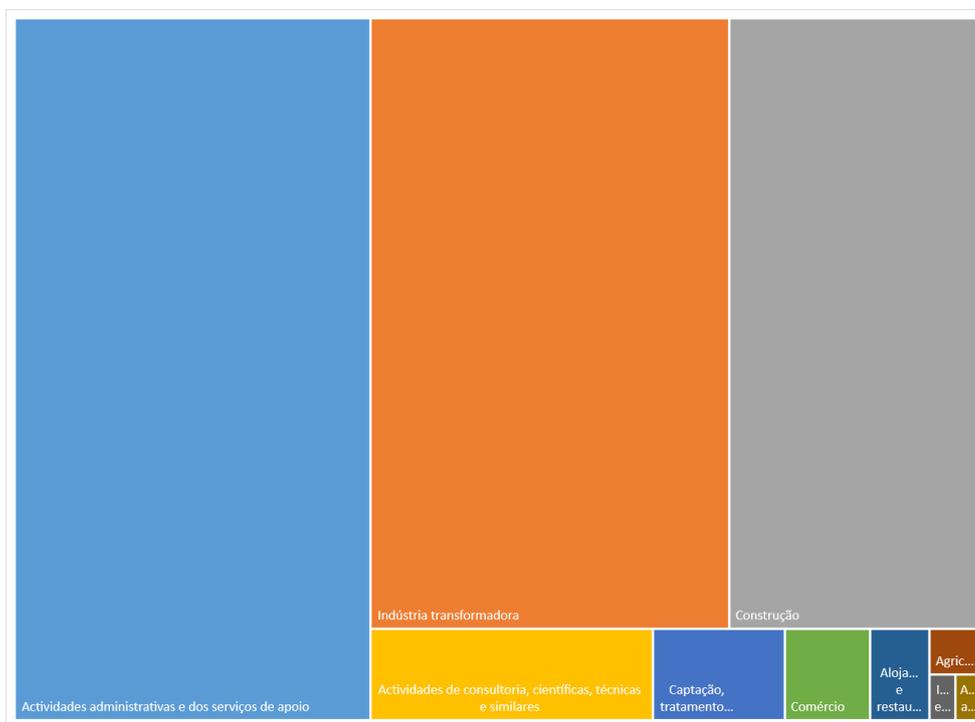
**Gráfico 11 - Trabalhadores estrangeiros de acordo com a comunicação à ACT pelas entidades empregadoras no concelho de Vila Nova de Famalicão, por nacionalidade**



Fonte: Autoridade para as Condições do Trabalho/Centro Local do Ave.

Considerando a atividade dos empregadores, é evidente a preponderância de empresas de Atividades administrativas e dos serviços de apoio (415 trabalhadores) que, na sua quase totalidade, correspondem a empresas de trabalho temporário ou outras atividades de emprego (400 trabalhadores), contrastando com o número quase residual (15) de trabalhadores de empresas com outras atividades (limpeza, *helpline*/apoio telefónico e acabamentos têxteis). Se juntarmos a estas, as que têm Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (que, tal como aquelas, são quase exclusivamente empresas com atividades de emprego, havendo apenas dois trabalhadores contratados por entidades com atividade de investigação científica e de desenvolvimento), os trabalhadores estrangeiros que estão empregados nestas entidades “intermediárias” correspondem a mais de 40% das comunicações efetuadas à ACT. Refira-se que algumas destas empresas comunicaram a contratação de várias dezenas de trabalhadores estrangeiros (uma única empresa 120 trabalhadores e outra quase nove dezenas, em ambos os casos, quase exclusivamente cidadãos brasileiros). Como antes se disse, grande parte destes trabalhadores, embora formalmente sejam contratados por empresas sedeadas em Vila Nova de Famalicão, poderão não desempenhar a sua atividade no concelho.

**Figura 5 - Trabalhadores estrangeiros de acordo com a comunicação à ACT pelas entidades empregadoras no concelho de Vila Nova de Famalicão, por secção da CAE**



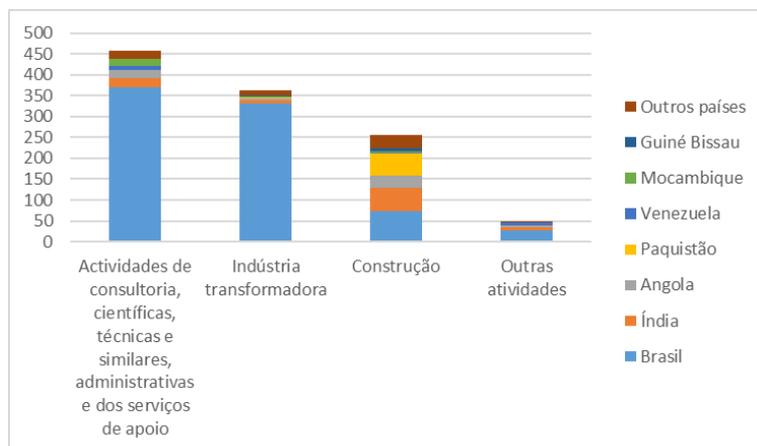
Fonte: Autoridade para as Condições do Trabalho/Centro Local do Ave.

A indústria transformadora (designadamente nas áreas da produção de carnes e produtos à base de carne e da metalúrgica e fabricação de produtos metálicos) e a construção ocupam uma posição também relevante enquanto atividades empregadoras de cidadãos estrangeiros (32% e 23%, respetivamente). Uma empresa da indústria da carne e uma outra de construção comunicaram a existência de quase uma centena de contratos com trabalhadores estrangeiros: na primeira quase todos são cidadãos brasileiros, na segunda são todos oriundos de países asiáticos, principalmente Paquistão e Índia. A construção é, aliás, a única atividade onde não há uma predominância clara dos cidadãos brasileiros.

Às restantes atividades cabem apenas 4,4% do total de trabalhadores estrangeiros cuja contratação foi comunicada à ACT.

O gráfico seguinte procura ilustrar as principais atividades empregadoras de trabalhadores estrangeiros no concelho de Vila de Nova de Famalicão, por nacionalidade. Nesse sentido, optou-se por agregar as duas secções da CAE onde, como referido anteriormente, se concentram as entidades empregadoras que operam como “intermediários” de emprego – Atividades de Consultoria, científicas, técnicas e similares e Atividades Administrativas e dos serviços de apoio.

**Gráfico 12 - Trabalhadores estrangeiros de acordo com a comunicação à ACT pelas entidades empregadoras no concelho de Vila Nova de Famalicão, por secções agregadas da CAE e nacionalidade.**

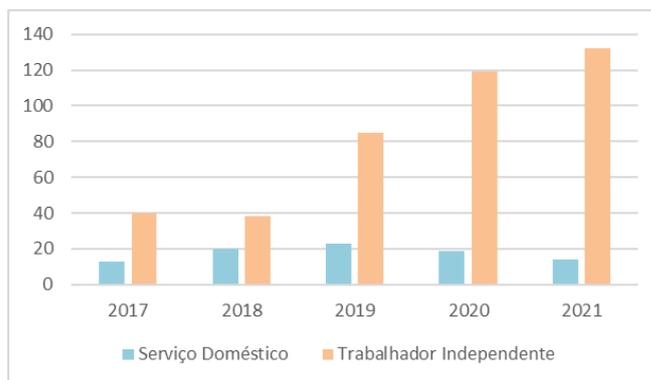


Fonte: Autoridade para as Condições do Trabalho/Centro Local do Ave.

De acordo com os dados do Instituto da Segurança Social, os trabalhadores independentes estrangeiros, embora em muito menor número que os que exercem a sua atividade por conta de outrem, registaram um aumento igualmente significativo (mais que triplicam, passando de 40, em 2017, para 132, em 2021. Segundo os interlocutores entrevistados, alguns estrangeiros fazem a inscrição como trabalhadores independentes tendo em vista submeter a “manifestação de interesse” e regular a sua permanência no país (embora o processo seja, segundo a responsável do CLAIM, mais moroso do que quando se trata de contratos de trabalho por conta de outrem).

Os trabalhadores do serviço doméstico estrangeiros, em número ainda menor, registam uma evolução mais irregular, aumentando entre 2017 e 2019 e diminuindo desde então, variando entre os 13 e os 23 trabalhadores ao longo desses cinco anos.

**Gráfico 13 - Pessoas singulares estrangeiras com registo de remunerações declaradas, residentes no concelho de Vila Nova de Famalicão, qualificadas como trabalhadores independentes e do serviço doméstico.**



Fonte: ISS, Sistema de Estatísticas da Segurança Social (Situação da base de dados de 15/10/2021).

Apesar de, como vimos, haver alguma diversidade sectorial no emprego de cidadãos estrangeiros em Vila Nova de Famalicão (que contrasta com outros contextos territoriais, onde o emprego de estrangeiro é marcado por uma forte concentração setorial), em muitas áreas de atividade a presença de estrangeiros é residual. Alguns interlocutores sublinharam a pouca representatividade dos estrangeiros (ou de cidadãos com origem noutros países e, entretanto, naturalizados portugueses) nos serviços da administração pública e em determinados universos de atividade (direito, consultoria, etc.).

Em termos de iniciativas empresariais, embora sejam conhecidas algumas situações de migrantes que criam o seu próprio “negócio”, designadamente na área da restauração e dos serviços pessoais (p. ex. cabeleireiros e estética), estas parecem ser muito pontuais. O Município desconhece o número de negócios/empresas que são dinamizados por imigrantes.

### **Procura de trabalhadores migrantes**

Os contactos estabelecidos com os atores locais, incluindo alguns empregadores e empresas de recrutamento dão conta da escassez de mão-de-obra no concelho e das dificuldades de recrutamento, designadamente no setor industrial e para a modalidade de trabalho por turnos. Segundo os interlocutores entrevistados, a indústria manifesta grande recetividade à contratação de migrantes havendo uma prática regular de recrutamento de imigrantes por parte de um número crescente de empresas.

Por seu lado, de acordo com aqueles interlocutores, existe também um incremento do número de estrangeiros à procura de trabalho no concelho, indo ao encontro daquela procura.

São já muitas as empresas que empregam trabalhadores estrangeiros, designadamente brasileiros, mas também ucranianos, cubanos, venezuelanos, entre outras nacionalidades, refletindo o perfil dos estrangeiros residentes em Vila Nova de Famalicão. Em algumas empresas a proporção de trabalhadores estrangeiros é significativa.

De um modo geral, a contratação de estrangeiros não é necessariamente uma “opção” dos empregadores. No essencial, há necessidades de recrutamento e mobilizam-se os trabalhadores disponíveis e que têm competências adequadas, independentemente da sua nacionalidade. Não obstante, segundo os representantes das empresas de recrutamento auscultados, há algumas empresas que manifestam “preferências” em termos de nacionalidades, considerando que os trabalhadores com determinadas origens se integram melhor no mercado de trabalho ou que têm maiores níveis de responsabilidade e compromisso.

Segundo as empresas de recrutamento contactadas, a maioria das empresas suas clientes procura homens, o que decorre do perfil de tarefas para que são recrutados, e esta realidade é válida quer para trabalhadores nacionais, quer para estrangeiros. Assim, entre os trabalhadores estrangeiros recrutados por estas empresas, as mulheres acabam por ser em menor número.

A contratação de estrangeiros feita através das empresas de recrutamento ocorre quer para ocupação de posições a longo prazo (nestes casos, nem sempre exigem que os cidadãos estrangeiros sejam detentores do Título de Residência, podendo este ser obtido depois, tendo como suporte o contrato de trabalho), quer para dar resposta a necessidades temporárias, por exemplo em operações de logística. O trabalho sazonal ligado à agricultura, preponderante noutras regiões onde o emprego de migrantes se tem incrementado, é, em Vila Nova de Famalicão, residual.

A perspetiva predominante entre os atores locais é de que a procura de trabalhadores estrangeiros irá acentuar-se nos próximos anos.

As ofertas de trabalho que passam pelas empresas de recrutamento e que absorvem trabalhadores estrangeiros cobrem vários setores de atividade, em particular a indústria (agroalimentar e têxtil, onde a

escassez de mão de obra parece ser mais relevante), a logística e a restauração. De acordo com os responsáveis pelos cursos de Português Língua de Acolhimento ministrados em Vila Nova de Famalicão, entre os alunos encontram-se trabalhadores de algumas destas áreas, designadamente, de empresas de transformação de carnes (maioritariamente os migrantes provenientes da Índia) e motoristas de transportes internacionais (sobretudo ucranianos). Os atores locais referem também a presença significativa de trabalhadores estrangeiros em atividades de construção civil, serviços de limpeza, setor social (assistência a idosos) e serviços pessoais (estética), algumas correspondendo a atividades preteridas por trabalhadores nacionais. É interessante a referência feita por uma IPSS sugerindo que o terceiro setor, pela sua natureza, acolhe particularmente bem os trabalhadores migrantes, oferecendo um ambiente propício à sua integração.

### **Dificuldades dos cidadãos migrantes no mercado de trabalho**

A entrada e a permanência dos migrantes no mercado de trabalho apresenta alguns constrangimentos associados à sua condição de estrangeiros. Uma das principais dificuldades tem a ver com o domínio da língua (designadamente entre os cidadãos provenientes da Índia cujo número, como vimos, está a aumentar entre os residentes em Vila Nova de Famalicão), mas, para as funções em que muitos migrantes são integrados (p. ex. operários de produção/fabris), esse parece não ser um problema importante (na ótica dos recrutadores).

Por outro lado, o desconhecimento da língua torna mais difícil o conhecimento dos direitos e deveres laborais. A transmissão desse tipo de informação por parte das entidades locais, mesmo que sejam detentoras dessa informação e pretendam transmiti-la a cidadãos estrangeiros, é também dificultada pela barreira linguística.

As questões ligadas à documentação/regularização da permanência no país são um dos obstáculos à integração que acabam por ter repercussões no trabalho: nem sempre os potenciais trabalhadores estrangeiros conseguem obter a documentação num período razoável, não podendo dar seguimento às candidaturas (p. ex. através de empresas de recrutamento).

Segundo as empresas de recrutamento auscultadas, e como referido anteriormente, alguns clientes manifestam preconceitos em relação aos cidadãos de determinadas nacionalidades (que associam a maior absentismo, dificuldades de compromisso, etc.).

Muitos cidadãos estrangeiros recorrem a empresas de recrutamento que asseguram a interlocução com as empresas que procuram trabalhadores. Algumas destas empresas também prestam apoio no encaminhamento para soluções de formação.

A questão do transporte casa-trabalho é também uma dificuldade de muitos trabalhadores estrangeiros, particularmente quando os locais de trabalho se encontram afastados das principais áreas urbanas (o que acontece, p. ex., em algumas empresas no “interior” do concelho), quando não são servidos por transportes públicos e/ou quando o trabalho se organiza por turnos (com horários não compatíveis com o serviço de transporte público). Neste contexto, por vezes, são as empresas empregadoras que mostram resistência em contratar trabalhadores que, dependendo de outras soluções de transporte (p. ex. boleia de colegas), podem ser “obrigados” a faltar, podendo comprometer, inclusivamente, as linhas de produção que deles dependem. Não se conhecem em Vila Nova de Famalicão soluções de transporte implementadas pelas empresas empregadoras. Existem situações residuais de trabalhadores estrangeiros que se deslocam a pé ou de bicicleta para o local de trabalho.

Embora não sejam conhecidas situações concretas de trabalho indigno entre migrantes, alguns atores locais relatam episódios vividos por terceiros e salientam a importância de prevenir situações de exploração de mão-de-obra estrangeira.

Os cidadãos migrantes são especialmente afetados pela precariedade laboral, sobretudo os que se encontram há menos tempo no concelho. De acordo com os docentes que acompanham os alunos de PLA, muitos estão numa situação laboral instável e manifestam a vontade de encontrar empregos mais estáveis e ajustados às suas competências.

De acordo com as respostas das entidades locais ao inquérito lançado no âmbito do PMIM, as principais dificuldades/obstáculos específicos com que a população imigrante residente no concelho se confronta no acesso ao mercado de trabalho identificadas são as seguintes: desajustamento entre qualificações e atividade profissional (32,4%), desajustamento entre qualificações e remuneração salarial (20,6%), renitência na contratação de imigrantes por parte das entidades empregadoras (20,6%) e problemas de comunicação e domínio da língua portuguesa (20,6%).

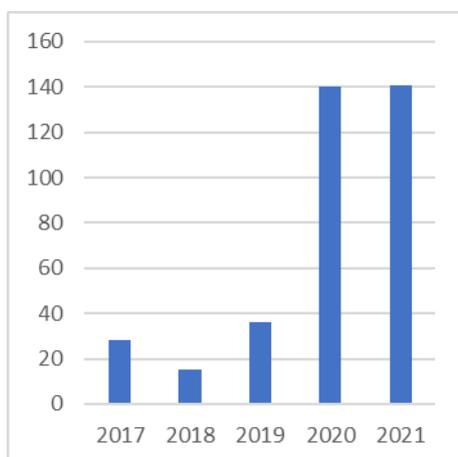
### **Desemprego e procura de emprego entre cidadãos migrantes**

De um modo geral, os atores locais auscultados consideram que não há desemprego entre os estrangeiros que residem em Vila Nova de Famalicão. De acordo com os interlocutores, muitos migrantes que se instalam no concelho tem um emprego assegurado (chegam já com contrato de trabalho ou, pelo menos, com uma expectativa concreta), embora possam colocar-se dificuldades de acesso ao mercado de trabalho por parte das respetivas famílias (por vezes, um dos membros do agregado familiar tem contrato de trabalho e o outro não). Face à elevada procura de mão de obra, mesmo os cidadãos estrangeiros que não têm contrato de trabalho ou os que deixam de o ter, têm alguma facilidade em encontrar colocação.

Os resultados do inquérito lançado junto das entidades locais apontam no mesmo sentido: apenas 14,9% do total de inquiridos considera que no concelho existem problemas de desemprego/absorção de mão-de-obra de cidadãos estrangeiros no mercado de trabalho.

Não obstante, acompanhando o crescimento do número de estrangeiros residentes em Vila Nova de Famalicão, ao longo dos últimos anos, os estrangeiros desempregados beneficiários de subsídio de desemprego têm vindo a aumentar. Entre 2019 e 2020 houve um acréscimo particularmente significativo que admitimos que se possa dever em grande parte aos efeitos da pandemia no abrandamento da atividade económica. Embora esta situação não tenha afetado exclusivamente os estrangeiros, uma quota parte destes poderá estar em situação de maior vulnerabilidade, nomeadamente dadas as situações de precariedade laboral em que muitos se encontram (refira-se que, segundo alguns atores locais, as situações de *lay-off* e de desemprego associadas à pandemia não afetaram os estrangeiros mais do que os nacionais).

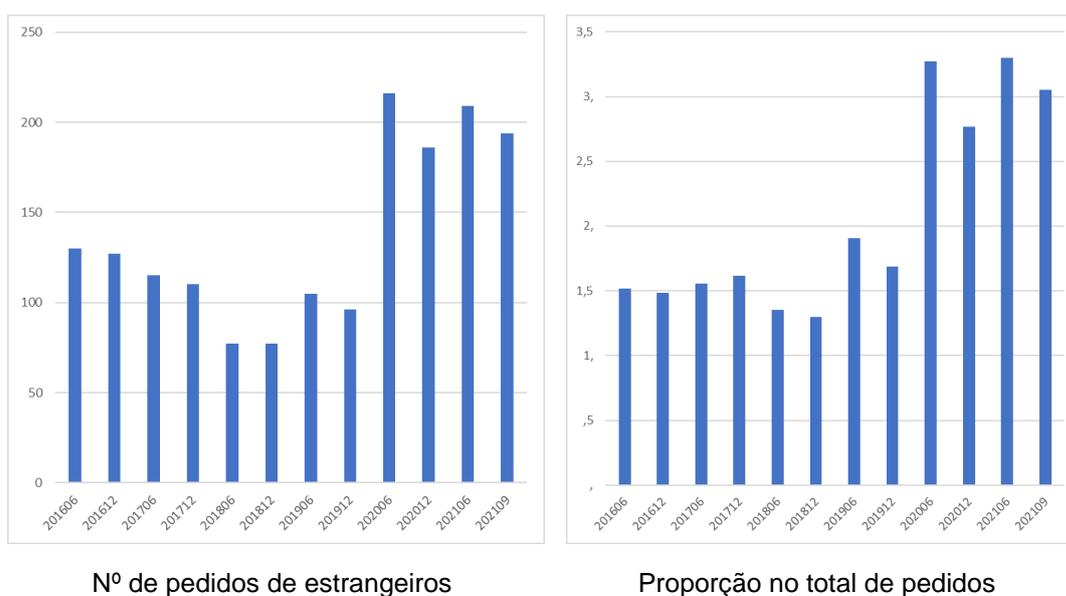
**Gráfico 14 - Estrangeiros beneficiários de subsídio de desemprego residentes no concelho de Vila Nova de Famalicão**



Fonte: ISS, Sistema de Estatísticas da Segurança Social (situação da base de dados de 01/10/2021).

Do mesmo modo, os estrangeiros inscritos no Centro de Emprego também são progressivamente mais significativos, quer em número, quer no peso que representam no total de inscritos. Os anos de 2020 e 2021 (neste último ano, os dados referem-se ao mês de setembro), foram igualmente de grande diferencial face a 2019 e aos anos anteriores. Nos anos mais recentes os inscritos estrangeiros correspondem a cerca de 3% do total de inscritos, uma proporção superior ao peso dos estrangeiros entre os residentes e que se deverá, em grande medida, ao perfil dos migrantes residentes em Vila Nova de Famalicão, na sua maioria ativos.

**Gráfico 15 - Pedidos de emprego por parte de cidadãos estrangeiros no concelho de Vila Nova de Famalicão**



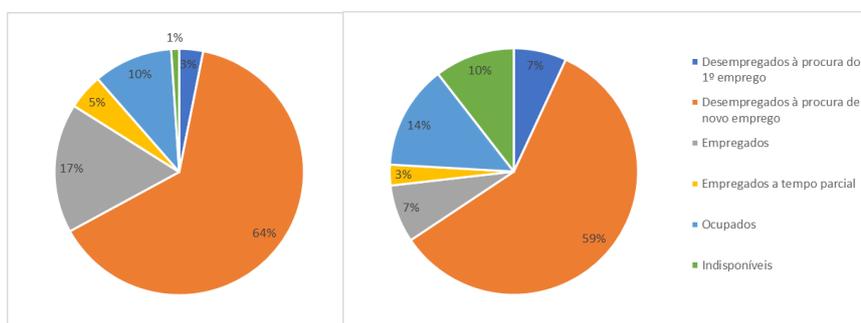
Nº de pedidos de estrangeiros

Proporção no total de pedidos

Fonte: IEFP, SIE (situação no fim do mês)

Considerando as diferentes situações em que se encontram os cidadãos estrangeiros inscritos no Centro de Emprego, verifica-se um claro predomínio dos desempregados à procura de novo emprego, correspondentes a quase dois terços do total de estrangeiros inscritos (64%)<sup>13</sup>. Seguem-se os empregados (17%) e os ocupados (10%). Estes valores diferem um pouco do perfil global dos inscritos no Centro de Emprego (e, assim, também dos nacionais, correspondentes a 97% do total de inscritos) cuja maioria continua a ser de desempregados à procura de emprego (embora apenas 59%), a que se seguem os ocupados (14%, valor um pouco superior ao dos estrangeiros) e os indisponíveis (10%, enquanto entre estrangeiros representam um valor residual). Ao nível dos desempregados à procura do primeiro emprego, que representam 7% dos inscritos, entre os estrangeiros têm uma relevância bastante menor (3%).

**Gráfico 16 - Pedidos de emprego por parte de cidadãos estrangeiros no concelho de Vila Nova de Famalicão, por categoria**



Pedidos de estrangeiros

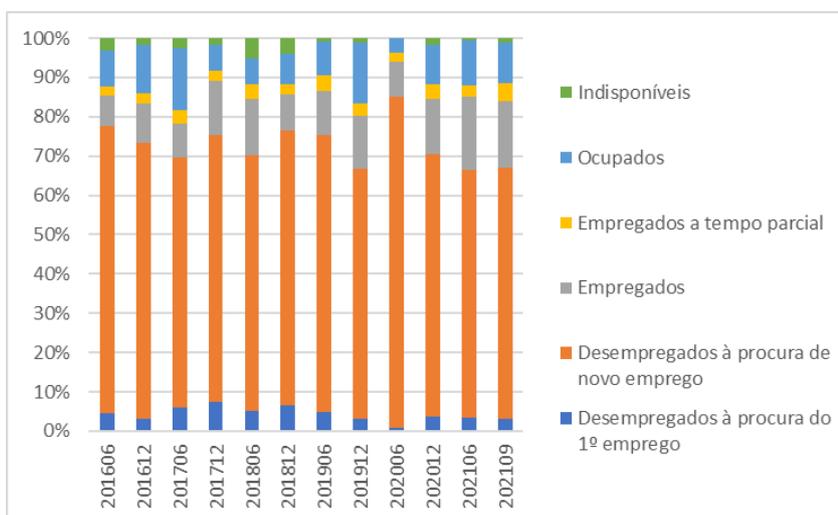
Total de pedidos

Fonte: IEFP, SIE (situação no fim do mês)

Ao longo dos últimos anos tem havido alterações nestas proporções, mas, no essencial, o perfil dos estrangeiros inscritos no Centro de Emprego, no que respeita à situação perante o mercado de trabalho, mantem-se.

<sup>13</sup> Embora se tome como referência os inscritos em setembro de 2021, nos meses/anos anteriores, como se vê adiante, a proporção é semelhante.

**Gráfico 17 - Pedidos de emprego por parte de cidadãos estrangeiros no concelho de Vila Nova de Famalicão**

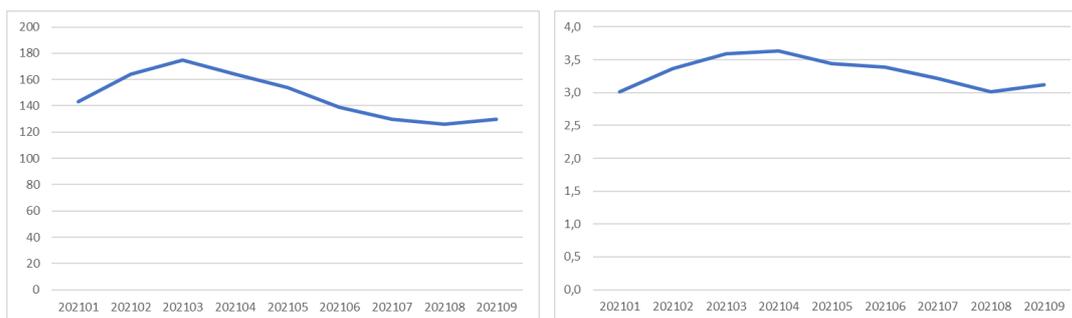


Fonte: IEFP, SIE (situação no fim do mês)

Assim, verifica-se que os estrangeiros inscritos desempregados (130 do total de 194 inscritos em setembro de 2021) correspondem a 81% do total de estrangeiros inscritos, enquanto no total de inscritos os desempregados representam 66%.

Ao longo do ano de 2021 (até setembro) o desemprego registado entre estrangeiros variou entre 126 (o valor mais baixo, em agosto) e 175 (o valor mais alto, registado em março). A proporção de estrangeiros no desemprego registado foi em todos os meses (até setembro) igual ou superior a 3%, chegando a ultrapassar os 3,5% nos meses de março e abril. Janeiro e agosto foram os meses onde essa proporção foi menor (3%).

**Gráfico 18 - Estrangeiros desempregados no concelho de Vila Nova de Famalicão**



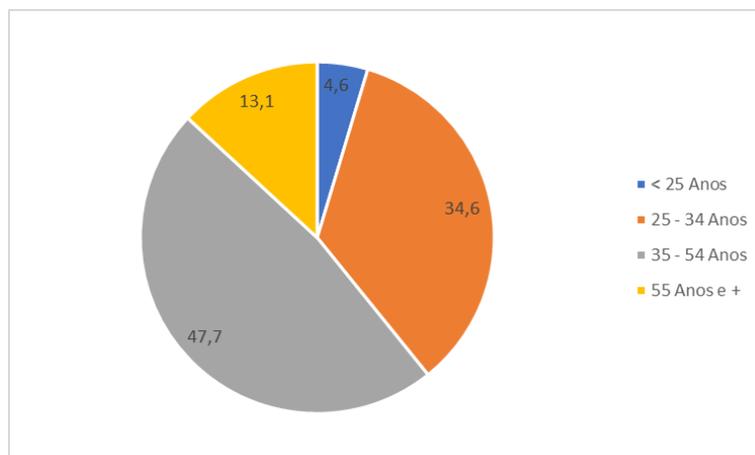
Nº de estrangeiros desempregados

Proporção no total de desempregados

Fonte: IEFP, SIE (situação no fim do mês)

Em termos de estrutura etária dos estrangeiros desempregados, os últimos valores disponíveis (setembro de 2021) apontam para um maior peso dos escalões 35-54 anos (48% dos desempregados estrangeiros) e 25-34 anos (35%). Os desempregados acima dos 55 anos correspondem a 13% e menos de 5% têm até 25 anos.

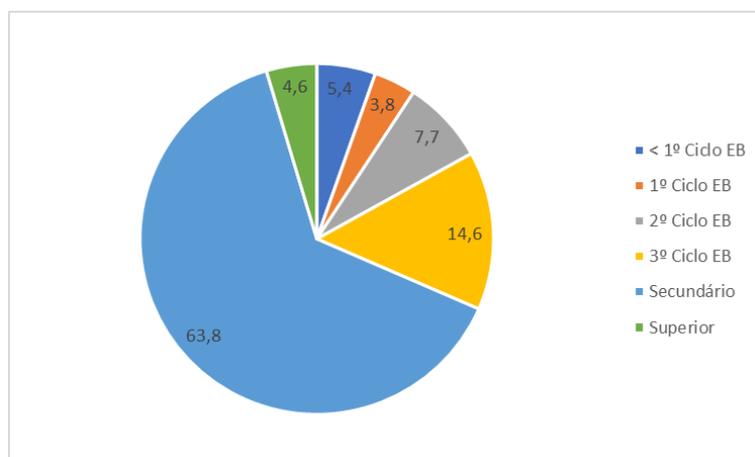
**Gráfico 19 - Estrangeiros desempregados no concelho de Vila Nova de Famalicão, por grupos etários, em setembro de 2021 (%)**



Fonte: IEFP, SIE (situação no fim do mês).

Em termos de níveis de escolaridade dos estrangeiros desempregados verifica-se a predominância dos cidadãos com ensino secundário (proporção entre 64%), seguindo-se os que completaram o 3º ciclo do ensino básico (15%) e os que completaram o 2º ciclo (8%). Menos relevante é a proporção de desempregados estrangeiros com o 1º ciclo (4%) ou menos escolaridade (5%), bem como com o ensino superior (5%).

**Gráfico 20 - Estrangeiros desempregados no concelho de Vila Nova de Famalicão, por nível de escolaridade, em setembro de 2021 (%)**

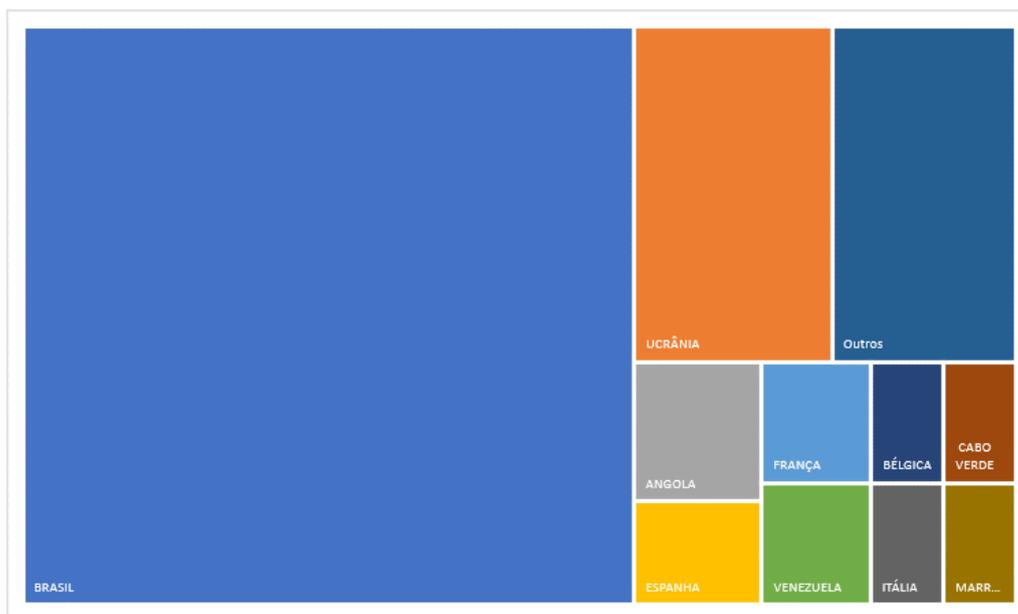


Fonte: IEFP, SIE (situação no fim do mês).

As nacionalidades dos desempregados inscritos no Centro de Emprego, embora reflitam em certa medida a origem dos migrantes de Vila Nova de Famalicão, revelam uma sobre-representação de algumas nacionalidades (particularmente da brasileira) e uma sub-representação de outras (nomeadamente a indiana). Com efeito, os desempregados inscritos brasileiros, à data de setembro de 2021, rondavam os 62% (ainda que correspondam a menos de metade dos estrangeiros residentes no

concelho), os ucranianos 12% (são 11% dos residentes) e os desempregados inscritos com origem na Índia 0,8% (apesar das oscilações ao longo do ano, em 2021 nunca forma mais de 1,3% do total de estrangeiros desempregados inscritos, embora correspondam a mais de 8% dos cidadãos estrangeiros residentes em Vila Nova de Famalicão). As restantes nacionalidades têm um peso muito diminuto entre os desempregados inscritos (exceção para os cidadãos angolanos, que chegaram a representar 7% dos desempregados inscritos em maio de 2021, mas que em setembro eram apenas 3%).

**Figura 6 - Estrangeiros desempregados no concelho de Vila Nova de Famalicão, por nacionalidade, em setembro de 2021**



Fonte: IEFP, SIE (situação no fim do mês).

Foram referidas situações pontuais em que a procura de emprego por parte dos cidadãos estrangeiros é motivada exclusivamente pela necessidade de obter documentação que permita regularizar a situação em Portugal (pretendendo um contrato apenas para poderem apresentar junto de Administração a respetiva “manifestação de interesse”), e que acabam por abandonar o posto de trabalho alguns dias depois da contratação.

### **Promoção da empregabilidade e do empreendedorismo**

No território concelhio não existem serviços ou iniciativas de apoio aos migrantes nos domínios do mercado de trabalho e do empreendedorismo, designadamente formação/capacitação, promoção da empregabilidade, incentivo ao empreendedorismo, divulgação/sensibilização para direito do trabalho, higiene e segurança, etc. Esta situação é evidente na análise das respostas ao inquérito: a grande maioria dos inquiridos desconhece iniciativas específicas que promovam a empregabilidade dos imigrantes (94,2%) ou de incentivo ao empreendedorismo imigrante (95,5%) no concelho.

Não obstante, alguns dos serviços e iniciativas existentes em Vila Nova de Famalicão, não sendo especificamente dirigidas a esta população, abrangem estrangeiros ou têm condições para o fazer.

O Programa de Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS 4G) que está a ser desenvolvido em Vila Nova de Famalicão pela Engenho - ADL de Vale do Este (entidade coordenadora local) tem

acompanhado alguns cidadãos estrangeiros. Trata-se de um projeto de inclusão social com vários eixos que dão respostas relevantes, designadamente para os migrantes, numa perspetiva de aumento da empregabilidade: dando a conhecer como funcionam as instituições e os serviços; promovendo o encontro de oportunidades entre desempregados e empresas, (também recorrendo a medidas de apoio ao emprego); desenvolvendo competências empreendedoras para quem tem competências em determinadas áreas (cozinha, artes, etc.); e assegurando a articulação com o Centro Qualifica (para reconhecimento de qualificações e encaminhamento para cursos de Português Língua de Acolhimento).

O Made in, programa municipal de promoção da iniciativa empresarial, através do apoio a empresários e empreendedores para o desenvolvimento dos seus projetos empresariais, não contempla nenhuma linha específica para migrantes. Não obstante, e conforme informação do seu responsável, o Made in está disponível para apoiar cidadãos estrangeiros que pretendam criar o seu próprio negócio e para a incubação de empresas (desde que legalmente constituídas em Portugal), em qualquer um dos 3 polos de incubação: Riopelle (serviços de apoio à indústria têxtil e de vestuário), Globus (todas as áreas de negócio) e CIIES – Centro de Investigação, Inovação e Ensino Superior (negócios associados à sustentabilidade). Até ao momento, através do Made In, não foi incubada nenhuma empresa com empreendedores migrantes ou dado qualquer outro apoio a cidadãos estrangeiros.

Como veremos adiante (cf. subcapítulo 6.12), o Made In desenvolve também um conjunto de outras ações orientadas para a atração de talento, nacional e estrangeiro, que procuram promover a inserção do concelho numa lógica global, associada à componente económica e empresarial (com um foco nos mercados e setores estratégicos no concelho, como o têxtil, o automóvel ou o agroalimentar), mas também à educação, à cultura e ao desporto.

## 6.4. EDUCAÇÃO E LÍNGUA

### Conhecimento da língua portuguesa e oferta de cursos de PLA

Uma das dificuldades do processo de integração dos migrantes referidas pela generalidade dos atores locais tem a ver com o conhecimento da língua e repercute-se em diversos domínios do quotidiano dos cidadãos migrantes, seja no trabalho, seja nos contactos com as instituições e serviços locais, muitas vezes indispensáveis à regularização da permanência no país.

Nas respostas ao inquérito, as instituições locais mostram um quadro bastante desfavorável em relação ao conhecimento da língua. A maioria dos inquiridos considera que o nível de conhecimento/domínio da língua portuguesa por parte da população imigrante residente em Vila Nova de Famalicão (excluindo os oriundos do Brasil e de PALOP) é “fraco” (35,6%) ou “suficiente” (25%), havendo ainda um número residual que considera que esse conhecimento é “nulo” (2,3%). Pelo contrário, menos de 8% dos inquiridos consideram que o nível de conhecimento/domínio da língua portuguesa por parte daquela população é “bom” ou “muito bom” (respetivamente, 6,9% e 1%). Cerca de um quarto do universo de inquiridos (25,3%) declarou não saber responder a esta questão.

As comunidades imigrantes que, na perceção dos inquiridos, têm maiores dificuldades no domínio da língua portuguesa são a indiana (a mais referida), ucraniana, chinesa, francesa e paquistanesa (por ordem decrescente de dificuldade, conforme resultados do inquérito).

Na perceção da maioria dos inquiridos (43,7%), não existe em geral informação suficiente traduzida em línguas estrangeiras em serviços públicos e nouro tipo de instituições, públicas e privadas, com atendimento ao público no concelho de Vila Nova de Famalicão. Apenas 9,2% dos inquiridos faz uma avaliação positiva desta situação, considerando que existe em geral informação suficiente traduzida em línguas estrangeiras em serviços públicos e nouro tipo de instituições, públicas e privadas, com atendimento ao público. Quase metade do universo de inquiridos (47,1%) declarou não saber ou não respondeu a esta questão.

Foi ainda solicitado aos inquiridos que especificassem os serviços com atendimento ao público em que, em seu entender, não existe informação suficiente traduzida em línguas estrangeiras. De entre os vários domínios de atividades apontados, que se encontram identificados no quadro abaixo, destacam-se os seguintes: Segurança Social (11,2%), Centro de Saúde (9,9%), Hospital (9,4%), Centro de Emprego (9,4%), Finanças (6,9%), Juntas de Freguesia (6,9%) e Instituições de Solidariedade Social (5,6%).

**Quadro 2 - Domínios de atividade com maiores insuficiências em termos de tradução em línguas estrangeiras, segundo os inquiridos.**

	Nº	%
Segurança Social	26	11,2%
Centro de Emprego	22	9,4%
Centro de Saúde	23	9,9%
Hospital	22	9,4%
Câmara Municipal	8	3,4%
Finanças	16	6,9%
Registo Civil	13	5,6%
Tribunal	12	5,2%
Instituições de Solidariedade Social	13	5,6%
Juntas de Freguesia	16	6,9%
Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM)	4	1,7%
Escolas	11	4,7%
Autoridade para as Condições de Trabalho	8	3,4%
PSP	10	4,3%
GNR	10	4,3%
Comércio	10	4,3%
Restaurantes	8	3,4%
Outros	1	0,4%

Fonte: CMVNF/QP, Inquérito *online* PMIM VNF dirigido às instituições do concelho

Segundo os atores locais entrevistados, o recurso à língua inglesa (mesmo que se trate de utilizadores elementares) acaba por ser uma solução para a comunicação com migrantes não falantes de português, designadamente indianos, paquistaneses e outros cidadãos asiáticos.

No caso dos cidadãos oriundos do Brasil ou de PALOP, a questão da língua não é relevante, embora o uso de termos e expressões diferentes dos nacionais também cause, pontualmente, dificuldades de comunicação, relatadas por alguns atores locais auscultados.

O facto de as instituições locais, seja o CLAIM, seja qualquer outro serviço do Município, apenas disporem de informação em português é um obstáculo no acesso à mesma por parte dos migrantes que desconhecem a língua, funcionando como um fator de dificuldade adicional no processo de integração. Prevê-se que o Guia de Acolhimento, recentemente editado *online* pelo Município, venha a ser traduzido em inglês e em francês, alargando o leque de destinatários a quem pode, efetivamente, ser útil.

Existe em Vila Nova de Famalicão, há vários anos, oferta de cursos de Português Língua de Acolhimento (PLA) que se destinam a cidadãos migrantes adultos tendo em vista promover o conhecimento da língua portuguesa e, nessa medida, uma melhor integração.

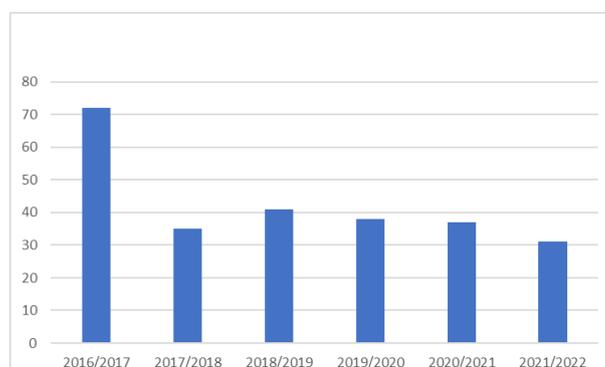
As aulas de PLA decorrem na Escola Camilo Castelo Branco, entidade de referência no concelho<sup>14</sup>, em horário pós-laboral, duas vezes por semana, ao longo do ano letivo. Geralmente são constituídas duas turmas por ano letivo, uma de iniciação e outra de aprofundamento (em 2016/2017 foram criadas três turmas), cujas vagas têm sido sempre totalmente preenchidas. No ano letivo 2021/2022, as duas turmas PLA são do nível de iniciação (havia apenas uma inscrição para o nível de aprofundamento). Com efeito, manter as turmas de aprofundamento tem sido, em geral, um desafio, porque têm menos procura e a taxa de desistência é maior (os alunos só necessitam de concluir o 1º ano para obterem um certificado). Algumas desistências (em ambos os níveis) são motivadas pela saída do país ou por alterações no emprego.

De acordo com os atores locais auscultados, a principal dificuldade associada à frequência desta oferta tem a ver com a articulação com os horários dos serviços de transporte coletivo (os professores procuram fazer uma gestão flexível do tempo de aula, para que nenhum aluno deixe de participar).

As turmas de PLA constituem um desafio para as escolas e para os professores dada a necessidade de ajustar horários (pós-laboral, não coincidindo com a atividade “normal” da escola), mas também de construir materiais pedagógicos “à medida”, considerando que são alunos adultos (com interesses muito diferentes das crianças e jovens alunos de Português Língua Não Materna) e o caráter muito heterogéneo das turmas em termos de proficiência linguística, de níveis de formação (alguns com escolaridade básica, outros com formação superior) e de origens.

Nos últimos seis anos letivos (entre 2016/2017 e 2021/2022) estiveram inscritos 254 alunos estrangeiros. No primeiro destes anos houve 71 inscrições (foram criadas 3 turmas), mas nos anos seguintes manteve-se um número de inscrições entre 31 e 41 (duas turmas por ano).

**Gráfico 21 - Alunos inscritos nos cursos de Português Língua de Acolhimento, entre 2016/2017 e 2021/2022**

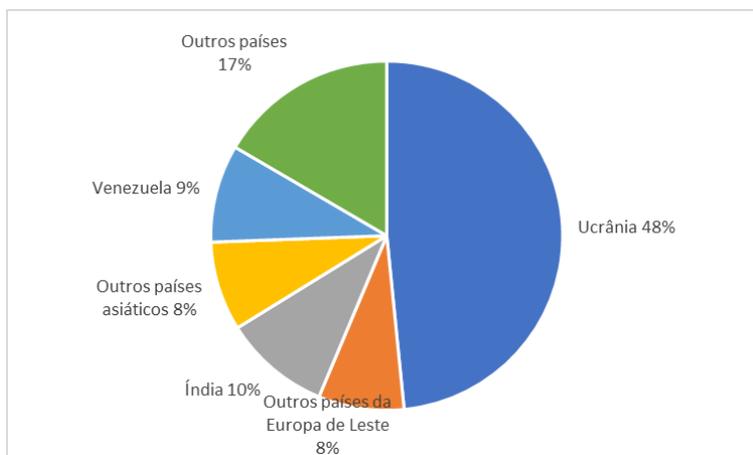


Fonte: Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco.

No conjunto destes alunos é evidente a preponderância de alunos nacionais da Ucrânia ou de outros países da Europa de Leste (correspondem a 56% do total).

<sup>14</sup> Até 2017, a Escola Secundária Júlio Brandão, do mesmo Agrupamento, teve esta oferta.

**Gráfico 22 - Alunos inscritos nos cursos de Português Língua de Acolhimento, entre 2016/2017 e 2021/2022, por nacionalidade**

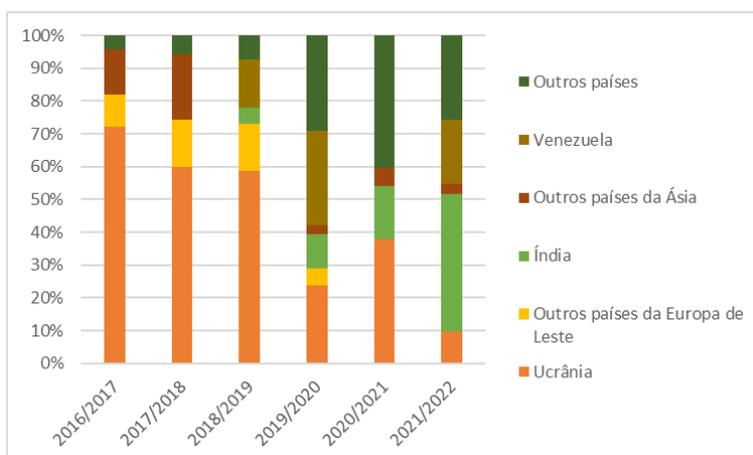


Fonte: Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco.

Seguem-se em termos de número de inscrições os cidadãos da Índia e de outros países asiáticos, onde se inclui China, Nepal, Bangladesh, Uzbequistão e Filipinas (totalizam 18% dos alunos), e a seguir os da Venezuela (9%). Entre os países de origem dos restantes alunos de PLA (17%) estão vários países europeus e africanos, sul-americanos e norte-americanos, havendo inclusivamente inscrições de alunos de nacionalidade portuguesa (5% do total), em geral, luso-descendentes que não dominam o português.

Quanto às origens, se no ano 2016/2017 mais de 80% dos alunos inscritos eram provenientes da Europa de Leste, no último ano analisado (2021/2022) apenas representam 10% dos inscritos. Pelo contrário, os alunos oriundos da Índia (sem qualquer inscrição nos primeiros dois anos do período em análise) e de outros países asiáticos, têm vindo a aumentar, representando no ano letivo 2021/2022 mais de 40% do total de alunos. Os cidadãos venezuelanos também surgem entre os inscritos em 2018/2019, mantendo-se expressivos no ano seguinte bem como no último registado (quase 20% dos inscritos em 2021/2022).

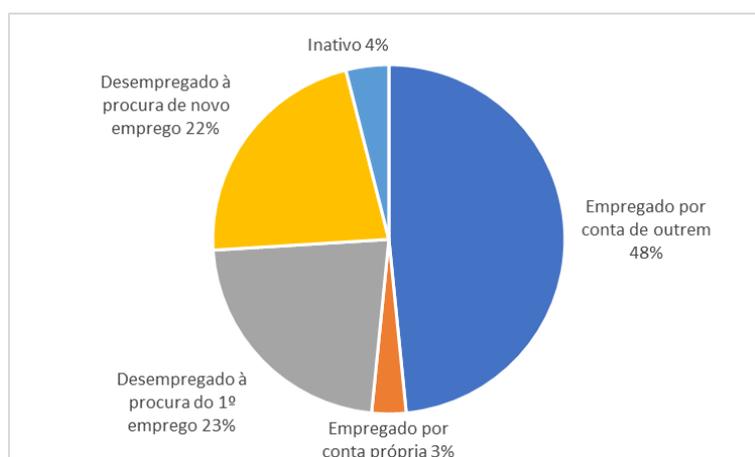
**Gráfico 23 - Evolução dos alunos inscritos nos cursos de Português Língua de Acolhimento, entre 2016/2017 e 2021/2022, por nacionalidade**



Fonte: Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco.

Em termos gerais, verifica-se uma crescente diversidade de origens dos alunos e, simultaneamente, uma evolução da representatividade das diferentes nacionalidades que, em grande medida, acompanha as alterações registadas nos fluxos migratórios, designadamente, a perda de relevância dos cidadãos ucranianos e o incremento dos indianos e outros asiáticos entre os residentes em Vila Nova de Famalicão.

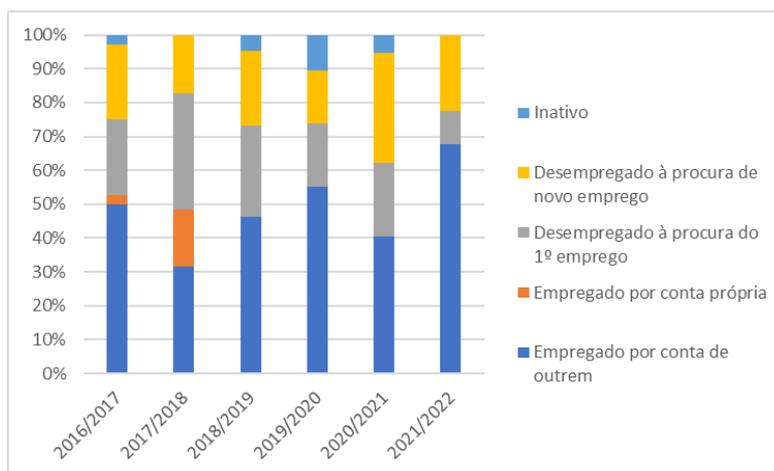
**Gráfico 24 - Evolução dos alunos inscritos nos cursos de Português Língua de Acolhimento, entre 2016/2017 e 2021/2022, por nacionalidade**



Fonte: Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco.

O perfil dos alunos também tem variado quanto à situação profissional. Os alunos mais velhos tendem a estar empregados, os mais jovens estão por vezes ainda em busca de trabalho e existem também alunos desempregados e inativos. Ao longo do período em análise registaram-se algumas oscilações na situação profissional dos alunos inscritos nos cursos de PLA.

**Gráfico 25 - Evolução dos alunos inscritos nos cursos de Português Língua de Acolhimento, entre 2016/2017 e 2021/2022, por situação profissional**



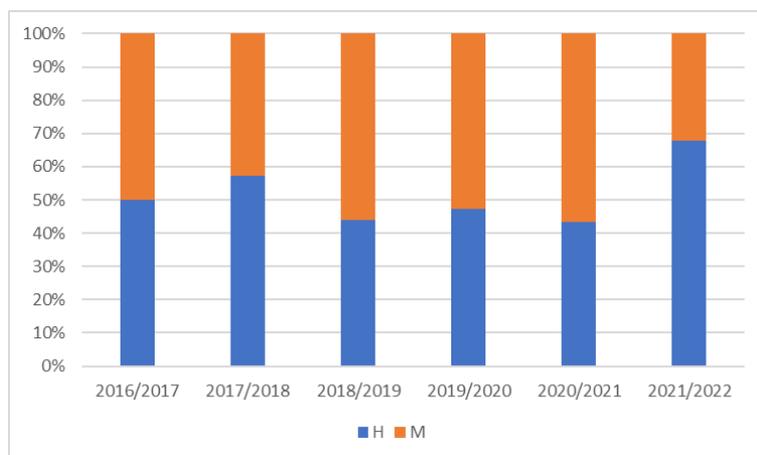
Fonte: Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco.

Em 2021/2022, a maioria dos alunos (68% dos inscritos) encontra-se empregada (todos por conta de outrem), mas nos anos anteriores a proporção de alunos empregados foi sempre menor. Os desempregados à procura de primeiro emprego representam cerca de 10% dos alunos, embora nos anos anteriores correspondam a uma proporção dos inscritos mais significativa (entre 18% e 34%). Os desempregados à procura de novo emprego correspondem a 23% dos inscritos no último ano, enquanto nos anos anteriores oscilaram entre 16% e 32% do total de alunos inscritos. Os inativos correspondem a uma parte diminuta dos alunos (apenas em 2019/2020 tiveram maior representatividade, 12% dos alunos), o mesmo acontecendo com os trabalhadores por conta própria (apenas presentes em dois anos letivos, num deles representando 17% do total de alunos).

De acordo com os docentes, a maioria dos alunos inscritos nos cursos de PLA tem baixa escolaridade e, os empregados estão integrados em atividades essencialmente indiferenciadas, ligadas à produção, estando muitas vezes em situações precárias. Aliás, o certificado de frequência do curso é importante para melhorar a situação profissional.

Quanto ao género, regista-se em geral (nos vários anos letivos e entre as diferentes comunidades) um grande equilíbrio entre o número de homens e de mulheres. A exceção verifica-se entre os alunos de nacionalidade indiana, quase unicamente homens, o que se traduz numa proporção de homens alunos particularmente elevada (quase 70% do total) no ano letivo 2021/2022, ano em que os alunos provenientes da Índia representam parte substancial dos inscritos. Esta situação está em linha com a relação de masculinidade entre os estrangeiros nacionais da Índia com estatuto legal de residente em Vila Nova de Famalicão que, como vimos anteriormente, são quase exclusivamente homens.

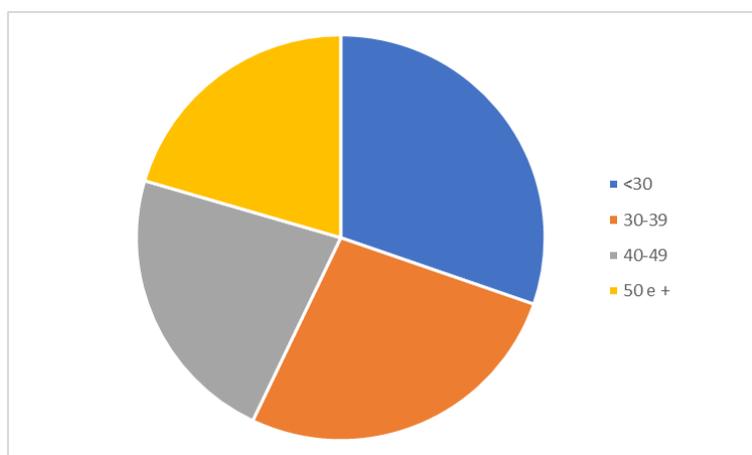
**Gráfico 26 - Evolução dos alunos inscritos nos cursos de Português Língua de Acolhimento, entre 2016/2017 e 2021/2022, por género**



Fonte: Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco.

Em termos de estrutura etária também se verifica alguma variação entre anos letivos, embora seja comum a presença de todos os níveis etários, desde os mais jovens, com menos de 30 anos, até aos mais velhos, com mais de 50, 60 e até mais de 70 anos.

**Gráfico 27 - Alunos inscritos nos cursos de Português Língua de Acolhimento,  
no ano letivo 2021/2022, por grupos etários**



Fonte: Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco.

Apesar das exigências decorrentes das características e heterogeneidade dos alunos, os professores envolvidos nos cursos de PLA salientam o interesse e a “cultura de esforço” manifestados pela generalidade dos alunos. Por outro lado, referem as boas condições das instalações e a grande disponibilidade da escola para desenvolver as abordagens pedagógicas mais adaptadas aos conhecimentos e perfis dos diferentes alunos de PLA e para o provimento de materiais pedagógicos. Consideram também que não existem necessidades específicas em termos de formação dos docentes para lecionarem estes cursos.

É habitual realizar-se, no início do curso, uma sessão de acolhimento aos alunos e, no final, uma cerimónia de entrega dos diplomas PLA (face à pandemia, não aconteceu nos últimos dois anos). Estes momentos são muito valorizados pelos alunos, que os entendem como um reconhecimento do seu esforço. Por seu lado, os professores envolvidos consideram que seria importante aprofundar este tipo de estratégias de integração, dando a conhecer estes “outros” alunos da escola à comunidade.

Pontualmente, os docentes de PLA dão algum apoio aos alunos em questões pessoais, incluindo, por exemplo, no preenchimento de documentos, na resolução de dificuldades familiares ou no encaminhando para outras entidades.

A divulgação dos cursos de PLA é feita através do Centro Qualifica, no quadro da divulgação de toda a sua oferta. De acordo com a coordenadora, muitas empresas do concelho têm conhecimento desta oferta e, nalguns casos, são os próprios empregadores que tratam do processo de inscrição dos trabalhadores<sup>15</sup>.

Relativamente ao acesso a cursos de Língua Portuguesa para adultos, no inquérito, a maioria dos respondentes (62,5%) caracteriza a situação dos cidadãos imigrantes residentes no concelho de Vila Nova de Famalicão como sendo positiva (mas apenas 5% e 2,5% “boa” ou “muito boa” e 55% avaliam-na como “média”). Pelo contrário, 37,5% dos inquiridos faz uma avaliação negativa (situação “insuficiente” ou “má”, respetivamente 35% e 2,5%).

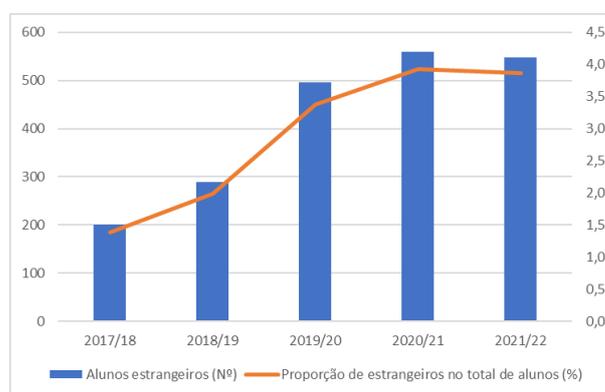
<sup>15</sup> Refira-se que, embora a inscrição possa ser feita *online*, o formulário só está disponível em português.

## Alunos estrangeiros nos estabelecimentos de ensino

A presença de migrantes reflete-se igualmente no contexto escolar, tendo-se registado nos últimos anos um incremento generalizado e muito significativo do número de alunos estrangeiros matriculados nos estabelecimentos do concelho (jardins de infância, ensino básico e secundário).

O levantamento realizado junto dos vários agrupamentos escolares<sup>16</sup> revela que os alunos estrangeiros quase triplicaram entre os anos letivos 2017/18 e 2021/22, passando de 200 para cerca de 550 alunos (+174%, quando o total de alunos diminuiu 1,7%). Esta evolução traduziu-se no reforço da proporção de estrangeiros no total de alunos de 1,4% para 3,9%.

**Gráfico 28 - Evolução dos alunos estrangeiros (nº) e da sua proporção no total de alunos (%) nos agrupamentos de escolas de Vila Nova de Famalicão**

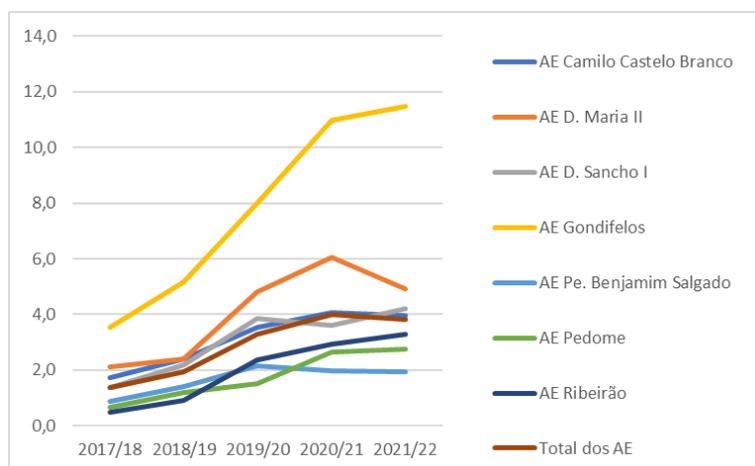


Fonte: Agrupamentos de escolas de Vila Nova de Famalicão.

A proporção de alunos estrangeiros é particularmente significativa no Agrupamento de Escolas de Gondifelos (11,5% no ano letivo 2021/22) mas também relativamente elevada (acima da média do concelho) nos agrupamentos D. Maria II (4,9%, tendo ultrapassado os 6% no ano anterior), D. Sancho I (4,4%) e Camilo Castelo Branco (4,0%). Em todos os agrupamentos, mesmo com uma pequena percentagem de alunos estrangeiros, a tendência dos últimos anos letivos aponta para um aumento generalizado da proporção de estrangeiros.

<sup>16</sup> Dados disponibilizados pelos Agrupamentos de Escolas Camilo Castelo Branco, D. Maria II, D. Sancho I, Gondifelos, Padre Benjamim Salgado, Pedome e Ribeirão.

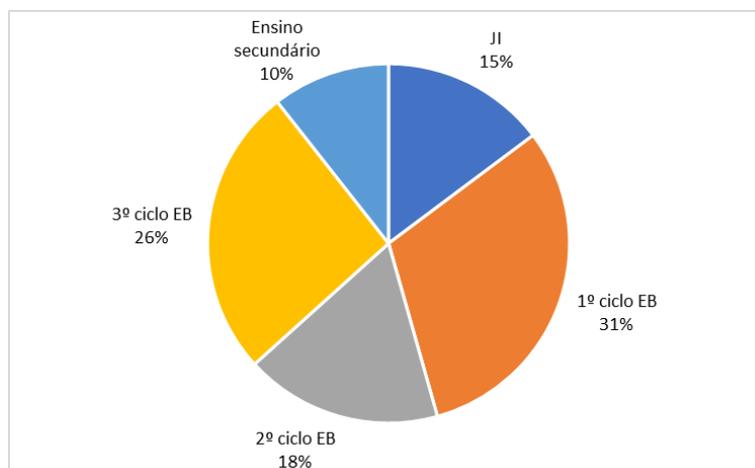
**Gráfico 29 - Evolução da proporção de alunos estrangeiros no total de alunos nos agrupamentos de escolas de Vila Nova de Famalicão**



Fonte: Agrupamentos de Escolas de Vila Nova de Famalicão.

A distribuição por ciclos permite verificar que há alunos estrangeiros em todos eles, em maior número no 1º ciclo (quase um terço do total de alunos estrangeiros). Apenas no ensino secundário se nota uma presença mais reduzida (10% do total de estrangeiros).

**Gráfico 30 - Alunos estrangeiros nos agrupamentos de escolas de Vila Nova de Famalicão, por ciclos (ano letivo 2020/2021)**



Fonte: Agrupamentos de escolas de Vila Nova de Famalicão.

As nacionalidades dos alunos acompanham, em certa medida, as origens dos cidadãos estrangeiros residentes em Vila Nova de Famalicão. De acordo com a informação disponibilizada pelos agrupamentos, em todos eles se destacam nitidamente os alunos oriundos do Brasil estando também entre as principais nacionalidades Angola, China e Ucrânia. Estão presentes também alunos de outras origens como Venezuela, Moçambique e Cabo Verde, Alemanha, França, Suíça, Bélgica e Reino Unido e ainda Filipinas e Usbequistão.

É de salientar a ausência de qualquer referência à Índia como país de origem de alunos estrangeiros, não obstante ser a terceira nacionalidade mais representada entre os cidadãos estrangeiros com estatuto legal de residente em Vila Nova de Famalicão. Estes dados são consistentes com a percepção dos atores locais entrevistados, que referiram que os cidadãos provenientes da Índia correspondem, essencialmente, a jovens adultos ativos que estão em Portugal (ainda) sem família. Não admira, portanto, que não haja uma correspondência entre as crianças e jovens com esta nacionalidade a frequentar as escolas do concelho e o peso dos cidadãos indianos entre os residentes estrangeiros.

Por outro lado, ainda que alguns agrupamentos refiram a presença de alunos da Ucrânia, as referências a este país foram diminutas, o que é de certo modo inesperado considerando que se trata da segunda nacionalidade mais representada entre os estrangeiros residentes no concelho. Tratando-se de um fluxo migratório menos recente, residem no concelho muitas famílias oriundas da Ucrânia onde eventualmente a maior parte das crianças e jovens serão portuguesas e, nessa medida, não são identificadas como cidadãos estrangeiros.

A evolução dos alunos inscritos corresponde à percepção dos atores locais de um aumento dos alunos estrangeiros nos vários agrupamentos escolares, revelado, igualmente, no incremento dos pedidos de apoio para refeições, transportes, etc. (sobretudo de cidadãos originários de África e América do Sul) registados pelos serviços sociais.

Também os estabelecimentos de ensino superior instalados no concelho, designadamente a CESPU - Escola Superior de Saúde do Vale do Ave (polos de Famalicão e Gandra), a Universidade Lusíada - Norte, a Universidade do Minho (polo de investigação laboratorial em São Cosme) e o polo do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave são frequentados por alunos/investigadores estrangeiros. Embora não tenham sido disponibilizados dados sobre o número ou origem dos alunos estrangeiros inscritos, foi possível obter alguma informação nos contactos com os atores locais, incluindo a responsável do CLAIM, uma vez que muitos alunos recorrem a este serviço.

Destaca-se a CESPU, com uma estratégia específica de internacionalização e um número muito significativo de alunos estrangeiros, sobretudo com origem em França, em resultado de protocolos estabelecidos com entidades daquele país, mas também oriundos de Espanha, do Brasil e de outros países. Nos últimos cinco anos, registou-se um aumento muito expressivo dos alunos estrangeiros da CESPU que, desde o ano letivo 2019/2020, têm representado cerca de 30% do total de alunos inscritos (em 2017/2018 correspondiam a “apenas” 16%), essencialmente em cursos de licenciatura, na área da Saúde, mas também em mestrados e cursos técnicos superiores profissionais (TeSP). Por outro lado, na Universidade Lusíada predominam os alunos provenientes dos PALOP.

Embora a comunidade francesa da CESPU esteja relativamente “fechada” (algumas aulas são inclusivamente ministradas em língua francesa e muitos estudantes nem saberão falar português), parece haver a percepção de que se sentem bem em Portugal, sendo habitual a sua presença no espaço público, nomeadamente através da frequência do centro da cidade, conforme relatado por diversos dos interlocutores entrevistados. Refira-se, por outro lado, que os alunos franceses da CESPU, convidados pelo Município para participar na primeira edição da Festa Intercultural, em 2019, optaram por não participar desse evento.

Nos contactos estabelecidos não foi identificada a necessidade de capacitação dos professores associada à presença de alunos estrangeiros nos estabelecimentos de ensino, com exceção da escola profissional CIOR que assinalou essa carência.

### **Dificuldades dos alunos e iniciativas específicas das escolas**

De acordo com alguns interlocutores, os alunos migrantes (e as suas famílias) têm alguma dificuldade em perceber como funciona o sistema de ensino. Não obstante, referem uma boa integração das

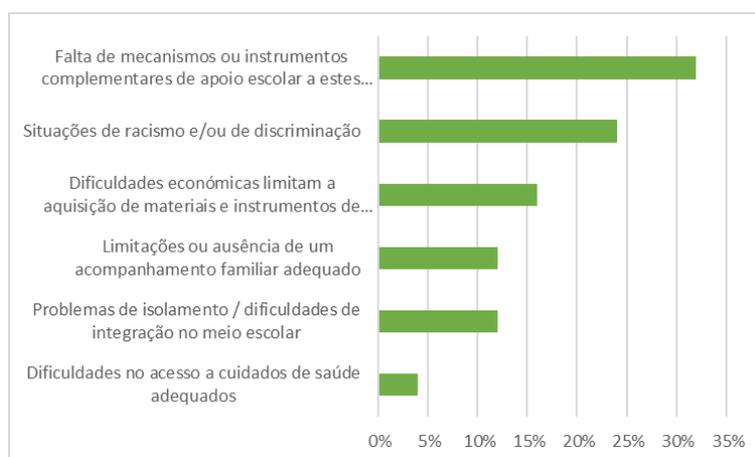
crianças e jovens migrantes nas escolas, incluindo no ensino superior, desconhecendo, em geral, problemas de inserção ou situações de racismo, discriminação ou conflito (foi inclusivamente feita referência a um inquérito escolar dirigido aos alunos estrangeiros da Escola Secundária D. Sancho I, que não relataram casos de discriminação).

No inquérito, em relação ao acesso dos cidadãos imigrantes residentes no concelho de Vila Nova de Famalicão ao sistema de ensino e formação português, a maioria dos inquiridos (83,3%) caracteriza a situação como sendo positiva (situação “média”, “boa” ou “muito boa”, respetivamente com 37,5%, 25% e 20,8% das respostas). Pelo contrário, apenas 16,7% dos inquiridos faz uma avaliação negativa, que classifica como “insuficiente”.

Questionados relativamente à existência de problemas de inserção de filhos de imigrantes nas escolas do concelho de Vila Nova de Famalicão, 48,3% respondeu categoricamente não existirem problemas de inserção de filhos de imigrantes nas escolas do concelho. Pelo contrário, apenas uma percentagem pequena de inquiridos respondeu positivamente (11,5%). Por outro lado, 37,9% dos inquiridos reconhece não dispor de elementos para se pronunciar sobre esta matéria e 2,3% optou por não responder à questão.

O gráfico seguinte apresenta os principais problemas identificados, dos quais se destacam a “falta de mecanismos ou instrumentos complementares de apoio escolar a estes alunos” (32%) e as “situações de racismo e/ou de discriminação” (24%), sendo esta última resposta contraditória com a perceção transmitida na generalidade das entrevistas com os atores locais, conforme acima referido.

**Gráfico 31 - Problemas de inserção de filhos de imigrantes nas escolas do concelho de Vila Nova de Famalicão, segundo os inquiridos**



Fonte: CMVNF/QP, Inquérito *online* PMIM VNF dirigido às instituições do concelho

Os atores locais referem que as escolas estão muito atentas aos processos de integração das crianças e jovens migrantes e que fazem um reforço nas disciplinas de língua portuguesa, nomeadamente no âmbito do ensino do Português Língua Não-Materna.

Entre as entidades respondentes ao inquérito, a maioria (70%) caracteriza a situação dos cidadãos imigrantes do concelho quanto ao acesso a cursos de Língua Portuguesa para crianças e jovens como sendo positiva (situação “média”, “boa” ou “muito boa”, respetivamente com 42,5%, 22,5% e 5% das respostas). Pelo contrário, 30% dos inquiridos faz uma avaliação negativa, que classifica como “insuficiente”.

Sobre a situação dos alunos estrangeiros da Escola Secundária Camilo Castelo Branco, que se repetirá certamente noutros estabelecimentos, foi referido que o facto de estes alunos constituírem um grupo bastante heterogéneo em termos de níveis etários e de proficiência linguística em português dificulta a constituição de turmas Português Língua Não-Materna. Este desafio apela à flexibilidade e criatividade das abordagens pedagógicas e estende-se às outras disciplinas, onde os professores procuram dar uma resposta adaptada às necessidades específicas dos alunos estrangeiros.

Os projetos e atividades dirigidos especificamente aos alunos migrantes e de âmbito intercultural parecem ser ainda residuais nas escolas do concelho, limitando-se a iniciativas em sala de aula no contexto da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento (p. ex. desenvolvimento de projetos de promoção do respeito pela diferença e diversidade cultural) e iniciativas culturais (mostras gastronómicas, música, teatro, dança, etc.).

Relativamente ao conhecimento de ações deste tipo, constata-se que a grande maioria das entidades inquiridas afirma não ter conhecimento ou nada saber sobre esta matéria (respetivamente, 21,8% e 63,2%). Com efeito, apenas 12,6% dos inquiridos afirmou conhecer ações especificamente direcionadas a alunos imigrantes a frequentarem escolas do concelho de Vila Nova de Famalicão (incluindo, nomeadamente, a oferta de Português Língua Não-Materna, a existência de apoio educativo individual para estes alunos, o trabalho realizado como o apoio do Gabinete de Psicologia e Orientação, iniciativas como o *Welcome Day* e outros apoios não detalhados). Perspetiva-se, assim, uma importante margem de aprofundamento destas estratégias.

Nas escolas profissionais de Vila Nova de Famalicão não se conhecem iniciativas de âmbito cultural especificamente dirigidas promoção da integração dos alunos migrantes.

No que concerne ao acesso dos cidadãos imigrantes residentes no concelho a apoios específicos na área da educação e formação (ex. bolsas de estudos), a maioria dos respondentes ao inquérito (67,7%) caracteriza a situação como sendo positiva (classificada como de “média”, “boa” ou “muito boa” em 41,9%, 22,6% e 3,2% das respostas, respetivamente). Pelo contrário, 32,3% dos inquiridos faz uma avaliação negativa (classificando situação “insuficiente” ou “má”, respetivamente com 29% e 3,2% das respostas).

Refira-se ainda que, quando questionados sobre as prioridades a estabelecer no âmbito do PMIM VNF, a área da Educação, formação e língua portuguesa, (com 17,7% de respostas) foi a segunda mais referida pelos inquiridos (depois de Acolhimento e integração de migrantes e com 19%).

Note-se que a Carta Educativa e o Portal de Educação do Município não têm dados sobre os alunos estrangeiros, situação que não permite um acompanhamento sistemático desta dinâmica.

## **6.5. CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO**

### **Nível de habilitações/qualificações dos migrantes**

Os atores locais são quase unânimes na constatação de que tem havido uma evolução positiva no nível de habilitações e qualificações dos migrantes residentes em Vila Nova de Famalicão, com um incremento dos cidadãos com formação superior, seja obtida no país de origem, seja obtida em instituições portuguesas. De notar que entre os associados da recentemente criada Associação de Integração Multicultural, há vários cidadãos estrangeiros licenciados.

No entanto, conforme referem muitos interlocutores, o reconhecimento das habilitações e qualificações não é fácil, desde logo porque a informação disponível não é clara, mas também porque exige processos que podem ser complexos, demorados e dispendiosos. Foram relatadas situações em que cidadãos com formação superior chegaram a Portugal sem quaisquer diplomas ou certificados de habilitações (como as “fugas” da Venezuela), implicando o seu registo como cidadãos “sem escolaridade”.

O reconhecimento de equivalências das qualificações escolares do ensino básico e secundário é feito através do Centro Qualifica, sediado na Escola Secundária Camilo Castelo Branco (embora os pedidos de equivalência de habilitações estrangeiras possam ser feitos em qualquer estabelecimento de ensino básico e secundário do concelho). O processo, regra geral, é célere e sem grandes dificuldades. De acordo com informações partilhadas em reunião com a coordenadora deste Centro Qualifica, nos últimos anos houve um incremento dos processos de reconhecimento que passaram por este Centro. A informação recolhida junto dos Agrupamentos Escolares Camilo Castelo Branco, D. Sancho I e Padre Benjamim Salgado permitiu contabilizar um total de 555 equivalências atribuídas ao longo dos últimos cinco anos letivos (números mais expressivos em 2018/2019), onde se incluem várias dezenas de processos relativos a alunos da CESPÚ.

Quanto aos graus académicos e diplomas de ensino superior, atribuídos por instituições de estrangeiras, o processo de reconhecimento tem de ser feito através de uma instituição de ensino superior nacional, sendo mais complexo, moroso e dispendioso.

Neste contexto, há muitos migrantes residentes em Vila Nova de Famalicão que ocupam posições profissionais que não correspondem ao nível de qualificação académica detido (nalguns casos, trata-se de situações temporárias, até terem o processo de reconhecimento de habilitações concluído), adaptando-se à oferta de trabalho existente. Ainda assim, é crescente o número de migrantes que têm conseguido empregos equivalentes aos que tinham no país de origem (designadamente no Brasil).

Note-se que a maioria dos respondentes ao inquérito (52,4%) faz uma avaliação positiva do processo de reconhecimento/equivalência de habilitações (situação “média” ou “boa”, respetivamente 40,5% e 11,9%), pese embora parte significativa (47,6%) faça uma avaliação negativa (situação “insuficiente” ou “má”, respetivamente 38,1% e 9,5%).

### **Alunos estrangeiros nas escolas profissionais**

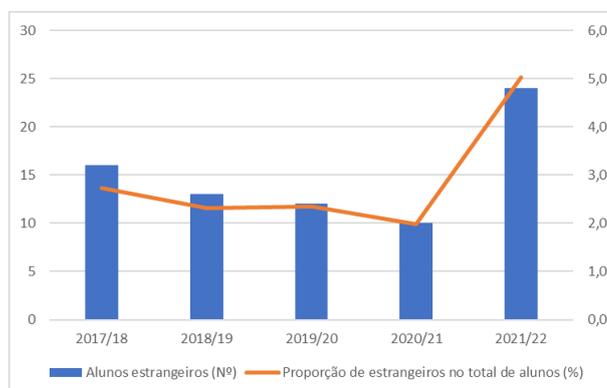
Nas escolas de ensino profissional<sup>17</sup> a presença de estrangeiros no ano letivo 2021/22 é relativamente mais importante do que nos jardins-de-infância e escolas do ensino básico e secundário (5% nas escolas profissionais, mais um ponto percentual do que nos agrupamentos escolares<sup>18</sup>), mas o número particularmente elevado de alunos matriculados neste ano não traduz a tendência de evolução recente. Com efeito, nos quatro anos letivos anteriores, o número de alunos estrangeiros nas escolas profissionais regrediu ligeira mas continuamente, passando de 2,7% do total de alunos em 2017/18 para 2% em 2020/2021, mas no ano 2021/2022 houve um expressivo aumento chegando aos 5% (não foi possível identificar as razões para esta evolução).

---

<sup>17</sup> Foram disponibilizados dados relativos apenas às escolas profissionais FORAVE, CIOR e ACE, pelo que os valores que se referem a seguir não consideram as restantes escolas.

<sup>18</sup> Note-se que se trata de universos com dimensões e significados muito diferentes: no ano letivo 2021/22, considerando os estabelecimentos cujos dados foram disponibilizados, estão inscritos mais de 12 mil alunos nos agrupamentos escolares enquanto nas escolas profissionais não chegam a cinco centenas.

**Gráfico 32 - Evolução dos alunos estrangeiros (nº) e da sua proporção no total de alunos (%) nas escolas profissionais de Vila Nova de Famalicão**



Fonte: Escolas profissionais FORAVE, CIOR e ACE.

Nas três escolas profissionais consideradas, o Brasil é a principal nacionalidade dos estudantes estrangeiros, mas há outras origens representadas, nomeadamente na CIOR a que corresponde, no ano letivo 2021/22, a maior parte dos alunos estrangeiros inscritos: Alemanha, Canadá, Suíça, Moçambique, Angola, São Tomé e Síria. Nas outras duas escolas destacam-se também China e Cabo Verde como origens dos estudantes nos anos letivos anteriores.

### **Estrangeiros em outras ações de formação e capacitação profissional**

Embora não tenha sido possível obter dados quantitativos associados a outros cursos de formação e capacitação dos cidadãos estrangeiros residentes em Vila Nova de Famalicão, nas entrevistas com os atores locais foi possível recolher informação de natureza qualitativa, designadamente sobre como percebem esta questão.

De acordo com as entidades auscultadas, entre os migrantes residentes no concelho existem muitos cidadãos qualificados, seja com formação profissional, seja com formação superior. Estes conseguem, em geral, trabalhos mais diferenciados que os estrangeiros menos qualificados, embora (conforme já referido) existam algumas dificuldades em serem reconhecidas as suas qualificações e competências.

No que respeita ao acesso a ações de formação profissional, de acordo com alguns interlocutores, os aspetos burocráticos, embora necessários, não são simples, e não existe muita sensibilidade por parte das entidades formadoras para as questões específicas dos migrantes. Nessa medida, é importante desenvolver estratégias de divulgação e comunicação adequadas de modo a promover o acesso das comunidades migrantes à formação.

Os resultados do inquérito apontam num sentido um pouco diferente já que relativamente ao acesso dos cidadãos estrangeiros a ações de formação profissional, a maioria dos inquiridos (67,7%) caracteriza a situação como sendo positiva (situação “média” ou “boa”, respetivamente com 40,5% e 27% das respostas). Pelo contrário, 32,4% dos inquiridos faz uma avaliação negativa (situação “insuficiente” ou “má”, respetivamente 27% e 5,4% das respostas).

De acordo com um dos interlocutores, e tendo em conta a sua própria experiência, a frequência de cursos de formação profissional permite aos cidadãos estrangeiros não só uma maior capacitação profissional, objetivo primordial dessa iniciativa, mas também perceber melhor as rotinas e a cultura locais e, por vezes, aceder a um emprego (p. ex., através da realização de um estágio).

## 6.6. CULTURA

A programação cultural e a oferta de eventos lúdicos, culturais e artísticos promovidos em Vila Nova de Famalicão não espelham ainda a diversidade cultural dos seus residentes, embora venha beneficiando da crescente presença de agentes culturais e artistas estrangeiros residentes no concelho. Tal é o caso, nomeadamente de Sandy Kilpatrick (cantor e compositor, de nacionalidade escocesa); de Francão (músico de nacionalidade brasileira), de Danny Catumbela (escritor, poeta e declamador, de nacionalidade angolana), para além das performances circenses regularmente promovidas pelo INAC – Instituto Nacional de Artes do Circo, entidade de ensino artístico que está sediada no concelho e que assume um perfil claramente internacional, atraindo estudantes e docentes de diversas partes do mundo. A diversidade étnico-cultural da oferta, designadamente de promoção pública (municipal) ou estruturas associativas locais, é, apesar de tudo, reduzida e, quando encontramos uma presença internacional, esta parece ser circunscrita aos países mais centrais do panorama cultural europeu, norte-americano e países lusófonos (sobretudo Brasil).

No entanto, o Município tem vindo a procurar diversificar a sua oferta de programação cultural, tendo em vista incrementar a sensibilização local para questões relacionadas com a diversidade cultural e a promoção do diálogo intercultural.

Destacam-se, assim, eventos como a Semana Intercultural, realizada entre 6 e 12 de maio 2013, em paralelo com o Fórum das Migrações, e, mais recentemente, a Festa Intercultural, cuja primeira e, até agora, única edição se realizou a 19 e 20 de outubro de 2019 (a segunda edição, planeada para 2020, acabou por ter de ser cancelada em resultado da crise pandémica COVID-19 que, entretanto, eclodiu). Ambos os eventos contaram com a participação de grupos, formais e informais, de imigrantes residentes no concelho e também fora dele, bem como representantes de outras organizações locais (estruturas educativas-formativas como o CIOR e o INAC, por exemplo), procurando assim reunir uma grande diversidade em termos de expressões culturais, religiosas, linguísticas, etc. Embora não claramente orientado para estes objetivos de fomento do diálogo intercultural, também o Mercado de Natal 2019, igualmente promovido pela Câmara Municipal, constitui um evento importante na promoção de um contacto e diálogo entre culturas diversas, tendo contado na sua última edição (realizada em 2019, tendo decorrido durante todo o mês de dezembro até ao dia de Reis) com a participação de alguns imigrantes residentes no concelho na atividade de *Showcooking*, que partilharam receitas culinárias das suas terras de origem, tendo contado ainda com várias atuações de alunos da INAC e de uma Escola de Música. Saliente-se que os eventos anteriormente referidos são gratuitos e ocorrem não só em equipamentos culturais como a Biblioteca ou a Casa das Artes, mas sobretudo em praças e em outros espaços públicos (como o Parque Urbano da Devesa), facilitando assim o acesso a diferentes públicos, incluindo aqueles que têm um menor domínio dos “códigos culturais”, o que potencialmente contribui para alargar as suas respetivas audiências, bem como fomentar cruzamentos e diálogos, promovendo assim uma maior integração de comunidades diversas.

Não obstante, no caso da Festa Intercultural, embora tenham sido convidados cidadãos migrantes (a partir da rede de contactos do CLAIM, serviço que organizou a Festa), só uma minoria se envolveu no evento, que contou com cerca de 45 participantes. Os alunos internacionais da CESPU foram igualmente convidados, mas não participaram.

Infelizmente, não existem dados que permitam caracterizar os públicos dos diferentes eventos e/ou equipamentos culturais concelhios, designadamente do ponto de vista da sua nacionalidade, dificultando assim uma avaliação do nível de adesão das comunidades imigrantes a este tipo de oferta cultural e artística. De acordo com elementos recolhidos em entrevista, a perceção geral é que a participação destas comunidades tende a ser baixa e assumindo sobretudo um papel relativamente mais “passivo”, enquanto espetadores. Com efeito, quando questionados acerca da sua perceção sobre o tipo de participação dos imigrantes nas atividades culturais promovidas pelo Município ou pelas principais instituições culturais sediadas no concelho, apenas 20,7% dos respondentes ao inquérito *online* dirigido às entidades de Vila Nova de Famalicão consideram que esta participação existe, diferenciando entre a participação ativa (3,4%) e a assistência aos eventos culturais (17,2%). Pelo contrário, 16,1% dos

inquiridos consideram que, em geral, os imigrantes não participam nas atividades culturais promovidas pelo Município ou pelas principais instituições culturais sedeadas no concelho. Finalmente, 62,1% dos inquiridos declararam não dispor de informação para responder a esta questão, o que possivelmente constitui um indício relevante da falta de visibilidade destas comunidades.

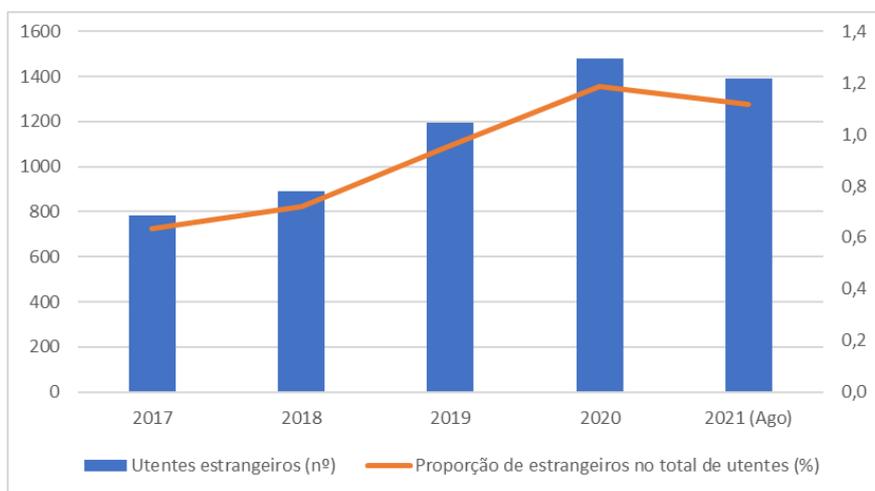
Questionados sobre a diversidade da oferta inter/multicultural existente no concelho, a maioria dos respondentes ao inquérito *online* dirigido a instituições de Vila Nova de Famalicão (77%) declarou que esta oferta inter/multicultural não existia ou afirmou não ter conhecimento relativamente a esta matéria (respetivamente, 19,5% e 57,5%); pelo contrário, 23% respondeu afirmativamente, declarando que, na sua perceção, o concelho dispõe atualmente de uma oferta cultural inter/multicultural. A apreciação positiva destes inquiridos é justificada sobretudo pela oferta regular de uma programação de espetáculos artísticos de diversos países (52%) e pela existência de eventos dedicados à mostra de expressões e manifestações culturais de diversos países e comunidades (44%). Por outro lado, quando perguntados acerca do conhecimento de que dispõem sobre iniciativas culturais promovidas e/ou especificamente dirigidas a comunidades imigrantes de Vila Nova de Famalicão, é significativo que apenas 4 inquiridos (4,6% do total) tenham respondido positivamente. Com efeito, a esmagadora maioria (95,4%) respondeu não ter conhecimento ou não saber (respetivamente, 34,5% e 60,9% das respostas). De entre os inquiridos que responderam positivamente, foram referidos como exemplos de iniciativas culturais promovidas e/ou especificamente dirigidas a comunidades imigrantes no concelho as atividades de acolhimento promovidas pelo Município, a Festa Intercultural (abordada adiante) e o *Welcome Day* - Casa da Juventude, um evento anual de acolhimento aos estudantes internacionais e de fora do concelho que frequentam as Universidades e Escolas Profissionais famalicenses.

Por último, importa referir que, como indicado no inquérito IMAD, as atuais orientações de política cultural não se dirigem especificamente para o apoio a estruturas artísticas e outras entidades da sociedade civil que promovam a dinamização de atividades culturais com enfoque nas questões de diversidade cultural ou diálogo intercultural.

## 6.7. SAÚDE

Nos centros de saúde de Vila Nova de Famalicão, o número de utentes estrangeiros registou um aumento progressivo de 2017 até 2020. Dados de 2021, reportando a agosto, dão conta de um ligeiro decréscimo em relação ao ano anterior, contrariando a tendência que se evidenciava desde, pelo menos, 2017. Entre 2017 e 2020, o número de utentes estrangeiros aumentou 89% (de menos de 800 para quase 1500) duplicando o seu peso no total de utentes – passou de 0,6% para 1,2%. Em 2021 (agosto) os utentes estrangeiros representavam 1,1% do total de utentes.

**Gráfico 33 - Evolução dos utentes estrangeiros (nº) e da sua proporção no total de utentes (%) nos Centros de Saúde de Vila Nova de Famalicão**

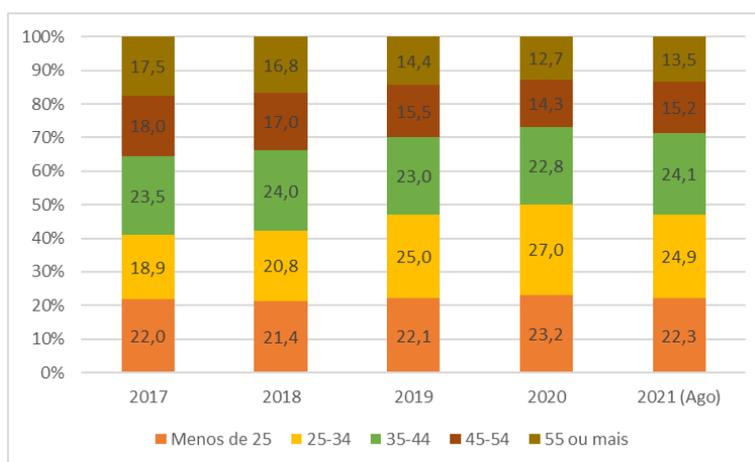


Fonte: Agrupamento de Centros de Saúde do Ave – Famalicão.

Refira-se que também entre os profissionais de saúde se encontram cidadãos estrangeiros (ou com origem estrangeira e, entretanto, naturalizados), embora não tenha sido possível obter dados de quantificação e caracterização dos mesmos.

Em termos de estrutura etária dos utentes estrangeiros, houve alterações no período em análise, no sentido da redução do peso dos mais velhos e do aumento dos mais jovens: enquanto os utentes estrangeiros com 45 ou mais anos passaram de 36% para 29% do total de estrangeiros inscritos, os utentes com menos de 35 aumentaram de 41% para 47% (em 2020 foram mais de 50% dos utentes estrangeiros inscritos nos centros de emprego).

**Gráfico 34 - Evolução da estrutura etária dos utentes estrangeiros dos Centros de Saúde de Vila Nova de Famalicão**



Fonte: Agrupamento de Centros de Saúde do Ave – Famalicão.

Este “rejuvenescimento” dos cidadãos estrangeiros nos Centros de Saúde pode ser um reflexo de alterações na estrutura familiar dos migrantes, com um reforço das crianças e jovens (filhos de migrantes) e dos adultos jovens (isolados) entre os estrangeiros residentes em Vila Nova de Famalicão.

No que respeita à origem dos migrantes inscritos nos Centros de Saúde do concelho, e acompanhando as origens dos cidadãos estrangeiros com estatuto legal de residente, uma larga maioria provém do Brasil (57% dos inscritos em 2021). Essa relevância vem-se reforçando (em 2017, os utentes brasileiros eram “apenas” 34%) com um aumento progressivo dos brasileiros inscritos (mais que triplicaram entre 2017 e 2021).

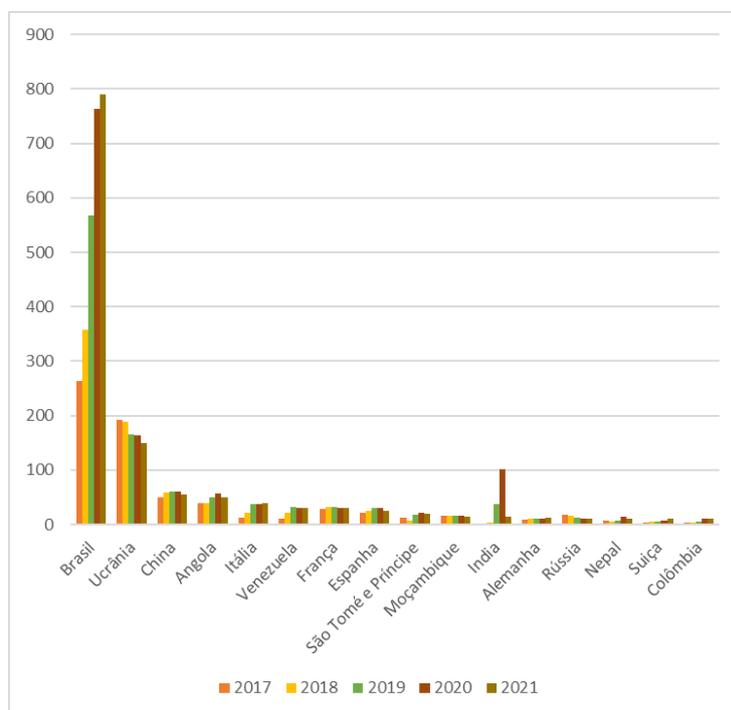
A segunda nacionalidade mais representada é a ucraniana (11% dos inscritos) mas o seu número e, sobretudo, a proporção no total de utentes estrangeiros tem vindo a decair de modo evidente (em 2017 os cidadãos provenientes da Ucrânia eram 25% dos estrangeiros inscritos e, desde então, o número de inscritos ucranianos diminuiu 23%). Seguem-se, com um peso bastante mais modesto (entre 2,2% e 4%), os utentes provenientes da China, Angola, Itália, Venezuela e França. Constata-se, assim, que as nacionalidades mais representadas entre os utentes dos centros de saúde são, em geral, as mais representadas entre o total de estrangeiros residentes.

Verifica-se, por outro lado, uma situação particular relativa aos cidadãos provenientes da Índia, que se encontram em 11º lugar (dados de 2021) entre os utentes dos Centros de Saúde do concelho, embora seja a terceira nacionalidade mais representada entre os estrangeiros com estatuto legal de residente registados em Vila Nova de Famalicão. Esta discrepância pode estar relacionada com constrangimentos no acesso aos serviços de saúde por parte dos cidadãos indianos, seja por desconhecimento do modo de funcionamento, seja por dificuldades linguísticas. Note-se ainda que no ano de 2020 o número de estrangeiros de nacionalidade indiana inscritos nos Centros de Saúde atingiu um número particularmente elevado (102 utentes, correspondendo a 7% do total e à terceira nacionalidade entre os inscritos estrangeiros), sendo que, porém, em 2021 este número baixou significativamente (apenas 15 utentes, representando 1,1% do total de estrangeiros inscritos).

Os estrangeiros provenientes de Itália e da Venezuela, embora correspondam a uma muito pequena parte dos estrangeiros inscritos (2,8% e 2,2%, respetivamente), registaram incrementos importantes nos últimos anos: os utentes italianos mais que triplicaram, os venezuelanos quase triplicaram.

Não obstante o incremento dos estrangeiros inscritos nos Centros de Saúde, o seu número está ainda aquém do número de cidadãos estrangeiros com o estatuto legal de residente registados no concelho (utentes estrangeiros correspondem a cerca de 62% dos estrangeiros residentes, quando o número total de utentes inscritos representa cerca de 93% da população residente total). Esta situação parece evidenciar alguma dificuldade no acesso desta população aos cuidados de saúde.

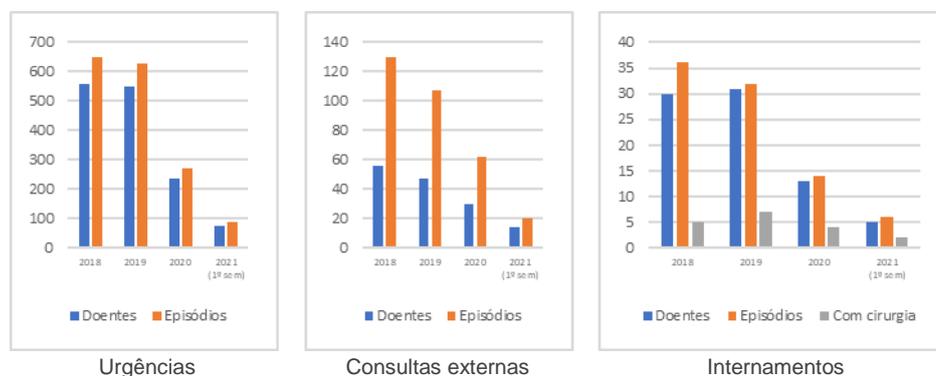
**Gráfico 35 - Evolução dos utentes estrangeiros nos centros de saúde de Vila Nova de Famalicão, por países de origem**



Fonte: Agrupamento de Centros de Saúde do Ave – Famalicão.

Na Unidade Hospitalar de Famalicão os atendimentos a estrangeiros foram significativos nos anos de 2018 e 2019, com mais de 500 doentes a recorrer às urgências e cerca de meia centena a ser acompanhados em consultas externas. Em 2020 e 2021 (no primeiro semestre) esses registos diminuíram significativamente, o que pode estar relacionado com as repercussões da pandemia, que levou ao adiamento de consultas e cirurgias e fez reduzir a procura de cuidados de saúde, a vários níveis.

**Gráfico 36 - Evolução dos utentes estrangeiros na Unidade Hospitalar de Famalicão, por tipologia de atendimento**



Fonte: Unidade Hospitalar de Famalicão (Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE)

Sobre o acesso a cuidados de saúde por parte dos cidadãos migrantes, os agentes locais auscultados parecem não ter informação substancial. Se alguns interlocutores consideram não existirem constrangimentos específicos (p. ex. as crianças filhas de estrangeiros chegam às creches com as vacinas em dia), outros relatam situações de dificuldade de acesso dos estrangeiros (p. ex. por falta de informação noutras línguas) bem como de discriminação por parte dos profissionais de saúde.

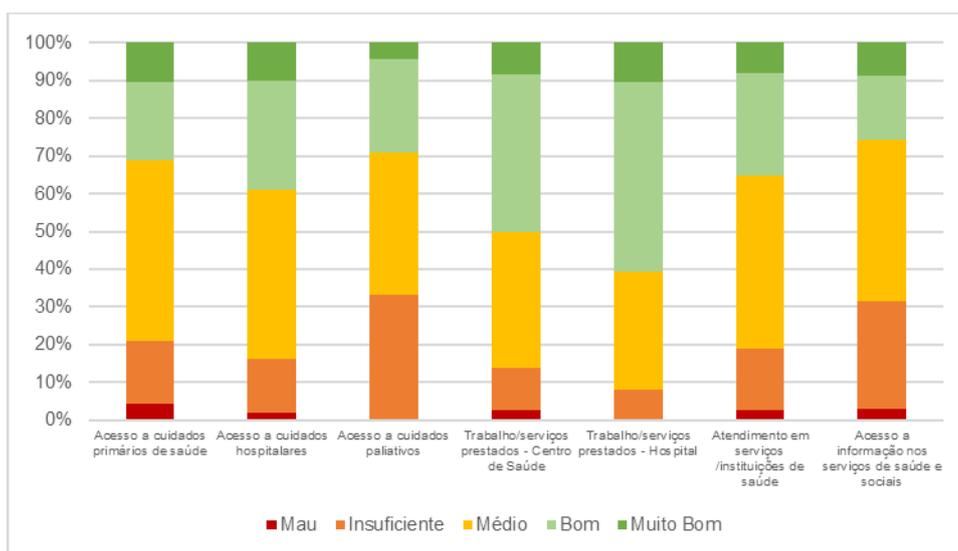
Em particular, no processo de vacinação contra a Covid-19, segundo um dos interlocutores, houve algumas dificuldades em chegar aos estrangeiros (por questões relacionadas com a língua, mas também da situação face à regularização da estada no país) mas, quando o processo se abriu a todos os cidadãos, independentemente de terem ou não a situação regularizada, houve “passa-palavra” (com a ajuda da comunidade e das entidades empregadoras) e muitos estrangeiros foram vacinados.

Embora, segundo alguns atores locais, os profissionais de saúde pareçam estar preparados para servir as comunidades migrantes, o “sistema” não está organizado para receber estrangeiros, não havendo uma estratégia específica de intervenção a este nível. Conforme referido por um interlocutor, o processo de vacinação e outras situações recentes ajudaram a perceber os constrangimentos associados ao acesso dos migrantes à saúde e a importância de promover a aproximação dos serviços de saúde locais à realidade das comunidades estrangeiras residentes no concelho e a capacitação dos respetivos profissionais para lidarem com esta população, antecipando e prevenindo outros problemas.

Recorde-se que, entre as ações de capacitação no domínio da integração de migrantes, promovidas pelo Município em 2021 e dirigidas a funcionários da autarquia e a técnicos de instituições públicas e privadas, foi realizada uma ação sobre o “Acesso dos Migrantes aos Serviços de Saúde”, que contou com a participação de responsáveis e outros profissionais dos serviços locais de saúde.

O inquérito lançado junto das entidades locais permitiu recolher igualmente alguma informação sobre a perceção que têm em relação às questões do acesso aos cuidados de saúde por parte da população estrangeira residente em Vila Nova de Famalicão, regra geral bastante positiva. Os aspetos avaliados mais negativamente têm a ver com o acesso a informação nos serviços e o acesso a cuidados paliativos.

**Gráfico 37 - Avaliação dos inquiridos sobre o acesso à saúde por parte dos migrantes no concelho de Vila Nova de Famalicão**



Fonte: CMVNF/QP, Inquérito *online* PMIM VNF dirigido às instituições do concelho

Questionados relativamente ao modo como caracterizam a situação dos cidadãos imigrantes no que diz respeito ao acesso a cuidados primários de saúde no concelho, a maioria dos inquiridos (79,2%) classifica-a como positiva (“média”, “boa” ou “muito boa”, respetivamente com 47,9%, 20,8% e 10,4% das respostas). Pelo contrário, 20,8% dos inquiridos faz uma avaliação negativa, que classifica como “insuficiente” ou “má” (respetivamente, 16,7% e 4,2%). Relativamente ao acesso a cuidados hospitalares, a maioria dos inquiridos (83,7%) classifica a situação dos imigrantes como positiva (“média”, “boa” ou “muito boa”, respetivamente 44,9%, 28,6% e 10,2%). Pelo contrário, 16,3% dos inquiridos faz uma avaliação negativa, que classifica como “insuficiente” ou “má” (respetivamente, 14,3% e 2,0%). Já relativamente ao acesso a cuidados paliativos por parte dos cidadãos estrangeiros residentes em Vila Nova de Famalicão, embora a maioria dos inquiridos (66,7%) classifique a situação como sendo positiva (situação “média”, “boa” ou “muito boa”, respetivamente 37,5%, 25,0% e 4,2% das respostas), importa notar que 33,3% dos inquiridos faz uma avaliação mais negativa, considerando que a situação atual é “insuficiente”.

Sobre a qualidade do trabalho e dos serviços prestados a cidadãos migrantes a nível local pelas principais instituições na área da saúde, designadamente centros de saúde e hospital, a avaliação dos inquiridos é ainda mais positiva: 88,2% consideram que o trabalho e os serviços que prestados pelos Centros de Saúde tem uma qualidade “média”, “boa” ou “muito boa” (respetivamente, 36,1%, 41,7% e 8,3%); pelo contrário, apenas 11,1% consideram que têm qualidade “insuficiente” e 2,8% consideram que o trabalho e os serviços prestados tem uma qualidade “má”. Em relação ao Hospital, 92,1% dos inquiridos consideram que o trabalho e os serviços prestados têm uma qualidade “média”, “boa” ou “muito boa” (respetivamente, 31,6%, 50,0% e 10,5%); pelo contrário, 7,9% consideram que têm uma qualidade “insuficiente”.

Relativamente à qualidade do atendimento a cidadãos imigrantes em serviços/instituições de saúde do concelho, a maioria dos inquiridos (81,1%) classifica a situação como sendo positiva (situação “média”, “boa” ou “muito boa”, respetivamente 45,9%, 27,0% e 8,1%). Pelo contrário, 19,9% dos inquiridos faz uma avaliação negativa da situação atual, classificando-a como “insuficiente” ou “má” (respetivamente, 16,2% e 2,7%).

Finalmente, quanto ao acesso da população migrante residente em Vila Nova de Famalicão a informação (útil à sua integração) nos serviços de saúde e sociais, a maioria dos inquiridos (68,6%) classifica a situação como sendo positiva (“média”, “boa” ou “muito boa”, respetivamente 42,9%, 17,1% e 8,6%). Atente-se, contudo, que uma percentagem expressiva dos inquiridos (31,4%) faz uma avaliação negativa da situação atual, classificando-a como sendo “insuficiente” ou “má” (respetivamente, 28,6% e 2,9%). O próprio Município, nas respostas ao questionário IMAD, reconhece que no território concelhio não são promovidas ações e/ou materiais de informação e sensibilização na vertente da saúde relacionadas ou dirigidas aos imigrantes, seja sobre direitos no acesso à saúde, competências interculturais dos profissionais de saúde e administrativos, cuidados preventivos ou rastreios de saúde.

Refira-se ainda que, quando questionados sobre as prioridades a estabelecer no âmbito do PMIM VNF, a área da Saúde, solidariedade e respostas sociais (com 16,2% de respostas) foi a terceira mais referida pelos inquiridos (depois de Acolhimento e integração de migrantes e Educação, formação e língua portuguesa, com 19% e 17,7%, respetivamente).

Nos contactos estabelecidos com as entidades locais não foram identificados quaisquer problemas de saúde específicos das comunidades migrantes, designadamente maior prevalência de determinadas doenças ou práticas tradicionais nefastas que, por vezes, são associadas a contextos territoriais com uma presença significativa de cidadãos estrangeiros (p. ex. a prevalência de HIV/SIDA entre imigrantes ou questões associadas à mutilação genital feminina).

## 6.8. SOLIDARIEDADE E RESPOSTA SOCIAL

A procura de apoios sociais por parte de migrantes junto do Município é pontual, não havendo prevalência de estrangeiros entre os cidadãos que se dirigem aos serviços de ação social. Não obstante, na sequência da pandemia COVID-19, agravaram-se as dificuldades dos cidadãos e das famílias, afetando também alguns estrangeiros.

Os serviços de ação social do Município e das IPSS locais protocoladas com a Segurança Social, no quadro da sua estratégia de resposta descentralizada, têm prestado apoio a cidadãos e famílias migrantes, seja ao nível do pagamento de rendas, de serviços de água e eletricidade, alimentação e vestuário, seja encaminhando-os para a loja social, o banco alimentar e outras associações locais. Os beneficiários destes apoios concentram-se nas freguesias mais urbanas (Vila Nova de Famalicão e Calendário e Antas e Abade de Vermoim), que corresponderão também às principais áreas de concentração dos estrangeiros em geral. Relativamente aos pedidos de Rendimento Social de Inserção (RSI) recebidos, a proporção de cidadãos estrangeiros abrangidos é reduzida (sobretudo brasileiros, embora haja também famílias ucranianas entre os beneficiários desta medida).

Através do respetivo Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, a Engenho, uma das entidades auscultadas, tem acompanhado cidadãos migrantes, embora um número reduzido no conjunto da sua atividade. As dificuldades primordiais dos cidadãos migrantes que chegam a este serviço (alguns encaminhados pelas Juntas de Freguesia) têm a ver com o desconhecimento dos mecanismos básicos dos serviços públicos em Portugal e das respostas sociais e outras existentes no país: desconhecem o CLAIM, não sabem como proceder, que custos implicam os vários processos, etc. Embora nem sempre consiga dar uma resposta imediata, este serviço articula-se com outras entidades locais (Associação Dar as Mãos, Re-food, entre outras) que funcionam como canais de recurso, antes da “entrada no sistema”.

O Município também apoia várias instituições (HumanitAVE, Re-food, entre outras) que, por sua vez, prestam apoio a estrangeiros.

No inquérito às instituições locais, a avaliação da qualidade do trabalho e dos serviços prestados a cidadãos migrantes a nível local nas instituições ligadas à solidariedade e resposta social são globalmente muito positivas: em relação à Segurança Social, 82,4% dos inquiridos consideram que o trabalho e os serviços prestados têm uma qualidade “média” ou “boa” (respetivamente 41,2% e 41,2%); quanto às instituições de solidariedade social, 91,7% dos inquiridos consideram que o trabalho e os serviços prestados têm uma qualidade “média”, “boa” ou “muito boa” (respetivamente, 38,9%, 38,9% e 13,9%).

No que toca à qualidade do atendimento prestado a cidadãos imigrantes em serviços/instituições prestadoras de cuidados sociais do concelho, a maioria dos inquiridos (84,4%) classifica a situação como sendo positiva (situação “média”, “boa” ou “muito boa”, respetivamente 50,0%, 25,0% e 9,4%). Contudo, 15,6% dos inquiridos considera que a situação atual é “insuficiente”.

Foi também solicitado aos inquiridos que especificassem os serviços ou instituições, públicas e privadas, com atendimento ao público no concelho em que, em seu entender, em geral não existe informação suficiente traduzida em línguas estrangeiras. De entre os vários domínios de atividades apontados, a Segurança Social foi o que teve maior número de referências (11,2%).

No que concerne ao acesso de cidadãos imigrantes no concelho a apoios sociais pecuniários, a maioria dos inquiridos (71,1%) classifica a situação como sendo positiva (situação “média”, “boa” ou “muito boa”, respetivamente 31,6%, 23,7% e 15,8%). Atente-se, contudo, que 28,9% dos inquiridos faz, pelo contrário, uma avaliação negativa da situação atual, que classifica como sendo “insuficiente” ou “má” (respetivamente, 21,1% e 7,9%).

Em relação às prestações familiares foi possível ter acesso aos dados relativos aos titulares de abono de família. O número de estrangeiros nessa situação tem sofrido algumas oscilações ao longo dos últimos anos, com aumentos e reduções intercaladas, que resultam num saldo ligeiramente positivo entre 2017 e 2021 (+3,3%), contrastante com o decréscimo no número total de titulares de abono de família (-16%). O perfil relativamente jovem dos estrangeiros residentes e a situação socioprofissional de grande parte deles (precaridade, baixos salários, ausência de suporte familiar, etc.) podem justificar esta dinâmica diferenciada em relação à população em geral.

Por seu lado, o número de estrangeiros pensionistas de velhice residentes no concelho de Vila Nova de Famalicão, embora muito reduzido, registou um aumento ao longo dos últimos anos (de 16 pensionistas em 2017, para 24 em 2021), o mesmo acontecendo com a proporção de estrangeiros no total de pensionistas (embora esta se mantenha abaixo de 0,1%). Ainda assim, o aumento relativo dos pensionistas estrangeiros entre 2017 e 2021 (50%) é bastante significativo face ao modesto aumento do total de pensionistas (3,5%), evidenciando a “maturidade” do processo migratório de alguns estrangeiros.

A generalidade das IPSS do concelho integra respostas que podem servir os imigrantes (apoio à infância, ATL, seniores, etc.) mas não há serviços específicos de apoio social a esta população.

As respostas sociais que acolhem cidadãos estrangeiros são essencialmente as creches. Embora o número de crianças estrangeiras (ou filhas de estrangeiros) inscritas seja ainda residual, verifica-se uma tendência de aumento, destacando-se os migrantes brasileiros. Não foram reportadas dificuldades específicas de integração das crianças migrantes (e das respetivas famílias), excluindo a desconfiança em relação a algumas opções ao nível da alimentação (p. ex. introdução de novos alimentos para as crianças mais pequenas). Por vezes há dificuldade de enquadrar algumas crianças pelo facto de não terem número de beneficiário da Segurança Social (em virtude da morosidade dos processos), indispensável à sua inscrição.

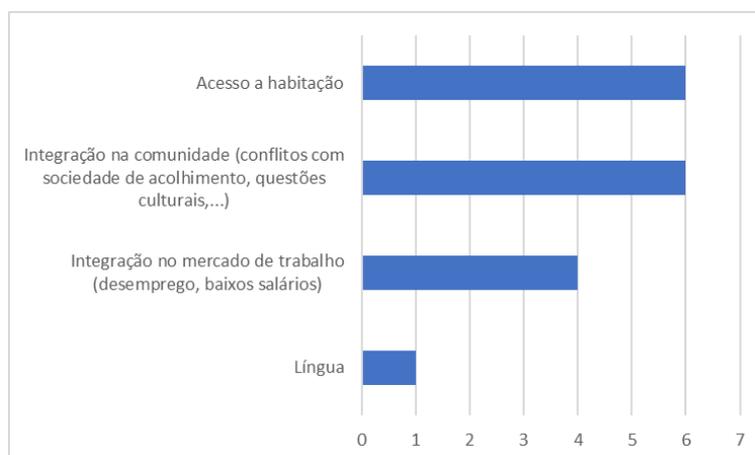
No inquérito, sobre este tema, a maioria dos respondentes (81,1%) classifica positivamente o acesso de cidadãos imigrantes a equipamentos sociais no concelho (situação “média”, “boa” ou “muito boa”, respetivamente 43,2%, 21,6% e 16,2%). 18,9% dos inquiridos faz, pelo contrário, uma avaliação negativa da situação atual, que classifica como sendo “insuficiente” ou “má” (respetivamente, 16,2% e 2,7%).

A respostas sociais, designadamente lares, centros de dia e apoio domiciliário têm, elas mesmas, necessidades de mão-de-obra onde, segundo alguns atores locais auscultados, pela natureza das instituições e dos serviços prestados, é fácil enquadrar profissionalmente os migrantes. É, pois, comum encontrar nestas instituições trabalhadores estrangeiros.

Note-se que, de entre as áreas a priorizar no âmbito do PMIM, a Saúde, solidariedade e respostas sociais foi a terceira mais destacada pelos respondentes ao inquérito (16,2%), a seguir ao Acolhimento e integração de migrantes (19,0%) e à Educação, formação e língua portuguesa (17,7%).

Questionados acerca da sua perceção relativamente à existência de problemas “sociais” específicos entre os imigrantes residentes no concelho de Vila Nova de Famalicão, a maioria dos inquiridos optou por responder “não sabe” (67,8%). De entre aqueles que responderam a esta questão, as respostas repartiram-se de forma bastante equilibrada: 14,9% dos inquiridos responderam negativamente, 16,1% afirmativamente (referindo problemas já citados como o acesso à habitação ou as dificuldades no mercado de trabalho e associadas ao domínio da língua portuguesa).

**Gráfico 38 - Problemas específicos dos imigrantes residentes no concelho de Vila Nova de Famalicão identificados pelos inquiridos**



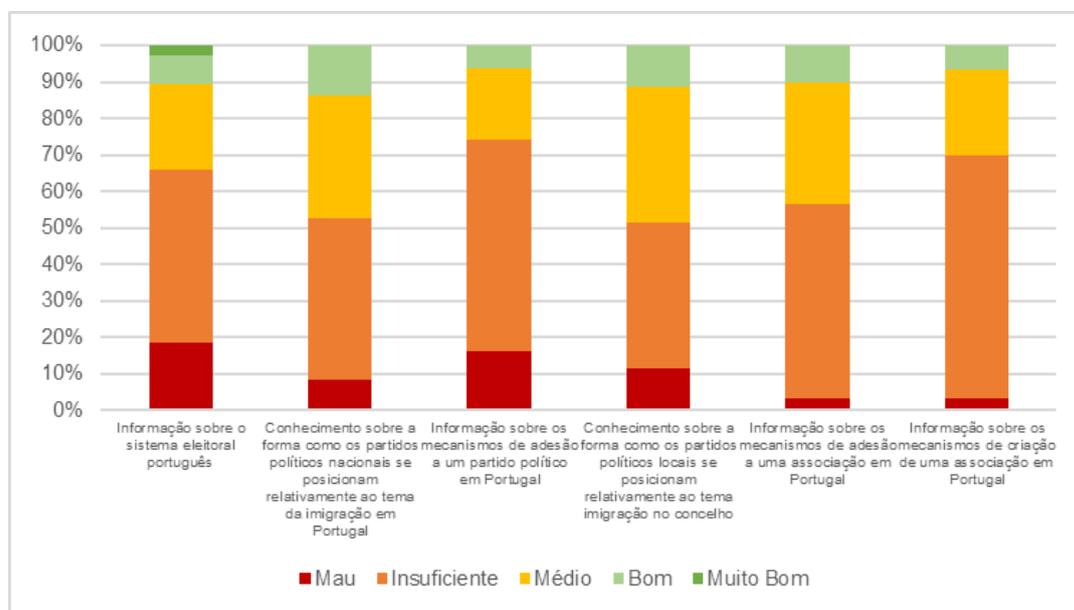
Fonte: CMVNF/QP, Inquérito *online* PMIM VNF dirigido às instituições do concelho

## 6.9. CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA

A participação da comunidade migrante de Vila Nova de Famalicão na vida cívica local parece ser ainda muito diminuta. Não há registo de migrantes com participação política (p. ex. em listas candidatas a processos eleitorais). Ao nível associativo, existe participação em termos de prática desportiva (futebol, voleibol, ginástica e outras áreas, designadamente pelos estudantes franceses) mas noutros domínios (nem mesmo em organizações informais, movimentos de opinião, práticas de participação em atividades de serviço público ou outras) não é conhecida.

No âmbito do inquérito às instituições locais, estas revelam uma perceção bastante negativa sobre o conhecimento e informação de que os migrantes dispõem para uma eventual participação cívica e atividade política e associativa. De acordo com a maioria dos inquiridos, o nível de informação/conhecimento é “mau” ou “insuficiente” (correspondem a mais de 50% das respostas em todos os temas elencados), quer se trate de questões sobre o sistema eleitoral português (66% dos inquiridos respondem uma destas opções), sobre como os partidos políticos, nacionais e locais, se posicionam relativamente ao tema da imigração (respetivamente com 53% e 51% das respostas, conforme se refiram a partidos nacionais ou locais), sobre os mecanismos de adesão a um partido político (74%) ou a uma associação (57%) ou sobre os mecanismos de criação de uma associação (70%).

**Gráfico 39 - Perceção dos inquiridos sobre o conhecimento e informação de que os migrantes dispõem para uma eventual participação cívica e atividade política e associativa**



Fonte: CMVNF/QP, Inquérito *online* PMIM VNF dirigido às instituições do concelho

Na perceção da maioria dos inquiridos (65,8%), os cidadãos imigrantes que residem no concelho dispõem de “insuficiente” (47,4%) ou “má” (18,4%) informação sobre o sistema eleitoral português. Pelo contrário, 34,2% avaliam esta situação de uma forma mais positiva, considerando que a informação de que cidadãos imigrantes residentes em Vila Nova de Famalicão dispõem sobre o sistema eleitoral português “razoável”, “boa” ou “muito boa” (respetivamente, 23,7%, 7,9% e 2,6% – o que corresponde a apenas 1 resposta classificando o conhecimento dos cidadãos estrangeiros sobre estas matérias como sendo “muito bom”).

No que toca ao conhecimento de que os cidadãos imigrantes residentes no concelho dispõem sobre a forma como os partidos políticos nacionais se posicionam relativamente ao tema da imigração em Portugal, as opiniões dos inquiridos apresentam-se bastante equilibradas no sentido de uma apreciação mais positiva ou mais negativa da situação atual. Ainda assim, são maioritários (52,8%) os inquiridos que fazem uma avaliação negativa do conhecimento de que os cidadãos imigrantes residentes no concelho dispõem sobre a forma como os partidos políticos nacionais se posicionam relativamente ao tema da imigração em Portugal (classificando-o como “insuficiente” e “mau”, respetivamente com 8,3% e 44,4% das respostas a esta questão). Mais positivamente, 47,2% dos inquiridos consideram que o conhecimento dos imigrantes que reside no concelho sobre estas matérias é “médio” ou “bom” (respetivamente, 33,3% e 13,9%).

Relativamente à informação de que os cidadãos imigrantes residentes em Vila Nova de Famalicão dispõem sobre os mecanismos de adesão a um partido político em Portugal, a maioria (74,2%) considera “insuficiente” e “má” (respetivamente, com 58,1% e 16,1% das respostas a esta questão). Pelo contrário, 25,8% considera que a informação de que os cidadãos imigrantes residentes no concelho dispõem sobre este assunto é “média” ou “boa” (respetivamente, 19,4% e 6,5%).

Quanto ao conhecimento dos imigrantes residentes em Vila Nova de Famalicão sobre a forma como os partidos políticos locais se posicionam relativamente ao tema imigração no concelho, a perceção dos inquiridos apresenta-se repartida muito equitativamente entre visões mais positivas e outras mais

negativas. 48,6% dos inquiridos respondeu que a informação de que os cidadãos imigrantes residentes no concelho dispõem sobre estas matérias tende a ser “média” ou “boa” (respetivamente, 37,1% e 11,4%). A maioria (51,4%) dos inquiridos considera, pelo contrário, que o conhecimento dos imigrantes do concelho sobre este tipo de questões tende a ser “insuficiente” ou “mau” (respetivamente, 40,0% e 11,4%).

Questionados acerca do nível de informação de que os cidadãos estrangeiros residentes no concelho possuem sobre os mecanismos de adesão a uma associação em Portugal, a maioria (56,7%) considera que este tende a ser “insuficiente” ou “mau” (respetivamente, 53,3% e 3,3%). Pelo contrário, 43,3% considera que o nível de conhecimento sobre estas matérias tende a ser “médio” ou “bom” (respetivamente, 33,3% e 10,0%).

De igual modo, questionados relativamente ao nível de informação sobre os mecanismos de criação de uma associação em Portugal possuído pelos cidadãos imigrantes que residente em Vila Nova de Famalicão, a maioria (70%) dos inquiridos caracterizou a situação atual negativamente (classificando-o o conhecimento destas matérias como “insuficiente” e “mau”, respetivamente com 66,7% e 3,3% das respostas a esta questão). Pelo contrário, 30% dos inquiridos avaliaram a situação de uma forma mais positiva, considerando que o nível de conhecimento sobre estas matérias dos cidadãos migrantes residentes no concelho tende a ser “médio” ou “bom” (respetivamente, 23,3% e 6,7%).

Procurou-se, por outro lado, perceber quais as perceções dos inquiridos relativamente ao envolvimento da população imigrante residente no concelho quer no tecido associativo local (cultural, desportivo, social), quer na vida política local. 31% dos inquiridos considera que, de um modo geral, a população imigrante não participa na vida política ou associativa local. Pelo contrário, 16,1% declarou que, na sua perceção, a população imigrante residente no concelho tende geralmente a envolver-se neste tipo de dinâmicas, tendo identificado a participação em associações e clubes desportivos (42,9% das respostas), associações culturais (21,4%), partidos políticos (17,9%), associações juvenis (14,3%) e associações cívicas (3,6%). Note-se, contudo, que maioria dos inquiridos (52,9%) declarou não dispor de informação suficiente para responder a esta questão.

Questionados sobre se conheciam associações de imigrantes sedeadas ou que atuem no concelho, a esmagadora maioria (96,6%) dos inquiridos respondeu desconhecer ou nada saber sobre esta matéria (respetivamente, 34,5% e 62,1%). Com efeito, apenas dois inquiridos afirmaram conhecer associações de imigrantes no concelho, referindo-se à Associação de Integração Multicultural (AIM), recentemente fundada.

A ideia de criar uma associação de migrantes surgiu na sequência da Festa Intercultural, promovida pelo Município em 2019, onde alguns participantes, estrangeiros residentes em Vila Nova de Famalicão mobilizados pela autarquia, constataram a ausência de um movimento associativo ligado às comunidades imigrantes, como os que conheciam noutros contextos territoriais (p. ex. Inglaterra). A primeira concretização desse movimento traduziu-se na formação de uma equipa de futebol que, em apenas alguns dias, juntou cerca de 30 migrantes que viviam no concelho, mas que estavam afastados das dinâmicas locais. As iniciativas sucederam-se até à formalização da constituição da AIM, em junho de 2020. Neste momento é dirigida por uma comissão instaladora, uma vez que o processo de eleição dos órgãos sociais tem vindo a ser adiado face aos constrangimentos de reuniões presenciais decorrentes da pandemia. A AIM tem mais de meia centena de associados oriundos do Brasil, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Togo, Angola, Rússia, Ucrânia e Paquistão. Têm contactos com imigrantes indianos, embora ainda não estejam representados entre os seus associados. Muitos associados são (já) portugueses (por naturalização). A maioria dos migrantes associados são ativos e estão em Portugal com a família (os cidadãos paquistaneses, também ativos, contrariam essa tendência, estando maioritariamente sem família).

Embora os dirigentes da Associação reconheçam a importância das atividades culturais, a sua intenção é desenvolver trabalho noutras áreas. Assim, a AIM tem procurado dar apoio a migrantes residentes em Vila Nova de Famalicão em algumas das áreas em que manifestam mais dificuldades (p. ex. acesso aos serviços da Administração Pública, procura de emprego, habitação, saúde e apoio escolar). Segundo os

responsáveis auscultados, a designação “intercultural” tem a ver com a vontade não só de “mesclar” os cidadãos de várias nacionalidades, mas também de envolver os portugueses.

Os dirigentes da Associação consideram que a participação cívica dos imigrantes é muito importante, mas que é necessário incitar essa participação, havendo ainda um longo caminho a percorrer para aumentar a presença dos imigrantes na vida pública local e promover uma maior e efetiva integração em Vila Nova de Famalicão. Atualmente, muitos imigrantes participam em atividades culturais, desportivas e outras, nomeadamente promovidas pelo Município. A Associação tem procurado divulgar essas atividades através das suas redes sociais e, na opinião daqueles dirigentes, desde que a AIM existe, a participação tem sido reforçada. Importa, contudo, continuar a promover estas atividades, aumentando a presença e a participação de cidadãos migrantes na vida quotidiana do concelho e, deste modo, reforçar a sua visibilidade no espaço público, quebrando assim algumas barreiras simbólicas e alguns preconceitos que ainda persistem, gerando maior empatia e confiança mútua.

Embora não exista ainda uma prática de colaboração regular e formal entre a Associação e o Município, a AIM foi chamada a colaborar na conceção do Guia de Acolhimento<sup>19</sup> e nos contactos estabelecidos demonstrou vontade de envolver-se mais ativamente nas dinâmicas municipais. Note-se ainda que atualmente não existe no concelho nenhuma estrutura consultiva ou de outra natureza em que os migrantes estejam representados (através da AIM ou de outra forma).

As respostas ao inquérito demonstram igualmente a escassez de outras formas de organização e interação dos migrantes (ou, pelo menos, o desconhecimento em relação às mesmas). Com efeito, apenas um número muito pequeno de inquiridos (4) afirmou conhecer grupos mais informais ligados a comunidades migrantes no concelho, referindo grupos de brasileiros e venezuelanos residentes e grupos de entreajuda em redes sociais. Foi ainda mencionado neste inquérito o papel desempenhado pelo Rotary Club de Vila Nova de Famalicão. Contudo, a esmagadora maioria dos inquiridos (95,4%) respondem desconhecer ou nada saber sobre esta matéria (respetivamente, 36,8% e 58,6%).

## 6.10. MEDIA E SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

Apesar de Vila Nova de Famalicão possuir hoje uma população imigrante relativamente ampla e diversificada, em termos de nacionalidade, a presença desta comunidade nos meios de comunicação social local (imprensa escrita, rádio e televisão, *online* e *offline*) parece ser praticamente inexistente.

Com efeito, no decurso da inquirição realizada não foi possível identificar uma única “voz pública” de imigrantes residentes no território concelhio que tenha uma presença regular no espaço mediático local – a exceção foi a referência feita, numa das entrevistas realizadas, a um pastor evangélico, de nacionalidade brasileira, que terá mantido uma coluna de opinião no jornal gratuito *O Povo Famalicense*.<sup>20</sup>

Analisando o inquérito IMAD, conclui-se ainda que não existem no concelho *media* locais de iniciativa de imigrantes e/ou dirigidos a imigrantes. De igual modo, não há programas de comunicação (por exemplo, colunas nos jornais locais; programas de TV e rádio nos meios de comunicação locais) em órgãos de comunicação social locais que abordem, de forma mais específica e sistemática, assuntos relacionados com diversidade cultural e imigração.

---

<sup>19</sup> Disponível *online* em <https://issuu.com/municipiodefamalicao/docs/quiadeacolhimento>

<sup>20</sup> Cf. [www.opovofamalicense.com](http://www.opovofamalicense.com)

Do ponto de vista das políticas públicas, importa salientar que nunca existiram até hoje apoios específicos à atividade de órgãos de comunicação social com este tipo de enfoque, nem tão-pouco dispõe a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão de uma estratégia de comunicação especificamente dirigida ao fomento de uma maior cobertura dos assuntos da diversidade cultural e da imigração nos meios de comunicação social locais. Importa salientar, contudo, a recente criação (junho de 2020) da rubrica “Famalicão é o Meu Lugar”, no Boletim Municipal semestral, dedicada a “quem não sendo natural de Famalicão faça deste território o seu lugar”. Esta rubrica visa “enaltecer os sentimentos de identidade e de pertença comunitária”.

De igual modo, e novamente com recurso à análise das respostas ao inquérito IMAD, conclui-se que parece nunca ter havido no território concelhio iniciativas de sensibilização (promovidas pela autarquia ou pela sociedade civil) dirigidas a jornalistas dos *media* locais sobre a forma de veicular informação acerca da imigração ou diversidade cultural.

Também através do inquérito *online* dirigido às instituições do concelho se procurou perceber qual a presença das comunidades imigrantes nos meios de comunicação social de âmbito local (incluindo através de notícias relacionadas com estas comunidades, com espaços de divulgação de iniciativas próprias, etc.). Das respostas dadas conclui-se ser bastante clara a perceção dos inquiridos de que esta presença não existe, tendo-se obtido 43,7% das respostas negativas a esta questão, às quais se somam 48,3% de inquiridos que afirmam não dispor de informação ou conhecimento suficiente para responder à pergunta. De igual modo, detetou-se um grande desconhecimento dos inquiridos relativamente à existência de mecanismos de comunicação próprios de algumas comunidades imigrantes no concelho. Com efeito, 33,3% dos inquiridos responderam não ter conhecimento destes mecanismos de comunicação, aos quais se somam 60,9% de inquiridos que afirmam não dispor de informação ou conhecimento suficiente para responder à pergunta. Pelo contrário, só 5 inquiridos (5,7% do total) afirmaram conhecer mecanismos de comunicação próprios de algumas comunidades imigrantes no concelho, tais como em blogues e em páginas e grupos em redes sociais como o Facebook, Whatsapp, Instagram, entre outras. Tal é o caso, nomeadamente, da página de Facebook da AIM - Associação de Integração Multicultural<sup>21</sup> – o exemplo mais referido por estes 5 respondentes, embora sem grande atividade desde 21 de outubro 2020, também referido na entrevista com os responsáveis desta entidade.

Possivelmente devido a esta escassa presença mediática das comunidades imigrantes residentes em Vila Nova de Famalicão, 3,3% dos respondentes ao questionário *online* dirigido às instituições do concelho optaram justamente por destacar a questão dos *Media* e sensibilização da opinião pública como uma das áreas a priorizar no âmbito do PMIM.

## 6.11. RACISMO E DISCRIMINAÇÃO

As situações de racismo e discriminação relativamente a cidadãos migrantes em Vila Nova de Famalicão assumem aparentemente, e de um modo geral, um carácter pontual. Efetivamente, a generalidade dos diversos interlocutores entrevistados tende a considerar que não existem no concelho problemas a este nível, fazendo uma apreciação bastante positiva do contexto atual. Também a esmagadora maioria (92%) dos inquiridos no questionário *online* aplicado a instituições do concelho declarou desconhecer (55,2%) e não saber (36,8%) de situações de racismo e discriminação (em meio laboral, escolar e/ou na comunidade) relativamente a imigrantes residentes em Vila Nova de Famalicão. De igual modo, conclui-se das respostas ao inquérito IMAD não terem sido identificadas situações de racismo ou discriminação no território concelhio.

---

<sup>21</sup> Cf. [https://www.facebook.com/AIM-Associa%C3%A7%C3%A3o-de-Integra%C3%A7%C3%A3o-Multicultural-108501710651999/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/AIM-Associa%C3%A7%C3%A3o-de-Integra%C3%A7%C3%A3o-Multicultural-108501710651999/?ref=page_internal)

Importa, contudo, salientar que no decurso do trabalho de pesquisa no terreno foram sendo relatadas, por diferentes interlocutores, situações que, embora com um carácter episódico, parecem indicar que existem na comunidade local e, sobretudo, em algumas instituições, práticas, mais ou menos discretas, de racismo e de discriminação. Com efeito, nalgumas das entrevistas realizadas foram relatadas situações de racismo e discriminação étnico-racial “discreto” (ou de “baixa intensidade”) relativamente a alguns cidadãos estrangeiros em certas áreas da Administração pública, local e desconcentrada, bem como em áreas de prestação de cuidados de saúde e também de educação. De igual modo, importa referir que, embora num número muito reduzido, 7 dos respondentes ao inquérito *online* às instituições do concelho (8% do total), afirmaram ter conhecimento de situações de racismo e discriminação em relação aos migrantes que residem em Vila Nova de Famalicão, referindo que este tipo de situações ocorre sobretudo em contexto escolar e laboral; com menor expressão, foram ainda referidas situações de racismo e discriminação no contacto dos imigrantes com a Administração Pública, em situações de prática desportiva e, por fim, no seio da própria comunidade. Note-se ainda que, quando questionados relativamente aos principais problemas de inserção de filhos de imigrantes nas escolas do concelho, houve 6 inquiridos (24% do total) que se referiram concretamente a “situações de racismo e/ou de discriminação”.

Ainda de acordo com os elementos recolhidos em entrevista, estas situações, embora pontuais e tendo, em geral, “baixa intensidade” em termos de nível de conflitualidade e ostensibilidade, parecem ocorrer sobretudo face a cidadãos estrangeiros, de diferentes nacionalidades, de tez de pele negra ou “mestiça”, geralmente em situações em que confrontam os funcionários relativamente ao modo como estão a prestar um determinado serviço. Na perspetiva de alguns dos intervenientes ouvidos, é fundamental reforçar a aposta na qualificação dos técnicos e profissionais que trabalham nos diversos serviços da Administração Pública, local e desconcentrada, e noutra tipo de domínios de serviços ao público, abordando aspetos especificamente relacionados com práticas não discriminatórias no contacto com públicos diversos, nacionais e estrangeiros. Simultaneamente, alguns dos interlocutores entrevistados identificaram ainda vantagens em combater visões estereotipadas relativamente aos cidadãos imigrantes, reconhecendo a grande diversidade e riqueza de percursos, de conhecimentos, etc. Neste sentido, foi sugerido o alargamento dos processos de recrutamento de recursos humanos Administração Pública, local e desconcentrada, a outras nacionalidades, o que propiciaria não só uma maior representatividade, diversidade e riqueza, em termos linguísticos, culturais, étnicos, etc., como também reforçaria a empatia destes técnicos e profissionais face a algumas destas comunidades migrantes e aos desafios com que, frequentemente, estas se confrontam quotidianamente.

Por outro lado, foram relatados alguns episódios de criminalidade, conflitualidade e violência em espaço público, frequentemente associadas a um consumo excessivo de álcool, que tendem a suscitar reações negativas e estigmatizante na comunidade relativamente a alguns grupos de cidadãos de nacionalidade ucraniana, romena e moldava. Segundo elementos recolhidos no processo de inquirição, as forças policiais têm procurado, ao longo dos últimos anos, assumir uma postura mais dura de vigilância e repressão, permitindo reduzir estas situações, o que não impede que subsista até hoje uma visão negativa, certamente estereotipada, enquanto uma comunidade particularmente “problemática”.

Noutro plano, o do acesso ao mercado de habitação (sobretudo arrendamento, mas também aquisição), foram sinalizadas situações discriminatórias por parte de alguns senhorios, sobretudo no caso dos cidadãos de nacionalidade brasileira (particularmente no caso das mulheres, vítimas de estereótipos que as associam à prática da prostituição). Aparentemente, é ainda com excessiva frequência que estes cidadãos se vêm confrontados com barreiras no acesso a uma habitação condigna, incluindo através da exigência do pagamento antecipado de vários meses de renda e/ou de um fiador, mas também da recusa de alguns senhorios em realizar obras de beneficiação das habitações que sejam necessárias para tornar estes espaços condignos. De acordo com alguns casos relatados, mas relativamente aos quais existe pouca informação, parecem existir, ainda que pontualmente, cidadãos de nacionalidade indiana, paquistanesa e outras de origem asiática que vivem em condições de sobrelotação, em habitações que não garantem as condições de salubridade e qualidade necessárias. Na perspetiva de alguns dos intervenientes ouvidos, é fundamental dotar as comunidades migrantes de maior informação relativamente aos seus direitos em matéria de acesso à habitação, bem como aos deveres a que os

senhorios se encontram legalmente obrigados, de forma a serem ultrapassadas as situações de discricionariedade e abuso de poder, e de discriminação baseada em fatores étnico-raciais.

Por último, referir que não foram identificadas no concelho campanhas ou outro tipo de iniciativas públicas, incluindo em contexto escolar, cujo enfoque seja o combate ao racismo e à discriminação, incluindo de migrantes e de outras comunidades minoritárias que residem em Vila Nova de Famalicão. Também no âmbito do questionário *online* a instituições do concelho se verificou que a esmagadora maioria (92%) dos inquiridos declarou desconhecer (19,5%) ou nada saber (72,4%) sobre iniciativas, atuais ou passadas, de combate ao racismo e à discriminação no concelho. Com efeito, é significativo que apenas 7 inquiridos (8% do total) tenha afirmado ter conhecimento de iniciativas de sensibilização e combate ao racismo e discriminação no concelho atualmente em curso ou que ocorreram no passado, referindo que estas estão ou estiveram associadas a iniciativas quer do CLAIM, quer de algumas das escolas do concelho.

Note-se que esta informação foi também confirmada pelas respostas ao inquérito IMAD, que evidenciam justamente que no território concelhio não existem iniciativas ou serviços (de iniciativa pública ou da sociedade civil) destinados a combater comportamentos racistas, xenófobos ou discriminatórios, bem como a promover a recolha e encaminhamento de queixas de racismo ou discriminação, ou ainda a apoiar a vítimas de discriminação, racismo e/ou xenofobia.

## 6.12. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Pese embora o Município tenha vindo nos últimos anos a apostar no desenvolvimento de algumas ações de “diplomacia económica”, constata-se que os convites dirigidos à visita e participação de câmaras de comércio, embaixadas ou serviços consulares de alguns países estrangeiros em atividades promovidas pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, através do Made In, tendem a focar-se em contextos ligados aos setores económicos/industriais localmente mais relevantes e, portanto, dissociados dos principais países de origem da imigração no concelho. Tal é o caso, por exemplo, de iniciativas de “diplomacia económica” como a Semana internacional (habitualmente realiza-se no mês de outubro; a última edição realizou-se em 2019), mas também de *workshops* com cariz mais pontual, que incluem convites a embaixadas, consulados, câmaras de comércio e, por vezes, delegações de empresários de países como a República Chega, Nova Zelândia, Japão, França ou Reino Unido, entre outros, para conhecerem o concelho e as suas empresas

Constitui uma exceção a este quadro o Programa Atração de Talento, que se insere nas medidas de atração de talento promovidas pelo Made In, procurando promover o concelho numa lógica global, associada à componente económica e empresarial (com um foco nos mercados e setores estratégicos no concelho, como o têxtil, o automóvel ou o agroalimentar), mas também à educação, à cultura e ao desporto. Um exemplo destas ações é o Programa de Estágios Internacionais, que está ainda a dar os primeiros passos (iniciou-se em 2019 e foi, entretanto, praticamente interrompido devido à pandemia). Este programa é dirigido a empresas têxtil do concelho e está a ser desenvolvido ao abrigo dos acordos de cooperação celebrados entre o Município de Vila Nova de Famalicão e duas universidades da cidade britânica de Liverpool (Hope e John Moores) que dispõem de uma oferta de cursos superiores de design têxtil e comunicação têxtil. Importa referir que a adesão ao programa é voluntária, através do *website* do Made In que disponibiliza formulários para que alunos e empresas possam apresentar as suas manifestações de interesse; posteriormente o Município faz as articulações e esforços necessários para concretizar estes estágios.<sup>22</sup> Até agora apenas foi possível concretizar um número muito reduzido de estágios (6 em 2019 e 1 em 2020; todos com uma duração de 4 meses), não sendo, assim, possível,

---

<sup>22</sup> Cf. [https://www.famalicaomadein.pt/programa\\_de\\_estagios\\_internacionais](https://www.famalicaomadein.pt/programa_de_estagios_internacionais)

fazer um balanço sólido desta experiência, embora não sejam visíveis, neste momento, efeitos concretos em termos de captação de cidadãos estrangeiros.

A política de internacionalização do Município de Vila Nova de Famalicão assenta, igualmente, no estabelecimento de redes e acordos de cooperação internacional. Neste contexto, importa referir que o Município possui um conjunto de acordos ou geminações com cidades estrangeiras que contemplam nos seus objetivos questões relacionadas com a troca de experiências e a partilha de boas práticas no domínio das migrações e/ou da integração de imigrantes. Atualmente as cidades com as quais o concelho de Vila Nova de Famalicão possui acordos de geminação firmados são as seguintes:

- Saint Fargeau Ponthierry (França), desde 29/04/1990
- Givors (França), desde 22/06/2000
- Caruaru - Estado Pernambuco (Brasil), desde 22/06/2000
- São Vicente (Cabo Verde), desde 21/01/2003
- Lobata (São Tomé e Príncipe), desde 27/07/2012
- Mocuba - Zambézia (Moçambique), desde 22/07/2013
- Arteixo - A Coruña, Galiza (Espanha), desde 08/04/2016

Como se pode concluir deste elenco, só uma pequena parte dos países de origem das mais significativas comunidades de imigrantes residentes no concelho estão representados nestes acordos de geminação (brasileiros, uma vez que os imigrantes de nacionalidade cabo-verdiana, moçambicana ou santomense são pouco expressivos).

Simultaneamente, e conforme é reconhecido nas respostas ao inquérito IMAD, não existem atualmente projetos ou políticas locais que visem promover, criar ou robustecer relações com os países de origem das comunidades imigrantes residentes no concelho de Vila Nova de Famalicão.

### **6.13. RELIGIÃO**

O aumento da população estrangeira residente no concelho traduziu-se na diversificação das confissões religiosas e dos espaços de congregação presentes em Vila Nova de Famalicão, designadamente nas áreas urbanas (aliás identificados pelos respondentes ao inquérito como espaços habitualmente utilizados pelas comunidades imigrantes).

Entre as entidades locais respondentes ao inquérito, quando questionadas acerca da existência de lugares de culto próximos (isto é, localizados no próprio concelho ou em concelhos vizinhos) que respondam à diversidade de filiação religiosa presente nas comunidades imigrantes residentes em Vila Nova de Famalicão, 19,5% responderam positivamente (destes a esmagadora maioria referiu serem locais de culto localizados no próprio concelho). Pelo contrário, 5,7% dos inquiridos considera que a frequência destes locais de culto implica a deslocação a concelhos mais distantes de Vila Nova de Famalicão ou mesmo a outras regiões do país (respetivamente, 4,6% e 1,2%). Este parece ser um domínio relativamente ao qual o grupo de inquiridos possuem pouca informação, uma vez que 72,4% declarou não ter elementos para responder a esta questão e 2,3% optaram por não responder à pergunta.

Por outro lado, questionou-se se, na sua perceção, os inquiridos consideram que as práticas religiosas ajudam a uma melhor integração das comunidades imigrantes. 42,5% dos inquiridos responderam afirmativamente, apresentando diferentes motivos: nuns casos, foi sobretudo valorizado o papel das

práticas religiosas na melhoria da integração das comunidades imigrantes, na medida em que “promovem o conhecimento de outros imigrantes residentes no concelho” (23%); noutros casos, o papel relevante desempenhado pelos líderes religiosos “na integração e acolhimento dos imigrantes” (16,1%); e ainda por outros motivos (3,4%), entre os quais os três seguintes: “a prática de tradições da cultura de proveniência fornece aos migrantes um sentido de comunidade, diminuindo a perceção de desenraizamento”, “direito à diversidade de religião e respeito pelas diferentes culturas” e “os movimentos que implicam associativismo ajudam à integração”. Pelo contrário, 8% dos inquiridos considera que as práticas religiosas das comunidades imigrantes não ajudam a uma melhor integração das comunidades imigrantes. Novamente, praticamente metade dos inquiridos (47,1%) declarou não ter elementos para responder a esta questão e 2,3% optaram por não responder à pergunta.

Para além da igreja católica estão presentes no concelho igrejas evangélicas, adventistas e outras, embora algumas mais antigas e independentes das dinâmicas migratórias recentes. Várias nacionalidades partilham os mesmos cultos, não parecendo haver, em geral, uma associação direta entre a proveniência dos migrantes e a confissão religiosa.

Não se reportam quaisquer conflitos relacionados com aspetos religiosos, havendo uma boa convivência entre as diversas confissões. Numa das igrejas paroquiais do concelho, realizam-se semanalmente celebrações religiosas da comunidade ucraniana, demonstrando a receptividade quer dos responsáveis da paróquia, quer da comunidade local que, segundo um interlocutor, acolhe com gosto essas celebrações.

No inquérito, apenas dois respondentes (2,3% do total) afirmaram ter conhecimento de eventos de diálogo inter-religioso que se realizem ou já se tenham realizado em Vila Nova de Famalicão, sem, contudo, apontar qualquer exemplo. Os restantes inquiridos (95,4%) responderam que não conhecem ou não sabem (respetivamente, 25,3% e 70,1%); 2,3% não responderam à pergunta. Por outro lado, nenhum dos atores locais entrevistados referiu a existência de iniciativas de fomento do diálogo inter-religioso no território concelhio.

Alguns líderes religiosos locais têm manifestado vontade de se envolver ativamente nas dinâmicas de intervenção local, designadamente associando-se à Rede Social, o que pode vir a ser um meio complementar de aproximação das instituições locais às comunidades estrangeiras.

## 6.14. IGUALDADE DE GÉNERO

No decurso do trabalho de inquirição realizado pela equipa técnica não foram identificadas aspetos relacionados com discriminações ou desigualdades de género que percorram *transversalmente* as diversas comunidades migrantes que residem no concelho de Vila Nova de Famalicão. Esta perceção da falta de relevância desta questão refletiu-se, por exemplo, na percentagem muito pequena de inquiridos (3,1%) que, no inquérito *online* realizado a organizações e instituições do concelho, apontou este domínio da igualdade de género como constituindo uma das prioridades a estabelecer neste PMIM.

Importa, contudo, salientar algumas preocupações específicas que surgem relativamente às cidadãs naturais do Brasil que, como foi relatado em diversas entrevistas e reuniões, continuam a ser vítimas de alguns preconceitos e estereótipos que, de forma persistente, associam este grupo a práticas de prostituição, com repercussões profundas nas suas vivências quotidianas na comunidade. Desde logo, este tipo de práticas discriminatórias e preconceituosas relativamente a muitas cidadãs brasileiras parece tender, com frequência, a barrar o acesso ao mercado de habitação e, em particular, ao mercado de arrendamento, tendo sido relatadas situações em que os senhorios se recusam a arrendar imóveis a mulheres de nacionalidade brasileira ou colocam condições de tal modo gravosas que, na prática, impedem a concretização do contrato de arrendamento. Por outro lado, também na entrada no mercado de trabalho português a persistência dos preconceitos e estereótipos anteriormente referidos parece continuar a constituir uma barreira no acesso a determinados empregos e profissões.

Num outro plano, importa referir que, ainda que de forma aparentemente pouco expressiva, do ponto de vista numérico, Vila Nova de Famalicão enfrenta hoje um conjunto de situações de cidadãos migrantes residentes no concelho vítimas de violência de género e de violência doméstica.

Estas situações afetam de um modo particular – ainda que, saliente-se, não exclusivo – as mulheres, sobretudo de nacionalidade brasileira. A preponderância das situações de violência género e de violência doméstica nesta comunidade parece explicar-se por um conjunto diversificado de fatores: desde logo, a dimensão muito expressiva desta comunidade de migrantes no concelho; mas também as vítimas terem um bom domínio da língua o que, apesar de tudo, facilita decisivamente a identificação e interação com as entidades que podem dar apoio (social, médico-psicológico, jurídico, etc.) neste tipo de situações; e, finalmente, o efeito de “passa-a-palavra” dentro da própria comunidade, que continua a ser a forma mais eficaz de divulgar a existência deste tipo de apoio especializado entre as mulheres vítimas de violência de género e de violência doméstica.

Importa notar que, no caso das vítimas de violência de género e de violência doméstica de nacionalidade não-portuguesa, se colocam um conjunto de dificuldades específicas referidas pelas entidades auscultadas a que é necessário atender. Incluem-se aqui, desde logo, a falta de retaguarda familiar e social em que as vítimas se encontram, em resultado de se encontrarem num país estrangeiro, a qual é agravada no caso de terem filhos menores; também são frequentes processos de isolamento social a que os agressores sujeitam as suas vítimas, dificultando assim o processo de procura de ajuda (isto é, as vítimas não sabem onde se dirigir para pedir apoio, não têm amigos ou familiares que apoiem/sirvam de retaguarda); por outro lado, o perfil do mercado de trabalho, caracterizado por uma grande precariedade laboral, dificulta igualmente o processo de autonomização das vítimas, que se veem frequentemente economicamente dependentes dos seus agressores (quando não coagidas a abandonarem o mercado de trabalho, ficando remetidas à esfera doméstica-familiar, sem outra fonte de rendimento); identificam-se ainda crenças e outros fatores de cariz cultural e religioso, que dificultam o fim deste tipo de relações abusivas/violentas, particularmente no caso das mulheres (aspetos que se ligam aos sentimentos de fracasso pessoal em resultado destas situações violência, dificultando/adiando os processos de rutura, mas também o peso da censura social). E, por fim, identificam-se ainda constrangimentos linguísticos que constituem um obstáculo adicional para vítimas que não saibam português, dificultando evidentemente os processos de pedido de auxílio, bem como toda a sua “navegação” no complexo sistema social/judicial português.

De acordo com os testemunhos e perceções recolhidos, as respostas sociais atualmente disponíveis em Vila Nova de Famalicão para situações de violência de género e de violência doméstica revelam ainda pouca sensibilidade para os desafios específicos que enfrentam as vítimas de nacionalidade estrangeira. Com efeito, embora existam na Rede Social concelhia IPSS que dão esta resposta social específica, foi sinalizada a necessidade de melhoria ao nível da formação dos técnicos que trabalham nestas áreas, trabalhando em rede, de uma forma concertada e também mais empática, adequada a vítimas de violência de género e de violência doméstica que se encontram, como explicando antes, numa situação agravada de vulnerabilidade, em resultado de estarem a residir num país estrangeiro, frequentemente sem qualquer apoio familiar ou social de retaguarda. Foi ainda, por outro lado, identificada a necessidade de tornar mais céleres e flexíveis os apoios sociais existentes. Por exemplo, ao nível dos apoios ao arrendamento, são frequentes atrasos na atribuição dos apoios prestados pela Segurança Social, já de si limitados aos dois primeiros meses de renda. Também os apoios municipais ao arrendamento funcionam de um modo rígido, pois apenas é possível apresentar uma candidatura nos meses de dezembro e janeiro. Estes apoios devem, pois, segundo os interlocutores ouvidos, priorizar quem sofre de violência de género e de violência doméstica porque está numa situação ainda mais vulnerável. Finalmente, identificam-se igualmente lacunas significativas ao nível da prestação de informação, nomeadamente em língua estrangeira, às vítimas de violência de género e de violência doméstica, assegurando que conhecem os seus direitos e onde se poderão dirigir para superar a situação em que se encontram e a encontrarem os apoios necessários (habitacionais, sociais, jurídicos, médico-psicológicos, etc.) que lhes permitam, em autonomia, criar um novo projeto de vida.

## 7. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO LOCAL

Na sequência do diagnóstico temático produzido (capítulo 6.) e tomando em consideração as dinâmicas migratórias que se têm desenvolvido em Vila Nova de Famalicão (capítulo 5.), foi elaborada uma matriz SWOT (do acrónimo inglês *strengths, weaknesses, opportunities and threats*) cuja leitura, necessariamente sintética, permite fazer uma análise sistematizada e orientada para a formulação de uma estratégia de intervenção, a propor no PMIM VNF, dos principais elementos que resultam deste exercício de diagnóstico. No caso da identificação das Forças e Fraquezas, optou-se por uma elencação detalhada por cada um dos 14 domínios temáticos analisados. Em relação às Oportunidades e Ameaças, optou-se por uma identificação de carácter global, sinalizando orientações e iniciativas de política ou situações e tendências de contexto mais relevantes para, a partir dos pontos positivos e negativos apresentados, desenhar a proposta de intervenção, devidamente enquadrada nesse contexto externo.

**Quadro 3 - Matriz de análise SWOT**

Forças	Fraquezas
<p><b>Serviços de acolhimento e integração:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Existência do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM)</li> <li>Edição de um Guia de Acolhimento</li> <li>Juntas de freguesia e escolas reconhecidas como atores de maior proximidade aos migrantes.</li> <li>Área reconhecida como a mais prioritária no âmbito do PMIM VNF (inquérito online)</li> <li>Mobilização dos atores locais em ações de capacitação de organizações e técnicos envolvidos no acolhimento e integração de cidadãos migrantes</li> </ul> <p><b>Urbanismo e habitação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Crescimento, embora residual, dos apoios concedidos a cidadãos migrantes no âmbito do programa municipal de apoio à renda</li> </ul> <p><b>Mercado de trabalho e empreendedorismo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Diversidade sectorial do emprego de migrantes (menor vulnerabilidade)</li> <li>Níveis de desemprego reduzidos (muitos migrantes chegam com perspectiva de trabalho ou mesmo contrato)</li> <li>Grande recetividade do tecido empresarial local à contratação de estrangeiros (face à escassez de mão de obra).</li> <li>Lançamento de um programa de estágios internacionais, embora ainda com limitações e reduzido alcance</li> </ul> <p><b>Educação e língua:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Oferta de Português Língua de Acolhimento (PLA) consolidada e dando uma resposta ajustada às necessidades dos inscritos.</li> <li>Crescente presença de alunos estrangeiros em todos os níveis e tipos de ensino, com uma boa integração.</li> <li>Escolas atentas aos processos de integração dos alunos migrantes (designadamente aprendizagem da língua portuguesa).</li> </ul> <p><b>Capacitação e formação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Evolução positiva no nível de habilitações e qualificações dos migrantes.</li> <li>Reconhecimento das habilitações ao nível do ensino básico e secundário simples, célere e sem dificuldades.</li> </ul>	<p><b>Serviços de acolhimento e integração:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Desconhecimento do CLAIM (também por entidades locais) e de outros serviços e dos mecanismos de funcionamento.</li> <li>Constrangimentos no atendimento em alguns serviços (horários limitados, atendimento por marcação, ...)</li> <li>Pouca sensibilidade de técnicos/entidades para questões do acolhimento/integração (pese embora disponibilidade p.ex participação nas ações de capacitação).</li> <li>Pouca divulgação e certo desconhecimento da existência do Guia de Acolhimento e limitação das línguas em que está disponível (atualmente apenas em português)</li> </ul> <p><b>Urbanismo e habitação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Invisibilidade de algumas comunidades (sobretudo asiáticas) no espaço público.</li> <li>Desconhecimento das condições de habitabilidade dos migrantes (Estratégia Local de Habitação não contempla esta caracterização)</li> <li>Situações (pontuais?) de indignidade habitacional (estruturas precárias, sobrelotação, insalubridade...).</li> <li>Dificuldades de acesso ao mercado de arrendamento (exigências de pagamentos, discriminação, desconhecimento do quadro legal, ...)</li> <li>Ausência de medidas de política de habitação específicas para migrantes e excessiva rigidez do programa municipal de apoio à renda (nomeadamente tendo em atenção algumas situações de maior vulnerabilidade e risco, como as vítimas de violência doméstica e de violência de género)</li> </ul> <p><b>Mercado de trabalho e empreendedorismo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Grande número de contratos através de empresas de emprego "intermediárias" (desconhecimento dos contextos específicos de trabalho).</li> <li>Pouca representatividade de migrantes em alguns setores de atividade.</li> <li>Ausência de informação sobre empreendedorismo migrante (iniciativas empresariais aparentemente pouco relevantes).</li> <li>Ausência de serviços/iniciativas específicas dirigidas à integração de cidadãos migrantes nos domínios do trabalho e empreendedorismo (formação/capacitação, promoção da empregabilidade, incentivo ao empreendedorismo, divulgação/sensibilização para direito do trabalho, higiene e segurança, ...)</li> <li>Maior precaridade laboral entre migrantes.</li> </ul>

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número crescente de cidadãos qualificados, seja com formação profissional, seja com formação superior, conseguindo, em geral, trabalhos mais diferenciados.</li> </ul> <p><b>Cultura:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Festa Intercultural e <i>Welcome Day</i> enquanto atividades de acolhimento em afirmação.</li> </ul> <p><b>Saúde:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescente número de cidadãos estrangeiros inscritos nos Centros de Saúde.</li> <li>• Ausência de problemas de saúde específicos das comunidades migrantes (p. ex. prevalência de determinadas doenças ou práticas tradicionais nefastas).</li> </ul> <p><b>Solidariedade e resposta social:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não prevalência de estrangeiros entre os cidadãos que se dirigem aos serviços de solidariedade social.</li> <li>• Cidadãos e famílias estrangeiras, têm recebido apoios no âmbito da ação social (p. ex. pagamento de rendas, de serviços de água e eletricidade, alimentação e vestuário, encaminhamento para loja social, banco alimentar e outros apoios).</li> <li>• Avaliação positiva das entidades locais em relação à qualidade do trabalho, dos serviços prestados e do atendimento no domínio da Segurança Social.</li> <li>• Integração nas respostas sociais (designadamente creches) sem dificuldades específicas.</li> </ul> <p><b>Cidadania e participação cívica:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência de uma associação de migrantes, recentemente constituída, que se revela empenhada em estimular o envolvimento dos migrantes na vida pública local.</li> </ul> <p><b>Media e sensibilização da opinião pública:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Presença no Boletim Municipal de uma rubrica dedicada aos imigrantes (“Famalicão é o Meu Lugar”), enaltecendo os sentimentos de identidade e de pertença comunitária.</li> </ul> <p><b>Racismo e discriminação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de situações generalizadas de racismo e comportamentos discriminatórios relativamente a cidadãos migrantes.</li> <li>• Ausência de criminalidade, conflitualidade e violência em espaço público associados a cidadãos migrantes (apenas episódios pontuais que suscitam reações negativas e estigmatizantes, sobretudo face a cidadãos de nacionalidade ucraniana, romena e moldava).</li> </ul> <p><b>Relações internacionais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Acordos de gemação com algumas cidades, embora só uma pequena parte dos países de origem das comunidades de imigrantes mais significativas esteja representada.</li> </ul> <p><b>Religião:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A pertença de residentes de várias nacionalidades a mesma confissão (frequente em Vila Nova de Famalicão) potencia o papel das práticas religiosas na integração das comunidades imigrantes.</li> <li>• Inexistência de conflitos relacionados com aspetos religiosos, havendo uma boa convivência entre as diversas confissões.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Domínio da língua/dificuldades de comunicação entre os principais constrangimentos no acesso ao trabalho.</li> <li>• Preconceitos em relação a algumas nacionalidades,</li> <li>• Desajustamentos entre qualificações e atividade profissional/remuneração salarial</li> <li>• Dificuldades no transporte para o local de trabalho, associadas à dependência de transporte público, por vezes dificultada quando existe trabalho por turnos.</li> </ul> <p><b>Educação e língua:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desconhecimento da língua (sobretudo por parte de indianos, mas também ucranianos, chineses, franceses e paquistaneses) repercute-se em todos os domínios do quotidiano.</li> <li>• Indisponibilidade de informação em línguas estrangeiras na maioria dos serviços com atendimento ao público é um obstáculo no acesso.</li> <li>• Procura do PLA reduzida tendo em conta o quantitativo e ritmo de crescimento de cidadãos estrangeiros residentes.</li> <li>• Dificuldades na compatibilização da frequência de aulas PLA com os horários laborais e a oferta de transportes públicos existente.</li> <li>• Desconhecimento do funcionamento do sistema de ensino (pontual).</li> <li>• Problemas pontuais na inserção dos alunos migrantes nas escolas (falta de mecanismos/instrumentos complementares de apoio escolar, situações de racismo e/ou de discriminação, ...).</li> <li>• Caráter residual de iniciativas dirigidas a alunos migrantes e de âmbito intercultural nas escolas.</li> <li>• Ausência de dados sobre alunos estrangeiros na Carta Educativa dificulta acompanhamento sistemático das dinâmicas específicas.</li> </ul> <p><b>Capacitação e formação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecimento das habilitações e qualificações do ensino superior complexo e dispendioso.</li> <li>• Dificuldade de acesso a posições correspondentes à formação/qualificação.</li> <li>• Dificuldades de acesso a ações de formação profissional (pouca sensibilidade das entidades formadoras, aspetos burocráticos...).</li> </ul> <p><b>Cultura:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reduzida oferta cultural inter/multicultural (programação e oferta de eventos lúdicos, culturais e artísticos não espelham diversidade cultural dos residentes).</li> <li>• Orientações de política cultural do Município não evidencia particular enfoque nas questões de diversidade cultural ou diálogo intercultural.</li> </ul> <p><b>Saúde:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Número de estrangeiros inscritos nos Centros de Saúde ainda aquém dos residentes parece revelar constrangimentos no acesso, sobretudo de algumas comunidades (p. ex. indiana) com uma representação muito diminuta entre os utentes.</li> <li>• Falta de informação noutras línguas e situações de discriminação por parte dos profissionais de saúde são fatores limitadores do acesso à saúde.</li> <li>• Ausência de uma estratégia específica de intervenção junto dos utentes dos serviços de saúde estrangeiros.</li> <li>• Necessidades de capacitação dos profissionais dos serviços de saúde locais.</li> </ul>

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manifestação de vontade por parte de alguns líderes religiosos locais de se envolver ativamente nas dinâmicas de intervenção social (designadamente associando-se à Rede Social).</li> </ul> <p><b>Igualdade de género</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não se identificam aspetos relacionados com discriminações ou desigualdades de género que percorram transversalmente as diversas comunidades migrantes.</li> </ul>	<p><b>Solidariedade e resposta social:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desconhecimento generalizado dos mecanismos básicos dos serviços públicos e das respostas sociais e outras existentes no país.</li> <li>• Falta de informação suficiente traduzida em línguas estrangeiras.</li> <li>• Migrantes ausentes das prioridades estratégicas e do plano de ação do Plano de Desenvolvimento Social.</li> <li>• Acesso a algumas respostas sociais revela-se excessivamente rígido e lento, nomeadamente perante situações de maior urgência social (p. ex. apoios ao arrendamento de habitação no caso de vítimas de violência doméstica e de violência de género em processo de autonomização).</li> </ul> <p><b>Cidadania e participação cívica:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação ainda diminuta de cidadãos migrantes na vida cívica local.</li> <li>• Falta de conhecimento e informação para uma eventual participação cívica e atividade política e associativa.</li> <li>• Inexistência de uma estrutura local consultiva (ou de outra natureza) em que migrantes estejam representados (através da associação ou individualmente).</li> </ul> <p><b>Media e sensibilização da opinião pública:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Presença das comunidades estrangeiras nos meios de comunicação social local praticamente inexistente.</li> <li>• Ausência de <i>media</i> locais de iniciativa de imigrantes e/ou dirigidos a imigrantes ou programas/colunas que abordem, de forma específica e sistemática, assuntos relacionados com a diversidade cultural e imigração.</li> <li>• Ausência de uma estratégia municipal de comunicação dirigida ao fomento de uma maior cobertura dos assuntos da diversidade cultural e da imigração nos meios de comunicação social locais.</li> </ul> <p><b>Racismo e discriminação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Situações (de caráter pontual) de racismo e comportamentos discriminatórios relativamente a cidadãos migrantes, designadamente em contexto laboral, na Administração pública e em áreas de prestação de cuidados de saúde e de educação e no acesso à habitação.</li> <li>• Necessidade de reforçar a qualificação dos técnicos e profissionais de serviços ao público, abordando aspetos especificamente relacionados com práticas não discriminatórias.</li> <li>• Ausência de campanhas ou outro tipo de iniciativas públicas de combate ao racismo e à discriminação.</li> </ul> <p><b>Relações internacionais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Inexistência de projetos ou políticas locais que visem promover, criar ou robustecer relações com os países de origem das comunidades imigrantes residentes (diplomacia económica privilegia contextos ligados aos setores económicos/industriais localmente mais relevantes).</li> </ul> <p><b>Religião:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Inexistência de eventos de diálogo inter-religioso.</li> </ul>

Forças	Fraquezas
	<p><b>Igualdade de género:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescimento relativo do número de vítimas de violência doméstica e de violência de género com nacionalidade estrangeira, acompanhando o incremento de cidadãos migrantes residentes.</li> <li>• Cidadãs oriundas do Brasil são frequentemente vítimas de preconceitos e estereótipos com repercussões profundas nas suas vivências quotidianas (mercado de trabalho, acesso a habitação...).</li> <li>• Vulnerabilidade acrescida das vítimas de violência de género e de violência doméstica estrangeiras (falta de retaguarda familiar e social, precaridade laboral, desconhecimento de mecanismos de apoio, dificuldades de comunicação/língua).</li> <li>• Pouca sensibilidade das entidades locais para os desafios específicos que enfrentam as vítimas de nacionalidade estrangeira.</li> <li>• Falta de informação em línguas estrangeiras.</li> </ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecimento, ao nível nacional, da imigração como aspeto fundamental das dinâmicas socioeconómicas recentes em Portugal e desenvolvimento de instrumentos de política orientados para dar resposta às questões específicas que colocam, seja em termos estratégicos (Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020), seja em termos operacionais (projeto-piloto “Integrar Valoriza”, Resolução do Conselho de Ministros nº91/2021 de 9 de julho) ou de orientação política (Resolução da Assembleia da República n.º 192/2021, que Recomenda ao Governo que adote medidas relativas à proteção dos direitos humanos e à política externa da União Europeia em matéria de migração).</li> <li>• Instrumentos de política nacional setoriais (habitação, saúde, combate ao tráfico de seres humanos, combate ao racismo e à discriminação, proteção de vítimas de violência de género e de violência doméstica, incluindo de práticas negativas como a mutilação genital feminina, ...) progressivamente tomam em consideração questões específicas das comunidades migrantes, abrindo possibilidade ao desenvolvimento de intervenções especificamente orientadas para as suas necessidades e vulnerabilidades.</li> <li>• Agendas e instrumentos, nacionais e europeus, designadamente nas áreas da Educação, da Cultura e das Políticas Urbanas, abrem oportunidades de trabalho relevantes para uma melhor integração dos migrantes nas sociedades de acolhimento.</li> <li>• Projeção internacional de Vila Nova de Famalicão, por via das empresas exportadoras, do ensino superior com capacidade de atração de alunos estrangeiros, de famalicenses emigrantes com percursos pessoais e profissionais reconhecidos no exterior, favorece a afirmação do “cosmopolitismo” do concelho.</li> <li>• Existência de um Programa de Atração de Talento (incluindo Programa de Estágios Internacionais), embora ainda não sejam visíveis efeitos concretos em termos de captação de cidadãos estrangeiros.</li> <li>• Crescimento de setores económicos localmente relevantes, com significativas necessidades de mão-de-obra, aliado à tendência de envelhecimento da população e à falta de oferta de mão-de-obra nacional em alguns setores e níveis profissionais, perspectiva a manutenção do incremento da procura de mão-de-obra migrante – especializada e não-especializada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Morosidade dos processos de regularização, designadamente, das respostas do SEF.</li> <li>• Processos de reconhecimento de habitações académica (nível superior) em Portugal continuam a ser morosos, complexos e onerosos.</li> <li>• Aumento dos cidadãos em situação irregular, designadamente como consequência da morosidade e dificuldade dos procedimentos necessários à regularização, agravadas pela falta de informação sobre esses procedimentos, disponível (e compreensível) aos cidadãos migrantes.</li> <li>• Crescimento, no contexto nacional e internacional (nomeadamente europeu) de fenómenos de intolerância, racismo, xenofobia e discriminação, nomeadamente dirigidos às comunidades imigrantes.</li> <li>• Agravamento eventual da crise económica associada à crise pandémica, deixando em situação particularmente vulnerável a população migrante, com condições socioprofissionais mais precárias.</li> <li>• Constrangimentos em termos de convivialidade e de sociabilidade motivados pela pandemia, com efeitos no modo como os migrantes se relacionam uns com os outros e com a sociedade de acolhimento.</li> </ul>

<b>Forças</b>	<b>Fraquezas</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Crescente sensibilização de múltiplos setores da sociedade portuguesa para as questões associadas ao acolhimento e integração de migrantes, nas várias áreas da sua vida pessoal e profissional.</li></ul>	

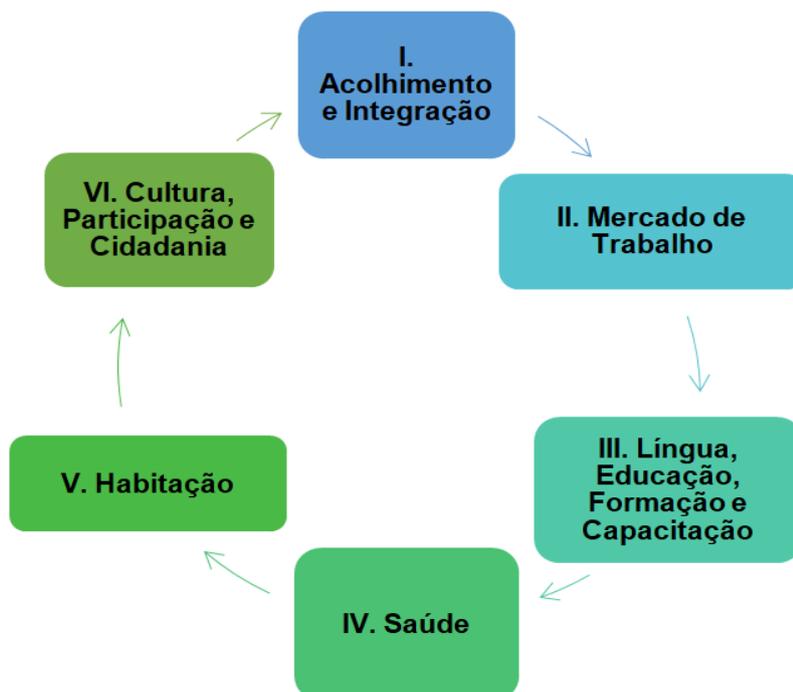
## PARTE III – PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES

### 8. DIMENSÃO ESTRATÉGICA DO PMIM

#### 8.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A partir do diagnóstico temático desenvolvido e considerando os contributos dos atores locais, consensualizaram-se seis eixos de intervenção, que estruturam o PMIM VNF, correspondentes a áreas prioritárias de atuação ao nível local, tendo em vista a integração de migrantes no concelho de Vila Nova de Famalicão.

Figura 7 - Eixos de Intervenção do PMIM VNF



Outras áreas, como as Relações Internacionais, Religião, Solidariedade e Resposta Social, *Média* e sensibilização da opinião pública e Igualdade de Género, ainda que tenham sido abordadas no diagnóstico local, não foram consideradas prioritárias em termos de intervenção imediata. Nessa medida, optou-se por não incluir medidas específicas que incidam exclusiva ou especificamente nessas áreas no âmbito deste Plano, cujo horizonte de execução é de apenas um ano e se pretende muito focado e operativo. Tal não significa que não seja importante desenvolver intervenções direcionadas também para estes temas – aliás, alguns deles estão implícitos nas medidas propostas no quadro dos eixos de intervenção definidos. Em futuras edições do PMIM VNF estas áreas podem (e devem) vir a ser consideradas estratégicas e dar origem a medidas mais concretas, designadamente partindo dos elementos de diagnóstico agora coligidos.

Os seis eixos de intervenção estão associados aos seis objetivos estratégicos preconizados pelo PMIM VNF e que são os seguintes:

- Melhorar as condições de acolhimento dos migrantes, capacitando a sociedade de acolhimento e dando a conhecer aos migrantes os serviços e mecanismos relevantes para a sua integração.
- Melhorar as condições de acesso e integração dos migrantes no mercado de trabalho.
- Incrementar o conhecimento da língua portuguesa pelos migrantes e promover um melhor acolhimento, seja das crianças e jovens migrantes no ambiente escolar, seja dos adultos trabalhadores no contexto laboral.
- Melhorar as condições de acesso dos migrantes à saúde.
- Melhorar as condições de equidade no acesso à habitação, bem como as condições de habitabilidade/salubridade dos migrantes.
- Promover o envolvimento das comunidades migrantes na vida cívica local.

## 8.2. INDICADORES ESTRATÉGICOS

Tendo em vista a monitorização da prossecução dos objetivos estratégicos acima elencados, foram identificados os correspondentes indicadores estratégicos, conforme se apresenta no quadro seguinte:

**Quadro 4 - Eixos e objetivos estratégicos do PMIM VNF e respetivos indicadores estratégicos**

Eixo	Objetivo estratégico	Indicadores	Fontes de informação
Acolhimento e Integração	Melhorar as condições de acolhimento dos migrantes, capacitando a sociedade de acolhimento e dando a conhecer aos migrantes os serviços e mecanismos relevantes para a sua integração	Número de cidadãos NPT que recorrem ao CLAIM. (periodicidade trimestral e variação face ao trimestre anterior)	CLAIM
Mercado de trabalho	Melhorar as condições de acesso e integração dos migrantes no mercado de trabalho	Taxa de empregabilidade dos cidadãos NPT (periodicidade trimestral e variação face ao trimestre anterior)	IEFP
		Nº de empresas criadas por cidadãos NPT	CMVNF/ Made In
Língua, Educação, Capacitação e Formação	Incrementar o conhecimento da língua portuguesa pelos migrantes e promover um melhor acolhimento, seja das crianças e jovens migrantes no ambiente escolar, seja dos adultos trabalhadores no contexto laboral.	Número de cidadãos NPT que frequentam e/ou concluem cursos de Português (periodicidade trimestral e variação face ao trimestre anterior)  Número de NPT que frequentam e/ou concluem ações de formação profissional	Centro Qualifica VNF  IEFP
Saúde	Melhorar as condições de acesso dos migrantes à saúde	Número de cidadãos NPT que acede a serviços de saúde (periodicidade trimestral e variação face ao trimestre anterior)	ACES/CHMA/UHF

Eixo	Objetivo estratégico	Indicadores	Fontes de informação
Habituação	Melhorar as condições de equidade no acesso à habitação, bem como as condições de habitabilidade/salubridade dos migrantes	Número de cidadãos NPT que tem acesso a habitação Percentagem de cidadãos NPT em habitações com condições de habitabilidade e salubridade	CMVNF/Habituação
Cultura, Participação e Cidadania	Promover o envolvimento das comunidades migrantes na vida cívica local	Número de cidadãos NPT que participa/assiste aos eventos culturais dinamizados pelo PMIM (periodicidade trimestral e variação face ao trimestre anterior)	CMVNF/Cultura

## 9. DIMENSÃO OPERACIONAL DO PMIM

A conceção do PMIM VNF partiu de um conjunto de princípios tendo em vista a boa execução do Plano e, nessa medida, a prossecução dos objetivos estratégicos estabelecidos no horizonte temporal previsto (de um ano).

Neste contexto, o PMIM VNF constitui-se como um plano de carácter muito operacional, de clara exequibilidade, a implementar entre janeiro e dezembro 2022. O Plano mobiliza um conjunto alargado de entidades locais, em grande parte já comprometidos com as questões associadas à integração dos migrantes, e que se consideram parceiros fundamentais do Município na implementação da estratégia de integração.

### 9.1. OBJETIVOS OPERACIONAIS

Para cada um dos Eixos de Intervenção propostos foi definido um conjunto de objetivos operacionais a prosseguir através das Medidas do PMIM VNF, conforme se apresentam a seguir:

#### Eixo I – Acolhimento e Integração

- Conhecer as dinâmicas migratórias e as características dos migrantes que residem, trabalham e/ou estudam no concelho, bem como as suas necessidades e expectativas
- Melhorar o nível de informação disponível (em diversas línguas) sobre as principais estruturas e serviços relevantes para os migrantes.
- Melhorar o nível de capacitação dos atores locais, de modo que estes possam contribuir de forma mais competente para a integração dos migrantes.
- Incrementar a qualidade dos serviços prestados aos migrantes.
- Promover a generalização da regularização da permanência no país dos migrantes residentes no concelho, evitando a perpetuação de situações irregulares.

## **Eixo II - Mercado de trabalho**

- Melhorar o conhecimento dos migrantes em relação aos direitos e obrigações laborais.
- Sensibilizar as entidades empregadoras para as especificidades do emprego de migrantes e respetivos direitos e obrigações.
- Criar condições para facilitar o encontro oferta/procura de emprego.
- Melhorar as condições de acesso à formação profissional por parte dos migrantes.
- Estimular e capacitar o empreendedorismo migrante.

## **Eixo III – Língua, Educação, Formação e Capacitação**

- Facilitar e ampliar o ensino da língua portuguesa a migrantes.
- Promover e alargar o reconhecimento das habilitações e competências dos migrantes
- Promover uma melhor integração das crianças e jovens migrantes nas escolas.
- Prevenir situações de racismo e discriminação nas escolas.

## **Eixo IV – Saúde**

- Aumentar a informação disponível sobre o acesso à saúde por parte dos migrantes.
- Incrementar as condições de acolhimento de migrantes por parte dos serviços de saúde.

## **Eixo V – Habitação**

- Conhecer as situações de precaridade, insalubridade e outras de indignidade habitacional que afetem em particular a população migrante, tendo em vista preparar uma futura intervenção.
- Melhorar as condições de acesso a apoios a habitação por parte dos migrantes.

## **Eixo VI - Cultura, Participação e Cidadania**

- Realizar iniciativas de valorização da interculturalidade.
- Prevenir situações de racismo, xenofobia e discriminação associadas aos migrantes.
- Promover a capacitação dos agentes com maior potencial mobilizador dos migrantes para a participação.

## 9.2. MEDIDAS DO PMIM

O PMIM VNF integra um conjunto de 20 Medidas, organizadas segundo os seis Eixos de Intervenção.

Para cada Medida é apresentada, de seguida, uma descrição sumária, as entidades responsáveis pela sua implementação e outras entidades envolvidas, as metas e indicadores associados e o cronograma de execução.

### Eixo I – Acolhimento e Integração

#### **Medida I.1. Ajustamento, tradução e divulgação do Guia de Acolhimento para migrantes**

Avaliação do Guia de Acolhimento, em colaboração das várias entidades locais, tendo em vista a sua revisão do guia e subsequente tradução em várias línguas (pelo menos, Inglês e Francês).

Entidade responsável: CLAIM.

Outras entidades envolvidas: CMVNF/vários setores, Plataforma de Acompanhamento e Monitorização do PMIM, Juntas de Freguesia, outras entidades locais.

Metas: Publicar 500 exemplares de cada língua (Português, Inglês e Francês), em suporte papel e digital

Indicadores: N° de exemplares do Guia de Acolhimento publicados; N° de *downloads* efetuados

Cronograma: 1º trimestre 2022

#### **Medida I.2. Criação de brochura de divulgação dos serviços do CLAIM**

Conceção de uma brochura com informações sobre os serviços disponibilizados pelo CLAIM e os respetivos contactos e modo de funcionamento, a traduzir em diversas línguas (pelo menos Inglês e Francês) e distribuir pelas diversas entidades, designadamente das que têm maior proximidade aos migrantes.

Entidade responsável: CLAIM

Outras entidades envolvidas: AIM, Escolas, Juntas de Freguesia, comunidades religiosas, outras entidades locais

Metas: Publicar 500 exemplares de cada língua (Português, Inglês e Francês), em suporte papel e digital

Indicadores: N° de brochuras produzidas; N° de *downloads* efetuados

Cronograma: 1º trimestre 2022

### **Medida I.3. Criação de um observatório municipal das dinâmicas migratórias**

Conceção de uma estrutura de recolha de informação, que permita acompanhar de forma sistemática as dinâmicas migratórias no concelho. As fontes de informação principais deverão ser as entidades oficiais que produzem informação estatística, bem como os departamentos municipais e as demais entidades locais. Para complementar estas fontes, deverá ser construído um questionário, a aplicar aos migrantes que se dirigem ao CLAIM, que permita caracterizar os cidadãos e aferir as suas necessidades e expectativas. Deve incluir igualmente questões de avaliação da qualidade do serviço prestado pelo CLAIM, permitindo dar contributos para a sua melhoria contínua.

A informação sistematizada, no âmbito deste observatório, deve constituir-se como um *input* para os diversos instrumentos e mecanismos de política local com relevância para a população migrante (Carta Educativa, Rede Social/Plano de Desenvolvimento Social, Estratégia Local de Habitação, estratégia de diplomacia urbana, política cultural, etc.), para além de, reciprocamente, o observatório poder receber *inputs* desses mesmos instrumentos/mecanismos municipais.

Entidade responsável: CLAIM

Outras entidades envolvidas: CMVNF/vários setores, entidades locais.

Metas: Construção de painel de indicadores sobre as dinâmicas migratórias municipais; Produção de relatório anual

Indicadores: Nº de relatórios produzidos

Cronograma: 2º, 3º e 4º trimestres 2022

### **Medida I.4. Realização de ações de capacitação**

Dar continuidade às ações desenvolvidas pelo Município (através do financiamento FAMI), tendo em vista melhorar a capacitação dos agentes locais para as questões específicas do acolhimento e integração dos migrantes, permitindo-lhes dar respostas ajustadas às necessidades e expectativas dos migrantes ou encaminhá-los para os serviços competentes.

Entidade responsável: CLAIM

Outras entidades envolvidas: Entidades locais

Metas: Realização de 4 ações de capacitação

Indicadores: Nº de ações realizadas; Nº de participantes

Cronograma: 1º e 2º trimestres 2022

### **Medida I.5. Instituição da iniciativa Famalicão Acolhe**

Criação de uma iniciativa trimestral para acolhimento de novos residentes no concelho, aberta a nacionais e estrangeiros, tendo em vista dar a conhecer um conjunto de informações básicas sobre o concelho e com relevância para o acolhimento e integração, designadamente relacionadas com o funcionamento dos serviços públicos. Esta iniciativa deve contar com a participação de representantes dos vários serviços que possam dar a conhecer esses serviços e transmitir diretamente as informações correspondentes.

Entidades responsáveis: CLAIM, CMVNF/vários setores.

Outras entidades envolvidas: Outras entidades locais

Metas: Realização de 4 iniciativas

Indicadores: N<sup>o</sup> de iniciativas realizadas; N<sup>o</sup> de participantes

Cronograma: 2<sup>o</sup>, 3<sup>o</sup> e 4<sup>o</sup> trimestres 2022

### **Medida I.6 Conceção e implementação de um plano operacional de comunicação do PMIM**

Desenvolvimento, em estreita articulação com o Gabinete de Comunicação da CMVNF, de um plano de comunicação do PMIM, tendo em vista promover uma presença, mais regular e frequente, dos temas ligados à interculturalidade e aos migrantes nos *media* locais, designadamente do Município, eventualmente criando e mantendo canais próprios do PMIM/CLAIM nas redes sociais. Esta Medida deve prever igualmente os mecanismos de comunicação entre parceiros do Plano.

Entidades responsáveis: CLAIM, CMVNF/Comunicação

Outras entidades envolvidas: *Media* locais, Plataforma de Acompanhamento e Monitorização do PMIM

Metas: Conceção e operacionalização de 1 plano de comunicação

Indicadores: N<sup>o</sup> de planos de comunicação elaborados; N<sup>o</sup> de ações de comunicação realizadas

Cronograma: 1<sup>o</sup>, 2<sup>o</sup>, 3<sup>o</sup> e 4<sup>o</sup> trimestres 2022

## Eixo II - Mercado de trabalho

### **Medida II.1 Realização de sessões informativas sobre direitos e obrigações laborais dirigidas a trabalhadores migrantes**

Dando sequência a iniciativas pontuais já realizadas pela Autoridade para Condições do Trabalho e pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, desenvolvimento de um conjunto de sessões regulares de esclarecimento sobre direitos e obrigações laborais dirigidas a trabalhadores migrantes.

Entidades responsáveis: CLAIM, ACT, IEFP, ISS

Outras entidades envolvidas: ACIF, empresas locais, Juntas de Freguesia, AIM.

Metas: Realização de 4 sessões informativas

Indicadores: N<sup>o</sup> de ações realizadas; N<sup>o</sup> de participantes envolvidos

Cronograma: 2<sup>o</sup> e 4<sup>o</sup> trimestres 2022

### **Medida II.2 Realização de sessões informativas sobre o acolhimento de trabalhadores migrantes dirigidas a empregadores.**

Desenvolvimento, em estreita articulação com a Autoridade para Condições do Trabalho e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, de um conjunto de sessões de esclarecimento sobre direitos e obrigações laborais dirigidas a trabalhadores migrantes.

Entidades responsáveis: CLAIM, ACIF, ACT, IEFP.

Outras entidades envolvidas: AIM, empresas locais.

Metas: Realização de 4 sessões informativas

Indicadores: N<sup>o</sup> de ações realizadas; N<sup>o</sup> de participantes envolvidos

Cronograma: 2<sup>o</sup> e 4<sup>o</sup> trimestres 2022

### **Medida II.3 Criação de iniciativa de informação sobre apoios ao emprego e empreendedorismo migrante**

Desenvolvimento de uma iniciativa especificamente dirigida a migrantes para disseminar informação sobre os apoios à procura de emprego, à criação do próprio emprego e à formação profissional, no quadro do Famalicão Made In.

Paralelamente, realizar o mapeamento das iniciativas de empreendedorismo migrantes já existentes, tendo em vista a sua disseminação enquanto boa prática.

Entidade responsável: CMVNF/Made In.

Outras entidades envolvidas: IEFP, ACIF, AIM, escolas de ensino profissional, instituições de ensino superior.

Metas: Resposta a pedidos de informação de migrantes que procuram informações sobre emprego e empreendedorismo (resposta a 80% dos pedidos de informação); Mapeamento de iniciativas de empreendedorismo migrante

Indicadores: Nº de mapeamentos produzidos; Nº de pedidos de informação de apoio à procura de emprego ou apoio à criação de emprego respondidos; Nº de iniciativas de empreendedorismo migrante (decorrentes do mapeamento e novas que ocorram no período de implementação do PMIM).

Cronograma: 2º e 4º trimestres 2022

## **Eixo III – Língua, Educação, Formação e Capacitação**

### **Medida III.1 Criação de ações de divulgação do Centro Qualifica**

Desenvolvimento de materiais de divulgação dos serviços/atribuições do Centro Qualifica dirigidos a migrantes, contemplando, nomeadamente, a oferta de Português Língua de Acolhimento; os processos de reconhecimento de equivalências escolares; o Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Profissionais e Escolares; e ainda outras ofertas de educação e formação disponíveis e que se entendam ser as mais adequadas aos migrantes.

Entidade responsável: CMVNF/Educação, Centro Qualifica.

Outras entidades envolvidas: CLAIM, Juntas de Freguesia, escolas, ACIF, IEFP, ACT, outras entidades.

Metas: Publicar 250 exemplares de cartazes e folhetos, em diversas línguas (Português, Inglês e Francês), em suporte papel e digital

Indicadores: Nº de cartazes produzidos; Nº de folhetos produzidos; Nº de downloads efetuados

Cronograma: 1º, 2º, 3º e 4º trimestres 2022

### **Medida III.2 Criação de ação-piloto de Português Língua de Acolhimento em contexto de proximidade**

Criação, em articulação com o tecido empresarial, de oferta de PLA descentralizada (no local de trabalho dos migrantes ou nas imediações de um ou mais locais de trabalho e/ou residência), tendo em vista facilitar o acesso à aprendizagem da língua portuguesa e alargar o leque de destinatários. Esta ação piloto, a desenvolver com a parceria de uma ou mais empresas, pode ser alargada a outras entidades (p. ex. Juntas de Freguesia e IPSS), de modo a providenciar a oferta de PLA em espaços de proximidade aos migrantes.

Entidades responsáveis: CMVNF/Educação, CLAIM, Centro Qualifica, ACIF

Outras entidades envolvidas: DGestE, ACIF, empresas locais, AIM, Juntas de Freguesia, IPSS, outras entidades

Metas: Desenvolvimento de 1 ação-piloto de PLA em espaços de proximidade

Indicadores: N<sup>o</sup> de ações realizadas; N<sup>o</sup> de participantes

Cronograma: 1<sup>o</sup>, 2<sup>o</sup>, 3<sup>o</sup> e 4<sup>o</sup> trimestres 2022

### **Medida III.3 Lançamento de um projeto-piloto nas escolas centrado no tema da interculturalidade**

Preparação e lançamento no ano letivo 2022/2023 de um projeto-piloto tendo em vista abordar o tema da interculturalidade entre os alunos das escolas do concelho, designadamente das que acolhem maior número de alunos migrantes. Esta iniciativa pode constituir um Projeto Educativo Municipal, a desenvolver no quadro do Plano Estratégico Educativo Municipal (designadamente no quadro do Eixo I - Cidade Inclusiva e Equitativa), podendo integrar debates, mostras e outros projetos que permitam colocar na “agenda” das escolas as questões da interculturalidade e dos migrantes, bem como do racismo e discriminação. Pode também constituir um primeiro passo para a futura adesão à Rede de Escolas para a Educação Intercultural (REEI) e dar contributos para um futuro Plano Estratégico Municipal Cultura-Educação (PEMCE).

Entidades responsáveis: CMVNF/Educação, Escolas.

Outras entidades envolvidas: CLAIM, AIM, CMVNF/Desporto, CMVNF/ Cultura, CMVNF/Juventude.

Metas: Realização de iniciativas

Indicadores: N<sup>o</sup> de iniciativas realizadas; N<sup>o</sup> de participantes nas iniciativas realizadas

Cronograma: 2<sup>o</sup>, 3<sup>o</sup> e 4<sup>o</sup> trimestres 2022

## Eixo IV – Saúde

### **Medida IV.1 Criação de ações de divulgação sobre o acesso à saúde para migrantes**

Desenvolvimento de materiais informativos dirigidos a migrantes sobre o modelo de funcionamento do sistema nacional de saúde e os direitos e garantias que lhe estão associados, tendo em vista transmitir orientações claras sobre o acesso aos cuidados de saúde. Para além de folhetos que podem ser distribuídos em vários locais, devem ser criados cartazes de cariz informativo para serem expostos nos serviços de saúde. Em ambos os casos, deve ser assegurada a tradução em várias línguas (pelo menos, Inglês).

Entidades responsáveis: ACES, CHVA/UHF, CMVNF/Saúde, CMVNF/ Comunicação

Outras entidades envolvidas: CLAIM, Juntas de Freguesia, outras entidades.

Metas: Publicar 250 exemplares de materiais informativos (folhetos e cartazes) (Português, Inglês e Francês), em suporte papel e digital

Indicadores: Nº de folhetos produzidos; Nº de cartazes produzidos; Nº de downloads efetuados

Cronograma: 3º e 4º trimestres 2022

### **Medida IV.2 Realização de ações de sensibilização sobre o acesso à saúde de migrantes**

Desenvolvimento de ações dirigidas a profissionais de saúde enquadrados nas unidades hospitalares e centros de saúde do concelho, tendo em vista melhorar o seu conhecimento e sensibilidade sobre questões específicas dos migrantes no acesso à saúde e capacitar os serviços para uma prestação adequada de cuidados de saúde a esta população.

Entidades responsáveis: CMVNF/Saúde, ACES, CHVA/UHF.

Outras entidades envolvidas: ACM, AIM, CLAIM.

Metas: Realização de 4 ações de sensibilização

Indicadores: Nº de ações realizadas; Nº de profissionais de saúde envolvidos

Cronograma: 1º e 2º trimestres 2022

## Eixo V – Habitação

### **Medida V.1 Realizar um levantamento sobre as situações de habitação indigna de migrantes**

Desenvolvimento de um estudo sobre as situações de habitação indigna de migrantes no concelho, no quadro da elaboração e/ou revisão da Estratégia Local de Habitação de Vila Nova de Famalicão, tendo em vista o desenho e implementação de soluções adequadas. Devem ser objeto de particular atenção as situações de insalubridade e insegurança e de sobrelotação, designadamente associadas a estruturas móveis (contentores), armazéns, garagens e outros espaços adaptados por empresas para alojar os trabalhadores migrantes.

Entidades responsáveis: CMVNF/Habitação

Outras entidades envolvidas: AIM, ACIF, Juntas de Freguesia, Comunidades religiosas, Rede Social, empresas, forças policiais.

Metas: Realização de 1 estudo

Indicadores: N<sup>o</sup> de estudos realizados; N<sup>o</sup> de situações em que se verificou a necessidade de melhoria das condições de habitação de cidadãos migrantes

Cronograma: 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> trimestres 2022

### **Medida V.2 Melhorar os apoios ao acesso à habitação dirigidos aos migrantes**

Estudar e propor melhorias a implementar no âmbito das medidas de apoio ao acesso à habitação, designadamente o apoio a arrendamento, dirigidas aos migrantes. Propõe-se a realização de umas Jornadas Habitação Migrante, com o envolvimento de entidades de diversas áreas que possam contribuir para a inovação nas soluções, que possam dar origem a um conjunto de recomendações para eventual acolhimento no quadro das políticas municipais.

Entidades responsáveis: CMVNF/Habitação, Plataforma de Acompanhamento e Monitorização-PMIM.

Outras entidades envolvidas: CLAIM, AIM, Rede Social, Imobiliárias, Entidades de ensino profissional e superior.

Metas: Realização de 1 Jornadas de Habitação Migrante

Indicadores: N<sup>o</sup> de Jornadas realizadas; N<sup>o</sup> participantes nas Jornadas; N<sup>o</sup> de entidades envolvidas nas Jornadas

Cronograma: 3<sup>o</sup> e 4<sup>o</sup> trimestres 2022

## Eixo VI - Cultura, Participação e Cidadania

### Medida VI.1 Realização da Festa Intercultural

Dar continuidade e consolidar a iniciativa, cuja primeira edição aconteceu em 2019, envolvendo ações culturais, desportivas, entre outras.

Entidades responsáveis: CLAIM, AIM, CMVNF/Cultura.

Outras entidades envolvidas: Agrupamentos escolares, Escolas profissionais e superiores, ACIF, Agentes culturais e desportivos.

Metas: Realização do evento Festa Intercultural

Indicadores: N<sup>o</sup> de eventos realizados; N<sup>o</sup> de participantes; N<sup>o</sup> de nacionalidades dos participantes; N<sup>o</sup> de agentes culturais e outras entidades parceiras envolvidas no evento

Cronograma: 3<sup>o</sup> trimestre 2022

### Medida VI.2 Lançamento da iniciativa “Sabores de outras terras”

Desenvolvimento de uma iniciativa de promoção da multiculturalidade gastronómica, no âmbito do “Dias à Mesa” e em articulação com a Festa Intercultural, envolvendo a realização de ações de *showcooking*, oferta de descontos nos estabelecimentos de restauração e outras ações similares, tendo em vista promover a gastronomia associada às diferentes comunidades migrantes presentes no concelho.

Entidade responsável: CMVNF/Cultura, CMVNF /Turismo.

Outras entidades envolvidas: CLAIM, AIM, Restaurantes e estabelecimentos similares.

Metas: Realização da iniciativa “Sabores de outras terras”

Indicadores: N<sup>o</sup> de iniciativas realizadas; N<sup>o</sup> de participantes; N<sup>o</sup> de nacionalidades dos participantes; N<sup>o</sup> de entidades envolvidas na iniciativa

Cronograma: 3<sup>o</sup> trimestre 2022

### **Medida VI.3 Dinamização, no âmbito da Rede Social, de um grupo de trabalho para a interculturalidade**

Criação e dinamização de um grupo de trabalho para discussão de propostas de combate ao racismo, xenofobia e discriminação, bem como a promoção da igualdade de género. Este grupo deve ser criado no âmbito da Rede Social, mobilizando as entidades que dela fazem parte e que assumem maior relevância face às questões da interculturalidade, bem como outras entidades que participam na Plataforma de Acompanhamento e Monitorização do PMIM. As reflexões e propostas de intervenção identificadas no seio deste grupo de trabalho devem ser reencaminhadas, enquanto recomendações da Rede Social, para as entidades/serviços responsáveis pela sua implementação

Entidade responsável: Rede Social

Outras entidades envolvidas: CLAIM, Plataforma Acompanhamento e Monitorização-PMIM, ACIF, Comunidades Religiosas.

Metas: Criação de um grupo de trabalho; Relatório com síntese das conclusões do grupo de trabalho

Indicadores: N<sup>o</sup> de entidades que integram o grupo de trabalho; N<sup>o</sup> de relatórios produzidos

Cronograma: 1<sup>o</sup>, 2<sup>o</sup>, 3<sup>o</sup> e 4<sup>o</sup> trimestres 2022

### **Medida VI.4 Promoção da capacitação e reforço da intervenção da AIM**

Tratando-se da única associação que representa as comunidades migrantes do concelho, para além de promover o seu envolvimento em diversas ações do PMIM, deve ser promovida a capacitação da AIM, designadamente no âmbito das ações de promoção do associativismo da CMVNF.

Entidades responsáveis: CMVNF/Associativismo, AIM.

Outras entidades envolvidas: CLAIM.

Metas: Desenvolvimento de 4 ações de promoção do associativismo (incluindo ações do PMIM em que a AIM está envolvida)

Indicadores: N<sup>o</sup> de ações de promoção do associativismo de que a AIM é beneficiária; N<sup>o</sup> de ações PMIM em que a AIM está envolvida

Cronograma: 2<sup>o</sup> e 3<sup>o</sup> trimestres 2022

## **9.3. SÍNTESE GLOBAL DAS MEDIDAS: INDICADORES E METAS, CRONOGRAMA E RESPONSABILIDADES**

Em jeito de síntese, apresentam-se de seguida um conjunto de quadros que sistematizam as Medidas do PMIM VNF, e sintetizam as correspondentes metas e indicadores, cronograma e responsabilidades dos diversos parceiros.

**Quadro 5 - Medidas do PMIM VNF e respetivas metas e indicadores**

Eixo	Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Medidas	Metas	Indicadores	Responsáveis	Fontes de informação
I. Acolhimento e integração	Melhorar as condições de acolhimento dos migrantes, capacitando a sociedade de acolhimento e dando a conhecer aos migrantes os serviços e mecanismos relevantes para a sua integração.	Conhecer as dinâmicas migratórias e as características dos migrantes que residem, trabalham e/ou estudam no concelho, bem como as suas necessidades e expectativas	I.1. Ajustamento, tradução e divulgação do Guia de Acolhimento para migrantes	Publicar 500 exemplares de cada língua (Português, Inglês e Francês), em suporte papel e digital	Nº de exemplares do Guia de Acolhimento publicados Nº de <i>downloads</i> efetuados	CLAIM	CLAIM
		Melhorar o nível de informação disponível (em diversas línguas) sobre as principais estruturas e serviços relevantes para os migrantes.	I.2. Criação de brochura de divulgação dos serviços do CLAIM	Publicar 500 exemplares de cada língua (Português, Inglês e Francês), em suporte papel e digital	Nº de brochuras produzidas Nº de <i>downloads</i> efetuados	CLAIM	CLAIM
		Melhorar o nível de capacitação dos atores locais, de modo que estes possam contribuir de forma mais competente para a integração dos migrantes.	I.3. Criação de um observatório municipal das dinâmicas migratórias	Construção de painel de indicadores sobre as dinâmicas migratórias municipais Produção de relatório anual	Nº de relatórios produzidos	CLAIM	CLAIM
		Incrementar a qualidade dos serviços prestados aos migrantes.	I.4. Realização de ações de capacitação	Realização de 4 ações de capacitação	Nº de ações realizadas Nº de participantes	CLAIM	CLAIM
		Promover a generalização da regularização da permanência no país dos migrantes residentes no concelho, evitando a perpetuação de situações irregulares.	I.5. Instituição da iniciativa Famalicão Acolhe	Realização de 4 iniciativas	Nº de iniciativas realizadas Nº de participantes	CLAIM, CMVNF/vários setores	CLAIM
			I.6. Conceção e implementação de um plano operacional de comunicação do PMIM	Conceção e operacionalização de 1 plano de comunicação	Nº de planos de comunicação elaborados Nº de ações de comunicação realizadas	CLAIM, CMVNF/Comunicação	CMVNF/Comunicação CLAIM

Eixo	Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Medidas	Metas	Indicadores	Responsáveis	Fontes de informação
II. Mercado de trabalho	Melhorar as condições de acesso e integração dos migrantes no mercado de trabalho.	Melhorar o conhecimento dos migrantes em relação aos direitos e obrigações laborais.	II.1 Realização de sessões informativas sobre direitos e obrigações laborais dirigidas a trabalhadores migrantes	Realização de 4 sessões informativas	Nº de ações realizadas Nº de participantes envolvidos	CLAIM, ACT, IEFP	CLAIM IEFP/ ACT
		Sensibilizar as entidades empregadoras para as especificidades do emprego de migrantes e respetivos direitos e obrigações. Criar condições para facilitar o encontro oferta/procura de emprego.	II.2 Realização de sessões informativas sobre o acolhimento de trabalhadores migrantes dirigidas a empregadores.	Realização de 4 sessões informativas	Nº de ações realizadas Nº de participantes envolvidos	CLAIM, ACIF, ACT, IEFP	CLAIM IEFP/ ACT
		Melhorar as condições de acesso à formação profissional por parte dos migrantes. Estimular e capacitar o empreendedorismo migrante.	II.3 Criação de iniciativa de informação sobre apoios ao emprego e empreendedorismo migrante	Resposta a pedidos de informação de migrantes que procuram informações sobre emprego e empreendedorismo (resposta a 80% dos pedidos de informação) Mapeamento de iniciativas de empreendedorismo migrante	Nº de mapeamentos produzidos Nº de pedidos de informação de apoio à procura de emprego ou apoio à criação de emprego respondidos Nº de iniciativas de empreendedorismo migrante (decorrentes do mapeamento e novas que ocorram no período de implementação do PMIM)	CMVNF/Made In	CMVNF/Made In

<b>Eixo</b>	<b>Objetivos estratégicos</b>	<b>Objetivos operacionais</b>	<b>Medidas</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Fontes de informação</b>
III. Língua, Educação, Formação e Capacitação	Incrementar o conhecimento da língua portuguesa pelos migrantes e promover um melhor acolhimento, seja das crianças e jovens migrantes no ambiente escolar, seja dos adultos trabalhadores no contexto laboral.	Facilitar e ampliar o ensino da língua portuguesa a migrantes.  Promover e alargar o reconhecimento das habilitações e competências dos migrantes  Promover uma melhor integração das crianças e jovens migrantes nas escolas.  Prevenir situações de racismo e discriminação nas escolas.	III.1 Criação de ações de divulgação do Centro Qualifica	Publicar 250 exemplares de cartazes e folhetos, em diversas línguas (Português, Inglês e Francês), em suporte papel e digital	Nº de cartazes produzidos Nº de folhetos produzidos Nº de <i>downloads</i> efetuados	CMVNF/Educação, Centro Qualifica VNF	CLAIM Centro Qualifica VNF
			III.2 Criação de ação-piloto de Português Língua de Acolhimento em contexto de proximidade	Desenvolvimento de 1 ação-piloto de PLA em espaços de proximidade	Nº de ações realizadas Nº de participantes	CMVNF/Educação, CLAIM, Centro Qualifica VNF, ACIF	Centro Qualifica VNF
			III.3 Lançamento de um projeto-piloto nas escolas centrado no tema da interculturalidade	Realização de iniciativas	Nº de iniciativas realizadas Nº de participantes nas iniciativas realizadas	CMVNF/Educação, Escolas	CMVNF/Educação

Eixo	Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Medidas	Metas	Indicadores	Responsáveis	Fontes de informação
IV. Saúde	Melhorar as condições de acesso dos migrantes à saúde.	Aumentar a informação disponível sobre o acesso à saúde por parte dos migrantes.	IV.1 Criação de ações de divulgação sobre o acesso à saúde para migrantes	Publicar 250 exemplares de materiais informativos (folhetos e cartazes) (Português, Inglês e Francês), em suporte papel e digital	Nº de folhetos produzidos Nº de cartazes produzidos Nº de downloads efetuados	ACES, CHVA/UHF, CMVNF/Saúde, CMVNF/Comunicação	CLAIM ACES/CHMA/ UHF
		Incrementar as condições de acolhimento de migrantes por parte dos serviços de saúde.	IV.2 Realização de ações de sensibilização sobre o acesso à saúde de migrantes	Realização de 4 ações de sensibilização	Nº de ações realizadas Nº de profissionais de saúde envolvidos	CMVNF/Saúde, ACES, CHVA/UHF	CLAIM ACES/CHMA/ UHF
V. Habitação	Melhorar as condições de equidade no acesso à habitação, bem como as condições de habitabilidade/salubridade dos migrantes.	Conhecer as situações de precaridade, insalubridade e outras de indignidade habitacional que afetem em particular a população migrante, tendo em vista preparar uma futura intervenção.	V.1 Realizar um levantamento sobre as situações de habitação indigna de migrantes	Realização de 1 estudo	Nº de estudos realizados Nº de situações em que se verificou a necessidade de melhoria das condições de habitação de cidadãos migrantes	CMVNF/Habitação	CMVNF/Habitação
		Melhorar as condições de acesso a apoios a habitação por parte dos migrantes.	V.2 Melhorar os apoios ao acesso à habitação dirigidos aos migrantes	Realização de 1 Jornadas de Habitação Migrante	Nº de Jornadas realizadas Nº participantes nas Jornadas Nº de entidades envolvidas nas Jornadas	CMVNF/Habitação, Plataforma de Acompanhamento e Monitorização-PMIM.	CMVNF/Habitação

Eixo	Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Medidas	Metas	Indicadores	Responsáveis	Fontes de informação
VI. Cultura, Participação e Cidadania	Promover o envolvimento das comunidades migrantes na vida cívica local	Realizar iniciativas de valorização da interculturalidade. Prevenir situações de racismo, xenofobia e discriminação associadas aos migrantes. Promover a capacitação dos agentes com maior potencial mobilizador dos migrantes para a participação.	VI.1 Realização da Festa Intercultural	Realização do evento Festa Intercultural	Nº de eventos realizados Nº de participantes Nº de nacionalidades dos participantes Nº de agentes culturais e outras entidades parceiras envolvidas no evento	CLAIM, AIM, CMVNF/Cultura	CLAIM
			VI.2 Lançamento da iniciativa “Sabores de outras terras”	Realização da iniciativa “Sabores de outras terras”	Nº de iniciativas realizadas Nº de participantes Nº de nacionalidades dos participantes Nº de entidades envolvidas na iniciativa	CMVNF/Cultura CMVNF/Turismo	CLAIM
			VI.3 Dinamização, no âmbito da Rede Social, de um grupo de trabalho para a interculturalidade	Criação de um grupo de trabalho Relatório com síntese das conclusões do grupo de trabalho	Nº de entidades que integram o grupo de trabalho Nº de relatórios produzidos	Rede Social	Rede Social
			VI.4 Promoção da capacitação e reforço da intervenção da AIM	Desenvolvimento de 4 ações de promoção do associativismo (incluindo ações do PMIM em que a AIM está envolvida)	Nº de ações de promoção do associativismo de que a AIM é beneficiária Nº de ações PMIM em que a AIM está envolvida	CMVNF/Associativismo, AIM	CMVNF/Associativismo

**Quadro 6 - Medidas do PMIM VNF e respetivo cronograma**

Eixos e Medidas		2022			
		1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
<b>Eixo I – Acolhimento e integração</b>	Medida I.1. <b>Ajustamento</b> , tradução e divulgação do <b>Guia de Acolhimento para migrantes</b>				
	Medida I.2. Criação de <b>brochura</b> de divulgação dos serviços do <b>CLAIM</b>				
	Medida I.3. Criação de um <b>observatório municipal das dinâmicas migratórias</b>				
	Medida I.4. Realização de <b>ações de capacitação</b>				
	Medida I.5. Instituição da iniciativa <b>Famalicão Acolhe</b>				
	Medida I.6. Conceção e implementação de um <b>plano operacional de comunicação do PMIM</b>				
<b>Eixo II – Mercado de trabalho</b>	Medida II.1 Realização de <b>sessões informativas sobre direitos e obrigações laborais</b> dirigidas a trabalhadores migrantes				
	Medida II.2 Realização de <b>sessões informativas sobre o acolhimento de trabalhadores migrantes</b> dirigidas a empregadores.				
	Medida II.3 Criação de iniciativa de <b>informação sobre apoios ao emprego e empreendedorismo migrante</b>				
<b>Eixo III – Língua, Educação, Formação e Capacitação</b>	Medida III.1 Criação de ações de <b>divulgação do Centro Qualifica</b>				
	Medida III.2 Criação de <b>ação-piloto de Português Língua de Acolhimento em contexto de proximidade</b>				
	Medida III.3 Lançamento de um <b>projeto-piloto nas escolas</b> centrado no tema da <b>interculturalidade</b>				
<b>Eixo IV – Saúde</b>	Medida IV.1 Criação de <b>ações de divulgação</b> sobre o <b>acesso à saúde para migrantes</b>				
	Medida IV.2 Realização de <b>ações de sensibilização</b> sobre o <b>acesso à saúde de migrantes</b>				
<b>Eixo V – Habitação</b>	Medida V.1 Realizar um <b>levantamento sobre as situações de habitação indigna de migrantes</b>				
	Medida V.2 Melhorar os <b>apoios ao acesso à habitação</b> dirigidos aos migrantes				
<b>Eixo VI – Cultura, Participação e Cidadania</b>	Medida VI.1 Realização da <b>Festa Intercultural</b>				
	Medida VI.2 Lançamento da iniciativa “ <b>Sabores de outras terras</b> ”				
	Medida VI.3 Dinamização, no âmbito da Rede Social, de um <b>grupo de trabalho para a interculturalidade</b>				
	Medida VI.4 Promoção da <b>capacitação e reforço</b> da intervenção da <b>AIM</b>				

### Quadro 7 - Medidas do PMIM VNF e responsabilidades na execução

Eixos e Medidas		Entidades responsáveis	Outras entidades envolvidas
<b>Eixo I – Acolhimento e integração</b>	Medida I.1. <b>Ajustamento</b> , tradução e divulgação do <b>Guia de Acolhimento para migrantes</b>	CLAIM	CMVNF/vários setores, Plataforma de Acompanhamento e Monitorização do PMIM, Juntas de Freguesia, outras entidades locais.
	Medida I.2. Criação de <b>brochura</b> de divulgação dos serviços do CLAIM	CLAIM	AIM, Escolas, Juntas de Freguesia, comunidades religiosas, outras entidades locais
	Medida I.3. Criação de um <b>observatório municipal das dinâmicas migratórias</b>	CLAIM	CMVNF/vários setores, entidades locais.
	Medida I.4. Realização de <b>ações de capacitação</b>	CLAIM	Entidades locais
	Medida I.5. Instituição da iniciativa <b>Famalicão Acolhe</b>	CLAIM, CMVNF/vários setores	Entidades locais
	Medida I.6. Conceção e implementação de um <b>plano operacional de comunicação do PMIM</b>	CLAIM, CMVNF/Comunicação	Media locais, Plataforma de Acompanhamento e Monitorização do PMIM
<b>Eixo II – Mercado de trabalho</b>	Medida II.1 Realização de <b>sessões informativas sobre direitos e obrigações laborais</b> dirigidas a trabalhadores migrantes	CLAIM, ACT, IEFP, ISS	ACIF, empresas locais, Juntas de Freguesia, AIM.
	Medida II.2 Realização de <b>sessões informativas sobre o acolhimento de trabalhadores migrantes</b> dirigidas a empregadores.	CLAIM, ACIF, ACT, IEFP	AIM, empresas locais.
	Medida II.3 Criação de iniciativa de <b>informação sobre apoios ao emprego e empreendedorismo migrante</b>	CMVNF/Made In	IEFP, ACIF, AIM, escolas de ensino profissional, instituições de ensino superior.
<b>Eixo III – Língua, Educação, Formação e Capacitação</b>	Medida III.1 Criação de ações de <b>divulgação do Centro Qualifica</b>	CMVNF/Educação, Centro Qualifica	CLAIM, Juntas de Freguesia, escolas, ACIF, IEFP, ACT, outras entidades
	Medida III.2 Criação de <b>ação-piloto de Português Língua de Acolhimento em contexto de proximidade</b>	CMVNF/Educação, CLAIM, Centro Qualifica, ACIF	DGestE, ACIF, empresas locais, AIM, Juntas de Freguesia, IPSS, outras entidades
	Medida III.3 Lançamento de um <b>projeto-piloto nas escolas</b> centrado no tema da <b>interculturalidade</b>	CMVNF/Educação, Escolas	CLAIM, AIM, CMVNF/Desporto, CMVNF/ Cultura, CMVNF/Juventude
<b>Eixo IV – Saúde</b>	Medida IV.1 Criação de <b>ações de divulgação</b> sobre o <b>acesso à saúde para migrantes</b>	ACES, CHVA/UHF, CMVNF/Saúde, CMVNF/ Comunicação	CLAIM, Juntas de Freguesia, outras entidades.
	Medida IV.2 Realização de <b>ações de sensibilização</b> sobre o <b>acesso à saúde de migrantes</b>	CMVNF/Saúde, ACES, CHVA/UHF	ACM, AIM, CLAIM.
<b>Eixo V – Habitação</b>	Medida V.1 Realizar um <b>levantamento sobre as situações de habitação indigna de migrantes</b>	CMVNF/Habitação	AIM, ACIF, Juntas de Freguesia, Comunidades religiosas, Rede Social, empresas, forças policiais.
	Medida V.2 Melhorar os <b>apoios ao acesso à habitação</b> dirigidos aos migrantes	CMVNF/Habitação, Plataforma de Acompanhamento e Monitorização-PMIM.	CLAIM, AIM, Rede Social, Imobiliárias, Entidades de ensino profissional e superior.
<b>Eixo VI – Cultura, Participação e Cidadania</b>	Medida VI.1 Realização da <b>Festa Intercultural</b>	CLAIM, AIM, CMVNF/Cultura	Ágrupos escolares, Escolas profissionais e superiores, ACIF, Agentes culturais e desportivos.
	Medida VI.2 Lançamento da iniciativa <b>“Sabores de outras terras”</b>	CMVNF/Cultura, CMVNF /Turismo	CLAIM, AIM, Restaurantes e estabelecimentos similares.
	Medida VI.3 Dinamização, no âmbito da Rede Social, de um <b>grupo de trabalho para a interculturalidade</b>	Rede Social	CLAIM, Plataforma Acompanhamento e Monitorização-PMIM, ACIF, Comunidades Religiosas.
	Medida VI.4 Promoção da <b>capacitação e reforço</b> da intervenção da AIM	CMVNF/Associativismo, AIM.	CLAIM

## 10. MODELO DE GOVERNAÇÃO DO PLANO

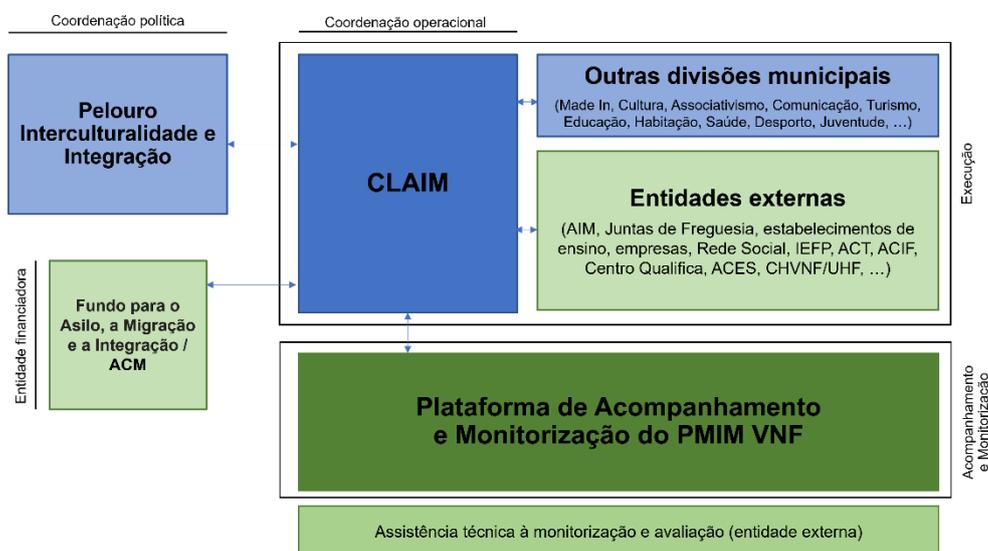
Conforme referido anteriormente, a conceção do PMIM VNF e a sua futura execução assentam numa parceria local alargada que envolve não só o Município de Vila Nova de Famalicão, mas um leque diversificado de outras entidades externas à autarquia, de âmbito local e distrital. Concretamente, pretende-se continuar a mobilizar na fase de implementação do Plano a Plataforma de Acompanhamento e Monitorização, constituída na fase de elaboração do diagnóstico local e de conceção do PMIM, e que integra as seguintes 17 entidades:

- ACES - Agrupamento de Centros de Saúde Ave Famalicão
- CHMA - Centro Hospitalar do Médio Ave
- Polícia de Segurança Pública
- Guarda Nacional Republicana de Vila Nova de Famalicão
- Guarda Nacional Republicana de Riba d’Ave
- Polícia Municipal
- Proteção Civil
- IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional / Centro Emprego de Vila Nova de Famalicão
- ACT - Autoridade para as Condições no Trabalho / Delegação Regional
- Segurança Social / Direção Regional da Segurança Social de Braga
- Associação de Moradores das Lameiras
- Agrupamento Escolar Camilo Castelo Branco
- Agrupamento Escolar D. Maria II
- Escola Profissional CIOR
- CESPUP - Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário
- PSI ON - Associação para a Educação, Desenvolvimento e Intervenção
- AIM - Associação de Integração Multicultural

No sentido de garantir algum dinamismo e flexibilidade, decorrente do próprio processo de implementação do PMIM, o Município tem intenção de abrir o acesso a esta Plataforma de Acompanhamento e Monitorização do PMIM VNF a outras entidades locais que se venha a verificar ser pertinente envolver.

Tendo em atenção estes aspetos, entendeu-se ser crucial definir um modelo de governação do Plano que não só é bastante claro, simples e ágil, mas sobretudo adequado aos diferentes níveis de envolvimento destas várias entidades no contexto quer da execução, quer do acompanhamento e monitorização do Plano. A figura seguinte procura traduzir, de forma sintética, o modelo de governação do Plano:

**Figura 8 - Modelo de Governação do PMIM VNF**



No plano político, o Pelouro da Interculturalidade e Integração da CMVNF assume a responsabilidade pela coordenação política do PMIM, assegurando uma boa articulação com outros pelouros, divisões municipais e serviços dentro da Autarquia, mas também garantindo uma boa comunicação e articulação na relação com entidades externas ao Município, sejam elas as entidades que participam na parceria local (integrando a Plataforma de Acompanhamento e Monitorização do PMIM VNF), sejam a própria entidade financiadora do PMIM, o ACM/FAMI.

A coordenação operacional do PMIM caberá ao CLAIM, enquanto estrutura municipal que está tecnicamente preparada e vocacionada para trabalhar e articular com terceiros as questões relacionadas com o acolhimento e integração de cidadãos migrantes.

De um ponto de vista executivo, o CLAIM terá de articular diretamente com as diversas entidades que têm responsabilidades diretas, na medida em que participam de conceção e realização de algumas das Medidas previstas no PMIM VNF – e que incluem não só outras divisões e serviços municipais (Made In, Cultura, Associativismo, Comunicação, Turismo, Educação, Habitação, Saúde, Desporto, Juventude, etc.), mas também várias entidades externas à autarquia (incluindo instituições associativas como a ACIF e a AIM, mas também as Juntas de Freguesia, o Centro Qualifica, os diversos estabelecimentos de ensino do concelho, públicos e privados, empresas, instituições públicas como o IIEFP, a ACT, o ACES, o CHVNF/UHT, entre outros).

Num outro nível, caberá ainda ao CLAIM dinamizar o processo de acompanhamento e monitorização do PMIM VNF. Neste âmbito será promovido o envolvimento da Plataforma de Acompanhamento e Monitorização do PMIM, constituída na fase da conceção do Plano. Conforme se detalha no capítulo seguinte, ao longo do período de execução do Plano está previsto um conjunto de momentos de interação com a Plataforma, tendo em vista o seu envolvimento no processo de execução do Plano, mas também de reflexão estratégica sobre os resultados alcançados e medidas de melhoria a implementar. Este envolvimento dos membros da Plataforma terá, pois, níveis de intensidade diferenciados que passam, nalguns casos, por apenas lhes dar conhecimento do trabalho em curso, através da partilha de memorandos trimestrais, por exemplo, assegurando que possam acompanhar a evolução do Plano; sendo que, noutros momentos, se procurará recolher contributos mais específicos da parte das entidades que integram a Plataforma de Acompanhamento e Monitorização, em matéria da apreciação crítica dos resultados alcançados pelo Plano e desafios que se perfilam para o futuro.

Tecnicamente, o CLAIM contará com a assistência técnica de uma empresa de consultoria, que assegurará o acompanhamento à monitorização e avaliação do Plano, de acordo com a metodologia que se explicita no capítulo seguinte.

Por fim, refira-se ainda que, do ponto de vista técnico, o CLAIM terá ainda a responsabilidade executiva de interagir tecnicamente com a entidade financiadora do PMIM, o ACM/FAMI, fornecendo atempadamente o conjunto de informações técnicas e financeiras que sejam por esta solicitada.

## 11. MODELO DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO

O modelo de monitorização e acompanhamento contempla duas vertentes distintas, conforme se pode verificar no esquema seguinte:

**Figura 9 - Modelo de Monitorização e Avaliação do PMIM VNF**



O modelo de monitorização do PMIM assegurará o acompanhamento regular das diversas Medidas que constituem o Plano, sobretudo através dos indicadores definidos nas dimensões estratégica e operacional.

Este modelo de monitorização prevê a produção inicial de um **memorando metodológico**, onde serão elencados os indicadores que fazem parte do sistema de acompanhamento da execução do PMIM, bem como para a respetiva fórmula de cálculo, indicando a fonte e a periodicidade de recolha de informação. O documento, em formato Word e Excel, será disponibilizado a todos os parceiros que constituem a Plataforma de Acompanhamento e Monitorização do PMIM VNF e parceiros envolvidos na implementação das Medidas do PMIM para facilitar o processo de acompanhamento e partilha de elementos.

Os pontos de situação da monitorização do PMIM terão uma periodicidade trimestral, pelo que, para além do preenchimento do quadro de indicadores de acompanhamento da execução, serão realizadas **reuniões trimestrais** com a equipa responsável pela coordenação da implementação do Plano e com os parceiros envolvidos na implementação de Medidas do PMIM. Nestas reuniões, para além de se recolher informação relativamente aos indicadores previstos no PMIM junto das diferentes entidades envolvidas (informação coligida ao longo da implementação das atividades do PMIM), será recolhida informação de cariz mais qualitativo, nomeadamente para identificação de constrangimentos na implementação das Medidas e eventuais desvios à execução do Plano, com consequências do ponto de vista dos resultados e metas a alcançar.

A informação recolhida nas reuniões trimestrais é essencial para a produção dos memorandos de monitorização que serão apresentados no final do 1º e do 2º trimestre de implementação do PMIM. Os memorandos de monitorização são uma peça essencial no modelo de monitorização, pois permitirão realizar pontos de situação regulares do grau de implementação das Medidas do PMIM face ao previsto. Para além de compilarem informação relativa ao quadro de indicadores de acompanhamento definido para a execução do PMIM, permitirão uma leitura crítica e contextualizada da evolução das suas Medidas, à medida que se vão realizando. No caso de se anteciparem necessidades de reajustamento das ações, os memorandos de monitorização deverão apresentar, com a devida antecipação, a sua justificação. Tratam-se de documentos muito operativos e de síntese que serão elaborados a partir de uma forte interação entre a equipa da CM VNF responsável pela implementação do plano, as outras entidades que irão implementar Medidas do PMIM e a equipa externa, que prestará assistência técnica ao processo de monitorização e avaliação.

A título indicativo, pode referir-se que a estrutura do memorando de monitorização será a seguinte:

- Introdução
- Painel de indicadores e respetiva análise
- Síntese relativa aos próximos passos a desenvolver, recomendações e necessidades de reprogramação devidamente justificadas

Entende-se que o processo de monitorização do PMIM VNF será de grande utilidade, face à natureza flexível e dinâmica da implementação do PMIM que se pretende, permitindo introduzir ajustamentos bem como integrar alterações no contexto socioeconómico do concelho que, eventualmente, podem vir a verificar-se.

O modelo de avaliação prevê a produção de dois relatórios de balanço de acompanhamento e reflexão, que substituem os Memorandos correspondentes aos 3º e 4º trimestres, uma vez que integram os conteúdos daqueles.

O **Relatório Intercalar de Balanço de Acompanhamento e Reflexão** será apresentado no final do 3º trimestre de implementação do PMIM e terá por base a bateria de indicadores de acompanhamento da execução do PMIM definida para o sistema de monitorização e as informações, de caráter mais qualitativo, recolhidas na reunião com a Plataforma de Acompanhamento e Monitorização do PMIM.

Será realizada uma análise crítica das Medidas desenvolvidas no âmbito do Plano e dos resultados da execução até ao momento de reporte (30 de setembro de 2022), bem como um conjunto de recomendações para o período remanescente de implementação do PMIM, sugerindo alterações caso sejam necessárias.

Novamente a título indicativo, pode referir-se que a estrutura prevista para o documento será a seguinte:

- Introdução
- Análise crítica do painel de indicadores
- Análise dos resultados da execução até ao momento
- Recomendações para o período remanescente de implementação

No **Relatório Final**, para além de uma análise crítica da bateria de indicadores definidos no sistema de monitorização, será dada resposta a um conjunto de questões de avaliação para aferição dos principais resultados alcançados pelas Medidas do PMIM e produção de recomendações futuras relacionadas com os critérios da eficiência, eficácia, coerência, pertinência, entre outros, tendo em vista a preparação de uma segunda geração do Plano. A resposta às questões de avaliação basear-se-á em toda a informação, quantitativa e qualitativa, recolhida ao longo do período de implementação do PMIM – isto é, terá em linha de conta a bateria de indicadores e a informação recolhida nas reuniões trimestrais a realizar com os parceiros e nas duas reuniões a realizar com a Plataforma de Acompanhamento e Monitorização.

Atendendo ao contexto do PMIM VNF, para a avaliação do plano foram selecionados os seguintes critérios de avaliação e as seguintes questões de avaliação, tendo por base o *Guia para a Conceção de Planos Municipais para a Integração de Imigrantes*:

**Quadro 8 - Critérios e questões de avaliação do PMIM VNF**

CRITÉRIO	QUESTÃO DE AVALIAÇÃO
<b>Coerência</b>	As ações que estão a ser implementadas são coerentes com as medidas e os objetivos inicialmente propostos? Há necessidade de reequacionar as ações ou as medidas para que os objetivos possam ser atingidos?
<b>Pertinência/ Relevância</b>	As ações implementadas respondem aos problemas identificados inicialmente? Se não, que mudanças devem ser equacionadas para que essa resposta possa ser dada?
<b>Eficácia</b>	Os objetivos e as metas inicialmente previstos foram alcançados? Se não estão a ser atingidos, o que deve ser feito para melhorar esses mesmos resultados?
<b>Eficiência</b>	Os objetivos e resultados do PMIM foram alcançados a um custo razoável? Os objetivos e resultados do PMIM foram alcançados utilizando recursos adequados?
<b>Sustentabilidade</b>	Os benefícios gerados pelo PMIM junto dos destinatários têm condições para se manterem após 2022? Existe motivação por parte das entidades parceiras para a continuidade dos benefícios gerados pelo PMIM após 2022?

Novamente a título indicativo, pode referir-se que a estrutura para o Relatório Final de Avaliação deverá ser a seguinte:

- Introdução
- Objetivo e âmbito da avaliação
- Metodologia da avaliação
- Abordagem às questões de avaliação



## ANEXOS

## ANEXO 1 – GUIÃO DE ENTREVISTA GLOBAL

Os objetivos da entrevista global são os seguintes:

- Recolha de informação relativa às principais dinâmicas e políticas migratórias em VNF: evolução recente do fenómeno migratório, principais características da população migrante, principais impactos no município que decorrem dos fluxos migratórios mais recentes
- Recolha de informação geral relativa à comunidade migrante relacionada com as dinâmicas em termos de habitação, saúde, cultura, educação e língua, capacitação e formação, religião, mercado de trabalho e empreendedorismo, solidariedade e resposta social, cidadania e participação cívica, racismo e discriminação, relações internacionais, *media* e sensibilização da opinião pública

Os destinatários da entrevista global são os seguintes: CLAIM (as questões específicas relativas a esta estrutura não se aplicam aos restantes entrevistados), responsável municipal que faz a ligação com o CLAS, técnicos municipais responsáveis pelas áreas da habitação, cultura, educação e língua, empreendedorismo, entre outras áreas, responsáveis e técnicos de entidades locais e regionais com relevância na área da integração de migrantes e professores *pivot* do ensino PLA e envolvidos em atividades de acolhimento e integração de migrantes.

### Dinâmica e política migratória em VNF

- Que perceção tem sobre a evolução recente do fenómeno migratório em VNF (evolução dos quantitativos, origens dos migrantes, imigração temporária/longo-prazo/definitiva, isolados/famílias, setores de atividade que mais atraem, características/questões específicas, principais dificuldades/obstáculos, efeitos da pandemia, ...)?
- Quais as principais características da população migrante (concentração/distribuição no concelho, estrutura familiar/etária, qualificações, ocupações profissionais, níveis de rendimento, problemas e necessidades, etc.)?
- Quais os principais impactos já sentidos no município de VNF que decorrem dos fluxos mais recentes de migração?

### Serviços de acolhimento e integração/questões específicas ao CLAIM

- Evolução e caracterização da atividade do CLAIM: data de instalação; áreas em que presta apoio; nº de atendimentos; capacidade de resposta; características dos utentes (países de origem, níveis etários, local de residência, assuntos que motivam a procura...) – Pedir registos/dados estatísticos.
- Os imigrantes conhecem o CLAIM? Há alguns “grupos” que recorrem mais ao CLAIM? Foram realizadas ações de divulgação/sensibilização relativamente ao CLAIM? Se sim, quais?
- Há procura do CLAIM motivada por assuntos fora das suas competências (habitação, apoio social, outros)? Se sim, qual o procedimento?
- O funcionamento CLAIM adequa-se às necessidades e disponibilidades das pessoas e das famílias migrantes (horários, localização, competências...)? Existem outras estruturas de apoio a pessoas e famílias migrantes?
- As instituições locais conhecem o CLAIM? Encaminham utentes? Como pensa que avaliam o seu funcionamento? Foram realizadas ações de divulgação relativamente ao CLAIM? Se sim, quais?
- Existem outras estruturas de atendimento aos migrantes e/ou de apoio ao acolhimento (público, sociedade civil ou privados) em VNF? Como avalia o seu funcionamento?
- Existe alguma informação específica destinada aos imigrantes disponível localmente (produzida por entidades locais ou outras), p. ex. guias, brochuras, folhetos?
- Para além do CLAIM e das Ações de Capacitação que estão a decorrer (ver candidatura) que outras iniciativas tem ou já teve a CMVNF sobre o tema?

## **Urbanismo e habitação**

- Há freguesias/espacos no concelho com maior concentração de migrantes (áreas de residência, espaços de encontro, zonas comerciais mais procuradas, etc.)?
- Nos casos em que existem associações de moradores, existe a participação de migrantes nas mesmas?
- Há situações de conflito na utilização do espaço público associadas a determinadas comunidades?
- Que dificuldades existem em termos do acesso à habitação/condições de habitabilidade dos migrantes (oferta, valores do mercado, discriminação no acesso, situações de precaridade, insalubridade, sobrelotação ou outras indignas...)?
- Qual a representatividade da população imigrante nos bairros de habitação municipal? Quais as principais características (país de origem, situação face ao emprego, isolados/família, imigração temporária/longo prazo/definitiva, ...) destes migrantes?
- A política de habitação (social) do município tem em consideração as especificidades dos imigrantes?

## **Mercado de trabalho e empreendedorismo**

- Em que áreas principais desenvolvem atividade os migrantes?
- Há empresas/instituições com políticas específicas de contratação (ou de não contratação/discriminação) de estrangeiros?
- Existem situações de trabalho temporário/sazonal? São muito representativas no cômputo geral de emprego de migrantes? Têm conhecimento de situações de redes de trabalho ilegal?
- São conhecidas empresas de recrutamento/trabalho temporário presentes no concelho de VNF e que atuam na área dos migrantes?
- Há dificuldades associadas ao reconhecimento de habilitações ou qualificações? É significativo o número de migrantes a procurar o reconhecimento das suas qualificações?
- Há iniciativas específicas que promovam a empregabilidade dos imigrantes?
- Existe oferta específica de formação ou iniciativas de incentivo ao empreendedorismo migrante?
- O nível de desemprego entre os imigrantes é expressivo (distinto da população em geral)? A pandemia teve alguma influência no nível de desemprego dos migrantes?
- Há informação dirigida a migrantes (p.ex. em diversas línguas) sobre estruturas de apoio à inserção profissional?
- A CMVNF (ou outra entidade local/regional) tem uma política específica de atração de investidores estrangeiros, empresários imigrantes ou outro perfil de imigrantes ativos?

## **Educação e língua**

- Qual o nível de conhecimento da língua portuguesa entre os imigrantes (ainda que a maioria seja do Brasil)? Há problemas ligados ao domínio da língua?
- É necessário aumentar os níveis de conhecimento da língua portuguesa?
- Há interesse por parte da população imigrante na aprendizagem da língua?
- Há/já houve oferta de cursos de Língua Portuguesa? Há facilidade de acesso? Existem entidades no território capacitadas para o ensino de português a estrangeiros?
- Existe Informação (p.ex. nos serviços públicos) traduzida noutras línguas?

- Existem problemas de inserção de filhos de migrantes nas escolas? De que tipo? Que soluções ou ações têm sido implementadas para a sua resolução?

- Existem algumas escolas / agrupamentos escolares com programas específicos para os alunos estrangeiros/migrantes?

- Há projetos/iniciativas interculturais nas escolas?

### **Capacitação e formação**

- Existe alguma iniciativa de sensibilização relativa à temática das migrações (para além das ações de capacitação em curso) junto de agentes do território?

- Existe alguma iniciativa de sensibilização, em particular, junto de entidades formativas? Existe oferta formativa especificamente dirigida a migrantes? Se sim, em que áreas?

- Há procura de formação por migrantes ou identificam-se necessidades no mercado?

- Os migrantes são incentivados, pelas entidades empregadoras, a realizarem ações de formação?

### **Saúde**

- Há dificuldades existem no acesso ao sistema de saúde? Os imigrantes conhecem os procedimentos?

- Existe uma estratégia/atuação específica dirigida à população migrante?

- Há informação na área da saúde traduzida em várias línguas?

- Há problemas ligados à saúde específicos de alguma(s) comunidade(s)?

- Os profissionais de saúde estão preparados / sensibilizados para as questões associadas às migrações (língua, cultura, tradições e valores dos imigrantes)?

- Há/já houve iniciativas de capacitação dos profissionais dos cuidados primários de saúde em matérias associadas à multiculturalidade? Seriam importantes?

### **Solidariedade e resposta social**

- Existe procura de apoio social por parte de migrantes?

- É dado apoio a imigrantes ao nível da emergência social?

- Há problemas “sociais” específicos entre os imigrantes (violência doméstica, criminalidade, casos na CPCJ, etc.)? A pandemia agravou algum problema social específico?

- Os profissionais da área social conhecem as realidades socioculturais dos imigrantes (p. ex. língua, cultura, tradições e valores)?

- Há/já houve iniciativas de capacitação dos profissionais em matérias associadas à multiculturalidade? Seriam importantes?

### **Cultura**

- Há no concelho iniciativas interculturais (promovidas pela CMVNF ou por outras entidades) ou iniciativas culturais especificamente dirigidas aos imigrantes?

- Se sim, de que tipo, exemplos, promovidas por quem? Quem participa?

- Os imigrantes participam nas atividades culturais promovidas pela CMVNF?

## **Religião**

- Há presença de “novas” igrejas, associadas aos cultos dos migrantes? Existem espaços de congregação?
- Há preconceitos e discriminação associados aos cultos religiosos das comunidades migrantes?
- Realizam-se/já realizaram eventos de diálogo inter-religioso? E de formação/divulgação em história das religiões dirigidos às comunidades nacionais e de imigrantes? Seriam importantes?

## **Cidadania e participação cívica**

- Existem associações de imigrantes? Se sim, quais e que tipo de atividade promovem? Se não, por que razão?
- As associações de imigrantes que existem assumem um papel relevante na vida da comunidade ou mantêm-se relativamente acantonadas?
- A população imigrante envolve-se no tecido associativo local (cultural, desportivo, social...)? Participa na vida local (participação em eventos locais...)?
- A população migrante participa na vida política local (votam ou são candidatos em eleições, envolvem-se em campanha eleitoral...)?

## **Racismo e discriminação**

- Há conhecimento/denúncia de situações de racismo e discriminação em relação a migrantes (meio laboral, escolas, comunidade)?
- Existem/já existiram campanhas de sensibilização para a diversidade cultural e para a integração de imigrantes/descendentes? Se não, seriam importantes campanhas de sensibilização relacionadas com as questões da discriminação?
- Existem/já existiram iniciativas de sensibilização e combate ao racismo e discriminação? Se não, seriam importantes?

## **Relações internacionais**

- Existe alguma iniciativa de aproximação/intercambio com as embaixadas/consulados dos países de origem dos migrantes? Se sim, quais?
- Existem acordos de cooperação com os países das comunidades imigrantes mais representadas?

## **Media e sensibilização da opinião pública**

- Há presença das comunidades migrantes na comunicação social (notícias relacionadas, espaço de divulgação de iniciativas próprias...)?
- Os migrantes têm mecanismos de comunicação próprios (jornais, blogs, redes sociais...)?
- Qual é a perceção geral que a população de VNF tem dos imigrantes? E o tecido empresarial/empregador?

## **Outras questões**

- Levamento de recursos (a realizar no âmbito do PMIM): Já existe algum levantamento? Que entidades envolver?
- Inquérito IMAD: ponto de situação do preenchimento
- Identificação de entidades/grupos informais locais relevantes (entrevistas)
- Identificação de boas práticas de integração ao nível local

## **ANEXO 2 – GUIÃO DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO *ONLINE* DIRIGIDO A TÉCNICOS DE INSTITUIÇÕES, PÚBLICAS E PRIVADAS, DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO**

O presente inquérito por questionário enquadra-se no processo de elaboração do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Vila Nova de Famalicão (PMIM VNF), que está a ser desenvolvido pelo Município de Vila Nova de Famalicão, com o apoio técnico da Quatenaire Portugal, e beneficiando do apoio do FAMI – Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração através do Alto-Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.).

Na elaboração do diagnóstico que suporta o Plano a opinião que os diversos agentes e instituições, públicas e privadas, que intervêm no concelho têm sobre o processo de acolhimento e integração é fundamental, de forma a ajustar a dimensão estratégica e operacional do PMIM VNF, adequando-o às expetativas e necessidades da população migrante e dos parceiros locais relevantes.

Pedimos que responda às questões sobre as quais tem uma perceção e opinião concreta; quando tal não ocorrer por favor deixe o campo de resposta por preencher ou assinale a opção “não sabe/não responde”.

Toda a informação disponibilizada será confidencial e apenas servirá os propósitos acima enunciados.

Caso tenha alguma dúvida ou questão, por favor não hesite em contactar [carfontes@quatenaire.pt](mailto:carfontes@quatenaire.pt)

Solicitamos o favor de responder a este inquérito até ao dia 22 de outubro de 2021.

Agrademos, desde já, a sua disponibilidade para colaborar neste processo.

### **Questões**

#### **1. Dinâmicas e políticas de acolhimento e integração de migrantes no concelho de Vila Nova de Famalicão**

**1.1.** Qual é a sua perceção relativamente à evolução recente do fenómeno migratório no concelho de Vila Nova de Famalicão?

Opções de resposta múltipla (permite seleccionar apenas uma opção):

- Tem havido um aumento da população migrante
- A dinâmica de população migrante tem-se mantido estável
- Tem havido uma regressão da população migrante
- Não Sabe/Não Responde

**1.2.** Como classificaria, em termos genéricos, o nível de integração da população migrante residente no concelho de Vila Nova de Famalicão?

Opções de resposta múltipla (permite seleccionar apenas uma opção):

- Plenamente integrada
- Integrada
- Com algumas dificuldades de integração
- Pouco integrada
- Não Sabe/Não Responde

**1.3.** Gostaria de explicar melhor os motivos da sua resposta?

(resposta aberta)

**1.4.** Quais são, na sua opinião, os principais dificuldades/obstáculos com que se confronta a população migrante residente no concelho de Vila Nova de Famalicão?

(resposta aberta)

**1.5.** Como classifica, a nível local, o trabalho e os serviços prestados a cidadãos migrantes pelas seguintes entidades:

Opções de resposta múltipla (permite seleccionar apenas uma opção por item):

	Mau	Insuficiente	Médio	Bom	Muito Bom	NS/NR
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras						
Segurança Social						
Centro de Emprego						
Centro de Saúde						
Hospital						
Câmara Municipal						
Finanças						
Registo Civil						
Tribunal						
Instituições de Solidariedade Social						
Juntas de Freguesia						
Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM)						
Escolas						
Autoridade para as Condições de Trabalho						

**1.6.** Gostaria de especificar melhor os motivos da sua resposta à questão anterior?

(resposta aberta)

**1.7.** Considera que a área do acolhimento e integração de migrantes deve ser prioritária no trabalho com população migrante no concelho de Vila Nova de Famalicão?

Opções de resposta múltipla (permite selecionar apenas uma opção):

- Sim
- Não
- Não Sabe/Não Responde

**1.8.** Gostaria de explicar melhor os motivos da sua resposta?

(resposta aberta)

## **2. Urbanismo e habitação**

**2.1.** Considera que a população migrante residente no concelho de Vila Nova de Famalicão se confronta com dificuldades/obstáculos específicos no acesso à habitação?

Opções de resposta múltipla (permite selecionar apenas uma opção):

- Sim – Quais? (resposta aberta)
- Não
- Não Sabe/Não Responde

**2.2.** Se respondeu sim à questão anterior, indique por favor as dificuldades/obstáculos específicos com que a população migrante residente no concelho se confronta no acesso à habitação.

Opções de resposta múltipla (permite selecionar mais do que uma opção):

- Aquisição de habitação própria
- Arrendamento de habitação
- Acesso a habitação social / habitação com custos controlados
- Qualidade e conforto habitacional
- Relações de vizinhança
- Qualidade e manutenção de espaços comuns (junto às zonas de habitação)
- Qualidade dos espaços urbanos envolventes às zonas residenciais
- Outras razões – Quais? (resposta aberta)
- Não Sabe/Não Responde

**2.3.** Tem conhecimento se existem no concelho espaços públicos e espaços comerciais/de lazer onde as comunidades migrantes habitualmente mais utilizam e onde se concentram?

Opções de resposta múltipla (permite selecionar apenas uma opção):

- Sim
- Não
- Não Sabe/Não Responde

**2.4.** Se respondem sim, por favor indique quais?

(resposta aberta)

**2.5.** Tem conhecimento de situações de conflito na utilização do espaço público associadas a determinadas comunidades?

Opções de resposta múltipla (permite selecionar apenas uma opção):

- Sim
- Não
- Não Sabe/Não Responde

**2.6.** Gostaria de explicar melhor os motivos da sua resposta?

(resposta aberta)

**2.7.** Considera que a área da habitação deve ser prioritária no trabalho com população migrante no concelho de Vila Nova de Famalicão?

Opções de resposta múltipla (permite selecionar apenas uma opção):

- Sim
- Não
- Não Sabe/Não Responde

**2.8.** Gostaria de explicar melhor os motivos da sua resposta?

(resposta aberta)

### **3. Emprego, mercado de trabalho e empreendedorismo**

**3.1.** Identificam algumas áreas/setores de atividade que sejam mais empregadores de migrantes no concelho?

Opções de resposta múltipla (permite selecionar apenas uma opção):

- Sim – Quais? (resposta aberta)
- Não
- Não Sabe/Não Responde

**3.2.** Considera que no concelho existe um problema de desemprego/absorção de mão-de-obra de cidadãos estrangeiros no mercado de trabalho?

Opções de resposta múltipla (permite selecionar apenas uma opção):

- Sim
- Não
- Não Sabe/Não Responde

**3.3.** Se respondeu sim à questão anterior, indique por favor as dificuldades/obstáculos específicos com que a população migrante residente no concelho se confronta no acesso ao mercado de trabalho.

Opções de resposta múltipla (permite selecionar mais do que uma opção):

- Desajustamento entre qualificações e atividade profissional
- Desajustamento entre qualificações e remuneração salarial
- Outras razões – Quais? (resposta aberta)
- Não Sabe/Não Responde

**3.4.** Tem conhecimento de iniciativas específicas que promovam a empregabilidade dos imigrantes?

Opções de resposta múltipla (permite selecionar apenas uma opção):

- Sim – Quais? (resposta aberta)
- Não
- Não Sabe/Não Responde

**3.5.** Tem conhecimento de iniciativas específicas que incentivem o empreendedorismo migrante?

Opções de resposta múltipla (permite selecionar apenas uma opção):

- Sim – Quais? (resposta aberta)
- Não
- Não Sabe/Não Responde

**3.6.** Considera que a área do emprego, mercado de trabalho e apoio ao empreendedorismo deve ser prioritária no trabalho com população migrante no concelho de Vila Nova de Famalicão?

Opções de resposta múltipla (permite selecionar apenas uma opção):

- Sim
- Não
- Não Sabe/Não Responde

**3.7.** Gostaria de explicar melhor os motivos da sua resposta?

(resposta aberta)

#### **4. Educação, Formação e Língua Portuguesa**

**4.1.** Qual é a sua perceção sobre o nível de conhecimento / domínio médio da língua portuguesa por parte da população migrante residente em Vila Nova de Famalicão (excluindo os oriundos do Brasil e de PALOPs)?

Opções de resposta múltipla (permite selecionar apenas uma opção):

- Muito bom
- Bom
- Suficiente
- Fraco
- Nulo
- Não Sabe/Não Responde

**4.2.** Como caracteriza a situação dos cidadãos migrantes residentes no concelho no que diz respeito a:

Opções de resposta múltipla (permite selecionar apenas uma opção por item):

	Mau	Insuficiente	Médio	Bom	Muito Bom	NS/NR
Processo de reconhecimento/ equivalência de habilitações						
Acesso a cursos de Língua Portuguesa – para adultos						
Acesso a cursos de Língua Portuguesa – para crianças e jovens (ensino escolar)						
Acesso ao sistema de ensino e formação português						
Acesso a formação profissional						
Acesso a apoios específicos na área da educação e formação (ex. bolsas de estudos)						

**4.3.** Na sua perceção, existe em geral informação traduzida noutras línguas para cidadãos que não falem português em serviços públicos e noutro tipo de instituições, públicas e privadas, com atendimento ao público?

Opções de resposta múltipla (permite seleccionar apenas uma opção):

- Sim
- Não
- Não Sabe/Não Responde

**4.4.** Na sua perceção, existem problemas de inserção de filhos de migrantes nas escolas?

Opções de resposta múltipla (permite seleccionar apenas uma opção):

- Sim – Quais? (resposta aberta)
- Não
- Não Sabe/Não Responde

**4.5.** Considera que a área da educação, formação e língua portuguesa deve ser prioritária no trabalho com população migrante no concelho de Vila Nova de Famalicão?

Opções de resposta múltipla (permite seleccionar apenas uma opção):

- Sim
- Não
- Não Sabe/Não Responde

**4.6.** Gostaria de explicar melhor os motivos da sua resposta?

(resposta aberta)

## **5. Saúde, solidariedade e respostas sociais**

**5.1.** Como caracteriza a situação dos cidadãos migrantes que residem no concelho no que diz respeito a:

Opções de resposta múltipla (permite seleccionar apenas uma opção por item):

	Mau	Insuficiente	Médio	Bom	Muito Bom	NS/NR
Acesso a cuidados primários de saúde						
Acesso a cuidados hospitalares						
Acesso a cuidados paliativos						
Acesso a benefícios sociais pecuniários						
Acesso a respostas sociais (equipamentos sociais)						
Acesso a informação (útil à sua integração)						
Qualidade do atendimento em serviços /instituições de saúde						
Qualidade do atendimento em serviços /instituições prestadores de cuidados sociais						
Facilidade de conhecimento de regras de acesso aos serviços (incluindo informação traduzida para outras línguas)						

**5.2.** Na sua perceção, os funcionários que trabalham em instituições de saúde, solidariedade e respostas sociais têm competências que lhes permitam dialogar com cidadãos migrantes que não falem português?

Opções de resposta múltipla (permite seleccionar apenas uma opção):

- Sim
- Não
- Não Sabe/Não Responde

**5.3.** Em caso positivo, poderia especificar melhor as áreas, dentro do domínio da saúde, solidariedade e respostas sociais, em que considera que este tipo de competências linguísticas são mais fortes?

(resposta aberta)

**5.4.** Tem conhecimento de situações de discriminação nos sistemas de saúde e protecção social portugueses para com cidadãos migrantes no concelho de Vila Nova de Famalicão?

Opções de resposta múltipla (permite seleccionar apenas uma opção):

- Sim
- Não
- Não Sabe/Não Responde

**5.5.** Poderia especificar melhor as situações/contextos que justificam a sua resposta positiva à questão anterior?

(resposta aberta)

**5.6.** Na sua perceção, existem problemas “sociais” específicos entre os imigrantes residentes no concelho?

Opções de resposta múltipla (permite seleccionar apenas uma opção):

- Sim – quais?
- Não
- Não Sabe/Não Responde

**5.7.** Considera que a área da saúde, solidariedade e respostas sociais deve ser prioritária no trabalho com população migrante no concelho de Vila Nova de Famalicão?

Opções de resposta múltipla (permite selecionar apenas uma opção):

- Sim
- Não
- Não Sabe/Não Responde

**5.8.** Gostaria de explicar melhor os motivos da sua resposta?

(resposta aberta)

## **6. Cultura**

**6.1.** Tem conhecimento de iniciativas culturais promovidas e ou especificamente dirigidas a comunidade de imigrantes em Vila Nova de Famalicão

Opções de resposta múltipla (permite selecionar apenas uma opção):

- Sim – quais?
- Não
- Não Sabe/Não Responde

**6.2.** Na sua perceção, Vila Nova de Famalicão dispõe atualmente de uma oferta cultural diversificada e inter/multicultural?

Opções de resposta múltipla (permite selecionar apenas uma opção):

- Sim
- Não
- Não Sabe/Não Responde

**6.3.** Gostaria de explicar melhor os motivos da sua resposta?

(resposta aberta)

**6.4.** Na sua perceção, os imigrantes participam geralmente nas atividades culturais no concelho, seja intervindo ativamente ou apenas assistindo?

Opções de resposta múltipla (permite selecionar apenas uma opção):

- Sim
- Não
- Não Sabe/Não Responde

**6.5.** Gostaria de explicar melhor os motivos da sua resposta?

(resposta aberta)

**6.6.** Considera que a área da cultura deve ser prioritária no trabalho com população migrante no concelho de Vila Nova de Famalicão?

Opções de resposta múltipla (permite selecionar apenas uma opção):

- Sim
- Não
- Não Sabe/Não Responde

**6.7.** Gostaria de explicar melhor os motivos da sua resposta?

(resposta aberta)

## **7. Religião**

**7.1.** Na sua perceção, existem lugares de culto próximos e adequados à prática religiosa das comunidades migrantes residentes no concelho?

Opções de resposta múltipla (permite selecionar apenas uma opção):

- Sim
- Não
- Não Sabe/Não Responde

**7.2.** Gostaria de explicar melhor os motivos da sua resposta?

(resposta aberta)

**7.3.** Na sua perceção, existem fenómenos de preconceitos ou de discriminação associados aos cultos religiosos das comunidades migrantes residentes no concelho?

Opções de resposta múltipla (permite selecionar apenas uma opção):

- Sim
- Não
- Não Sabe/Não Responde

**7.4.** Gostaria de explicar melhor os motivos da sua resposta?

(resposta aberta)

**7.5.** Tem conhecimento de eventos de diálogo inter-religioso que se realizem ou já se tenham realizado em Vila Nova de Famalicão?

Opções de resposta múltipla (permite selecionar apenas uma opção):

- Sim – Quais?
- Não
- Não Sabe/Não Responde

**7.6.** Considera que a área da religião deve ser prioritária no trabalho com população migrante no concelho de Vila Nova de Famalicão?

Opções de resposta múltipla (permite selecionar apenas uma opção):

- Sim
- Não
- Não Sabe/Não Responde

**7.7.** Gostaria de explicar melhor os motivos da sua resposta?

(resposta aberta)

**8. Cidadania e participação cívica**

**8.1.** Como caracteriza a situação dos cidadãos migrantes que residem no concelho no que diz respeito a:

Opções de resposta múltipla (permite selecionar apenas uma opção por item):

	Mau	Insuficiente	Médio	Bom	Muito Bom	NS/NR
Informação sobre o sistema eleitoral português						
Conhecimento sobre a forma como os partidos políticos nacionais se posicionam relativamente ao tema da imigração em Portugal						
Informação sobre os mecanismos de adesão a um partido político em Portugal						

	Mau	Insuficiente	Médio	Bom	Muito Bom	NS/NR
Conhecimento sobre a forma como os partidos políticos locais se posicionam relativamente ao tema imigração no concelho						
Informação sobre os mecanismos de adesão a uma associação em Portugal						
Informação sobre os mecanismos de criação de uma associação em Portugal						

**8.2.** Tem conhecimento de associações de imigrantes sedeadas ou que atuem no concelho?

Opções de resposta múltipla (permite selecionar apenas uma opção):

- Sim – Quais?
- Não
- Não Sabe/Não Responde

**8.3.** Tem conhecimento se existem grupos mais informais ligados a comunidades imigrantes no concelho?

Opções de resposta múltipla (permite selecionar apenas uma opção):

- Sim – Quais?
- Não
- Não Sabe/Não Responde

**8.4.** Na sua perceção, a população imigrante residente no concelho geralmente envolve-se no tecido associativo local (cultural, desportivo, social...) e/ou participa na vida política local?

Opções de resposta múltipla (permite selecionar apenas uma opção):

- Sim – Em que atividades, associações, partidos políticos?
- Não
- Não Sabe/Não Responde

**8.5.** Gostaria de explicar melhor os motivos da sua resposta?

(resposta aberta)

**8.6.** Considera que a área da cidadania e participação cívica deve ser prioritária no trabalho com população migrante no concelho de Vila Nova de Famalicão?

Opções de resposta múltipla (permite selecionar apenas uma opção):

- Sim
- Não
- Não Sabe/Não Responde

**8.7.** Gostaria de explicar melhor os motivos da sua resposta?

(resposta aberta)

**9. Racismo e discriminação**

**9.1.** Tem conhecimento de situações de racismo e discriminação em relação a migrantes (meio laboral, escolas, comunidade)?

Opções de resposta múltipla (permite selecionar apenas uma opção):

- Sim – Quais?
- Não
- Não Sabe/Não Responde

**9.2.** Tem conhecimento se existem ou já existiram iniciativas de sensibilização e combate ao racismo e discriminação no concelho?

Opções de resposta múltipla (permite selecionar apenas uma opção):

- Sim – Quais?
- Não
- Não Sabe/Não Responde

**9.3.** Considera que a área do racismo e da discriminação deve ser prioritária no trabalho com população migrante no concelho de Vila Nova de Famalicão?

Opções de resposta múltipla (permite selecionar apenas uma opção):

- Sim
- Não
- Não Sabe/Não Responde

**9.4.** Gostaria de explicar melhor os motivos da sua resposta?

(resposta aberta)

## **10. *Media* e sensibilização da opinião pública**

**10.1.** Na sua perceção há uma presença das comunidades migrantes na comunicação social local (notícias relacionadas, espaço de divulgação de iniciativas próprias...)?

Opções de resposta múltipla (permite selecionar apenas uma opção):

- Sim
- Não
- Não Sabe/Não Responde

**10.2.** Gostaria de explicar melhor os motivos da sua resposta?

(resposta aberta)

**10.3.** Tem conhecimento de mecanismos de comunicação próprios de algumas comunidades migrantes no concelho (jornais, rádios, blogs, páginas em redes sociais...)?

Opções de resposta múltipla (permite selecionar apenas uma opção):

- Sim – Quais?
- Não
- Não Sabe/Não Responde

**10.4.** Considera que a área dos *media* e da sensibilização da opinião pública deve ser prioritária no trabalho com população migrante no concelho de Vila Nova de Famalicão?

Opções de resposta múltipla (permite selecionar apenas uma opção):

- Sim
- Não
- Não Sabe/Não Responde

**10.5.** Gostaria de explicar melhor os motivos da sua resposta?

(resposta aberta)

## **11. Sugestões Finais**

Para concluir, convidamo-lo a identificar os principais problemas e intervenções necessários no domínio do acolhimento e integração de migrantes no concelho de Vila Nova de Famalicão.

**11.1.** Identifique os problemas que considere serem os mais relevantes para a população migrante residente no concelho de Vila Nova de Famalicão.

(resposta aberta – máximo 6)

**11.2.** Face aos problemas identificados, existe alguma ação, projeto ou intervenção que considerem relevante implementar no âmbito do PMIM VNF - Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Vila Nova de Famalicão?

(resposta aberta – máximo 6)

**11.3.** Gostaria de acrescentar mais algum aspeto relativamente à problemática do acolhimento e integração de migrantes no concelho de Vila Nova de Famalicão?

- Sim – (resposta aberta)
- Não
- Não Sabe/Não Responde

## **12. Caracterização da instituição**

**12.1.** Qual a designação da sua organização/instituição/entidade?

(resposta aberta)

**12.2.** Qual a função que desempenha na sua organização/instituição/entidade?

(resposta aberta)

**12.3.** A sua organização/instituição/entidade trabalha diretamente com população migrante?

Opções de resposta múltipla (permite selecionar apenas uma opção):

- Sim
- Não
- Não Sabe/Não Responde

**12.4.** Se respondeu sim, por favor indique em que domínios a sua organização/ instituição/ entidade trabalha diretamente com população migrante

Opções de resposta múltipla (permite selecionar mais do que uma opção):

- Urbanismo e habitação
- Mercado de trabalho e empreendedorismo
- Educação, formação e língua portuguesa
- Saúde, solidariedade e respostas sociais
- Cultura
- Religião
- Cidadania e participação cívica
- Racismo e discriminação
- Relações internacionais
- *Media* / comunicação social
- Outra – Qual? (resposta aberta)
- Não Sabe/Não Responde

**12.5.** Qual a pertinência e a relevância que atribui à elaboração do PMIM VNF - Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Vila Nova de Famalicão?

Opções de resposta múltipla (permite selecionar apenas uma opção):

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Irrelevante
- Não Sabe/Não Responde

**12.6.** Gostaria de explicar melhor os motivos da sua resposta?

(resposta aberta)

**12.7.** Estaria disponível para continuar a colaborar na elaboração do PMIM VNF - Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Vila Nova de Famalicão?

Opções de resposta múltipla (permite seleccionar apenas uma opção):

- Sim
- Não
- Não Sabe/Não Responde

Em caso positivo, poderia partilhar os seus contactos (nome, telemóvel, email)?

## ANEXO 3 – LISTAGEM DAS ENTIDADES AUSCULTADAS NO ÂMBITO DA ELABORAÇÃO DO PMIM VNF

### Entidades entrevistadas (julho a dezembro 2021):

- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão / Sofia Machado Fernandes
- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão / Paula Dourado
- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão-CLAIM / Sandra Teixeira
- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão / Ademar Carvalho
- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão / Domingos Sousa
- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão / Ana Tsou
- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão / Cláudia Costa
- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão / Nelson Pereira
- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão / Joana Veloso
- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão / Céu Castro
- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão / Regina Matos
- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão / Francisco Jorge
- Núcleo executivo do CLAS / Isabel Vieira, Ademar Carvalho, Cláudia Costa, Ana Carvalho, Margarida Fernandes, José Maria Carneiro Costa
- Engenho - Associação de Desenvolvimento Local do Vale do Este / Manuel Augusto de Araújo, Lucinda Lopes e Ana Carvalho
- ACIF - Associação Comercial e Industrial de VNF / Xavier Ferreira e Ana Campos
- Leader Group / Alexandra Gonçalves
- Multipessoal / Selma Linhares e Sandra Russo
- Adecco / Rafaela Silva, Mónica e Cristiana Sousa
- Seara / António Barbosa e Marlene
- CMW / Isabel Ferreira
- Escola Secundária Camilo Castelo Branco-Cursos Português Língua de Acolhimento / Lurdes Oliveira, Helena Rangel e Lúcia Moreira
- AIM - Associação de Integração Multicultural / Komlan Gnamatsi e Taciana Flores
- PSI ON - Associação para a Educação, Desenvolvimento e Intervenção / Camila Neto
- Junta de Freguesia de Oliveira de São Mateus
- União de Freguesias de Antas e Abade de Vermoim
- União de Freguesias de Esmoriz e Cabeçudos
- União de Freguesias S. Miguel e S. Paio (Seide)
- Junta de Freguesia de Lousado
- União de Freguesias de Antas e Abade de Vermoim
- Junta de Freguesia de Landim
- Junta de Freguesia de Ribeirão
- Junta de Freguesia de Vale São Martinho
- Junta de Freguesia de Vilarinho das Cambas

**Entidades participantes na reunião da Plataforma de Acompanhamento e Monitorização do PMIM VNF (dezembro 2021):**

- ACES - Agrupamento de Centros de Saúde Ave Famalicão / Sameiro Costa
- Polícia de Segurança Pública / Joaquim de Araújo Silva
- Guarda Nacional Republicana de Vila Nova de Famalicão / Paulo Magalhães
- Instituto de Emprego e Formação Profissional - Centro Emprego de Vila Nova de Famalicão / David Ferreira e João Carlos Silva
- Autoridade para as Condições no Trabalho - Delegação Regional / Miguel B. Costa
- Associação de Moradores das Lameiras / Fernanda Portela
- Agrupamento Escolar Camilo Castelo Branco / Carla Coelho
- Agrupamento Escolar D. Maria II / Celestino Paulo Leite Ferreira
- Escola Profissional CIOR / Amadeu Dinis
- PSI ON - Associação para a Educação, Desenvolvimento e Intervenção / Sara Dionisio e Camila Neto
- AIM - Associação de Integração Multicultural / Komlan Gnamatsi

**Entidades participantes nas Ações de Capacitação promovidas pela CMVNF a que a equipa do PMIM VNF assistiu (junho a julho 2021):**

**Sessão “Emprego de Migrantes”**

- Autoridade para as Condições no Trabalho - Delegação Regional / Miguel Costa
- Instituto de Emprego e Formação Profissional - Centro Emprego de Vila Nova de Famalicão / David Ferreira e João Carlos Silva
- Segurança Social - Delegação Braga / Maria Armanda Sousa
- CLDS 4G - Contrato Local de Desenvolvimento Social (ISS/IEFP/CMVNF/Engenho ADL) / Ana Carvalho
- Universidade do Minho / Emília Araújo (docente) e Raquel Carvalho e Maria João Fernandes (alunas estagiárias da Licenciatura em Sociologia)

**Sessão “Acolher e Celebrar”**

- Junta de Freguesia do Ribeirão / Júlia Ferreira
- Junta de Freguesia de Lousado / Olívia Moreira
- Ave Cooperativa de Intervenção Psico-Social, C.R.L / Erica Sampaio e Letícia Nilha
- Centro Social e Paroquial de São Tiago de Antas / Marisa Barroso
- Centro Social de Bairro / Ângela Gomes, Filipa Carneiro e Jacinta Pedrosa
- Infantário do Centro Social do Bairro / Ana Sofia Sá
- Associação de Moradores das Lameiras / Carolina Marinho e Fernanda Portela

**Sessão “Lei da Imigração”**

- Junta de Freguesia do Ribeirão / Júlia Ferreira
- Junta de Freguesia de Lousado / Olívia Moreira
- União de Freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz / Fátima Vale
- Engenho - Associação de Desenvolvimento Local do Vale do Este / Ângela Braga
- Santa Casa da Misericórdia de Vizela (GAAS) / Filipa Pinto e Kevin Pereira
- Agrupamento de Escolas de Gondifelos / Cátia Maia

### Sessão “Educação Intercultural”

- Agrupamento Escolar Dona Maria II / Sérgio Rocha
- Agrupamento Escolar de Pedone / Mariana Mota e Solange Machado
- Agrupamento Escolar Camilo Castelo Branco / Marta Silva
- Agrupamento de Escolas de Gondifelos / Diana Silva
- Escola Básica de Ribeirão / José Carlos Cunha
- Instituto Nacional de Artes do Circo / Juliana Moura
- ACE Escola de Artes de Famalicão / Pedro Barbosa
- Escola Profissional Forave / Cátia Costa
- Centro Social de Bairro / Ângela Gomes
- Centro Social Calendário / Ana Sofia Sá
- Associação de Moradores das Lameiras / Vânia Barbosa

### Entidades respondentes ao inquérito (outubro a novembro 2021):

- Junta de Freguesia de Castelões
- Junta de Freguesia de Louro
- Junta de Freguesia de Vilarinho das Cambas
- Junta de Freguesia de Pousada de Saramagos
- Conservatória de Registo Civil
- Bombeiros Voluntários de Famalicão
- ACIF - Associação Comercial e Industrial de VNF
- Assembleia de Deus Evangélica
- Escola Básica D. Maria II, Gavião, V. N. de Famalicão (Sede do Agrupamento)
- Escola Básica Louro, Mouquim, V. N. de Famalicão
- Jardim de Infância de Eiral, V. N. de Famalicão
- Jardim de Infância de Além Gavião, V. N. de Famalicão
- Escola Básica de Cruz, V. N. de Famalicão
- Escola Básica de Mões de Cima, V. N. de Famalicão
- Escola Básica Integrada de Gondifelos (Sede do Agrupamento)
- Escola Básica de Ribeirão (Sede do Agrupamento)
- Escola Básica N.º 1/JI de Ribeirão
- Escola Básica / Jardim de Infância Valdossos, Fradelos
- Jardim de Infância de Lousado
- Escola Básica / Jardim de Infância das Lameiras, Antas
- Escola Básica / Jardim de Infância Avidos
- Escola Básica Conde S. Cosme, V. N. Famalicão
- Didáxis - Cooperativa de Ensino, CRL
- Cooperativa de Ensino
- Escola Profissional Forave
- Instituto Nacional de Artes do Circo
- APPACDM de Braga - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental
- Associação Gerações - Associação de Educação Solidariedade e Serviços
- ATA - Associação Trabalhadores da ACO
- Centro Social Paroquial de Ribeirão
- Centro Social Paroquial de S. Miguel de Ceide
- Centro Social Paroquial de Vermoim
- Recreio do João - Cooperativa de Solidariedade Social CRL
- An-Dança
- Associação Recreativa Desportiva Lazer Ave (ARDLA)
- Associação Bicicletas Temos Todos - Brufe BTT
- Associação Cultural e Desportiva de Além-Rio
- Associação de Pesca Desportiva Tilias - Landinense
- Associação Desportiva Escola de Wushu Jing-She
- Associação Desportiva Ninense

- Associação Horas Alegres - Tomatubikers
- Associação Teatro Construção
- Casa do Povo de Ribeirão
- Clube Aventura de V. N. de Famalicão
- Clube de Aerodelismo Vale do Ave
- Crescer Além da Dança
- Escola de Atletismo Rosa Oliveira
- Escola de Karaté Shotokan de Delães
- Figueiredo's Runner and Friends
- Gindança - Associação de Ginástica e Dança de Famalicão
- Milho D Ouro - Associação Cultural e Artística de Gavião
- Moto Clube de V. N. de Famalicão
- Operário Futebol Clube
- Ribeirão 1968 Futebol Clube
- União Ninense de Cultura e Recreio
- Associação Arte Lusa
- Pegasus OCR ProTeam
- Clube de Atletismo Afipre Team
- Fecapaf - Federação Concelhia de Associações de Pais de V. N. Famalicão
- USF Terras do Ave
- Associação de Pais de Mões
- Associação de Pais de EB Joane
- Associação de Pais de Delães
- Associação Pais EB 2,3 Júlio Brandão
- Associação para o Desenvolvimento Local Mais Vida
- Engenho - Associação de Desenvolvimento Local do Vale do Este
- Cooperativa Agrícola Fagricoop (Marisa)
- Grupo Desportivo Recreativo da Floresta
- Escola Básica / Jardim de Infância de Oliveira de Santa Maria
- Juventude Alegre de São Paio
- Associação de Artes Marciais de Vila Nova de Famalicão
- Centro Social Cultural de S. Pedro de Bairro
- Associação de Moradores das Lameiras
- Sociedade Columbófila Famalicense
- AIM - Associação de Integração Multicultural
- Associação Desportiva e Cultural de Arnoso S. Eulália
- Associação Desportiva Unificada Famalicense
- Mundos de Vida - Associação para a Educação e Solidariedade
- Casa do Povo de Nine
- Escola Básica de Barranhas, Vilarinho das Cambas
- Associação de Pais JI/EB1 Vilarinho das Cambas
- Associação de Pais de Nine
- Grupo Desportivo do Louro
- Associação Recreativa Cultural de Vale de S. Cosme
- Associação de Pesca Desportiva de Ribeirão
- Núcleo de Árbitros de Futebol de V. N. de Famalicão
- Autoridade para as Condições no Trabalho - Delegação Regional

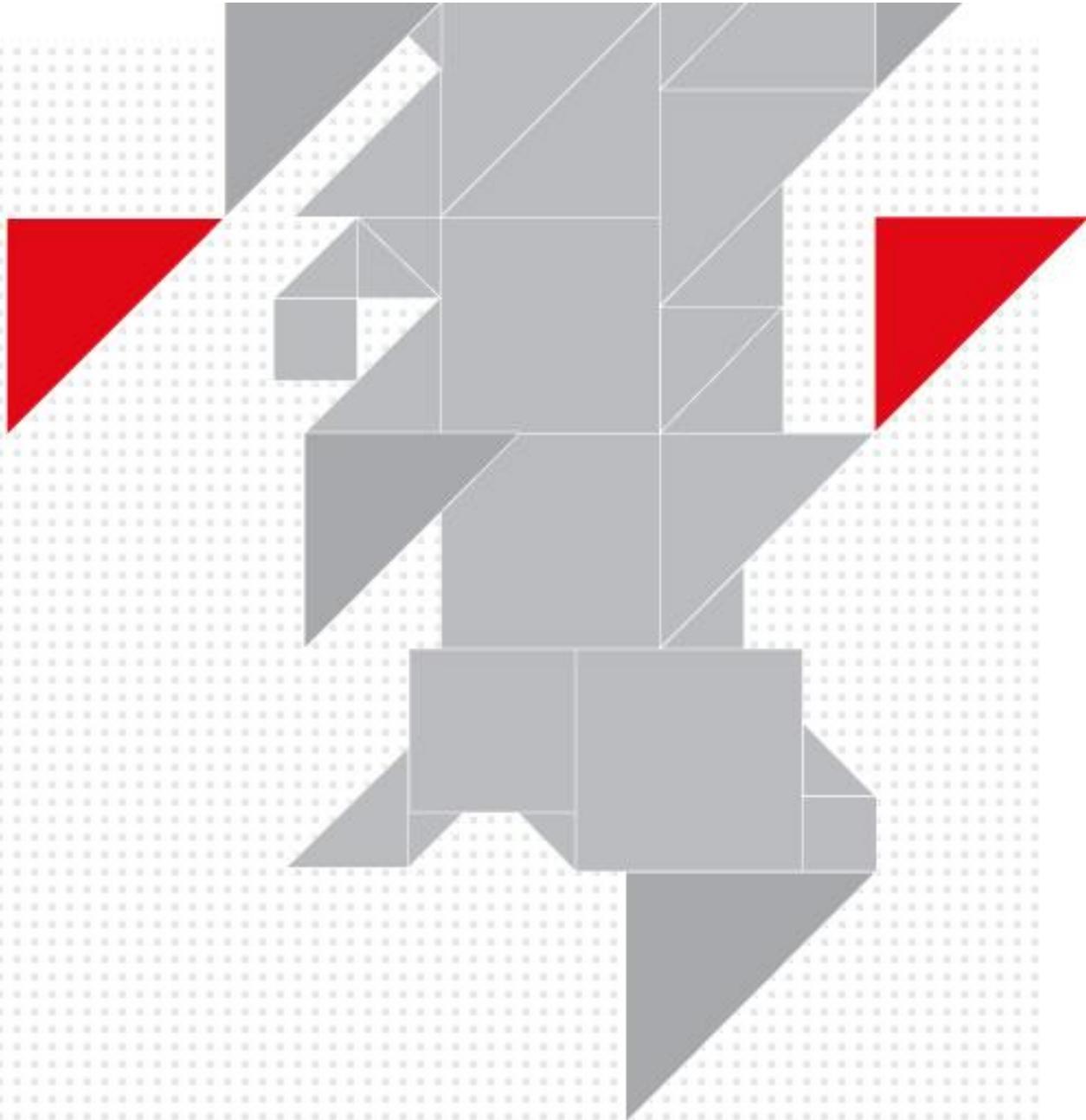
## ANEXO 4 – DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA

### Documentos técnico-científicos, de planeamento e orientação estratégica municipal:

- Diagnóstico Social do concelho (2013)
- PDS – Plano de Desenvolvimento Social (2015-2020).
- Plano Estratégico para a Educação - Projeto Educativo Local (2016)
- PEEM – Plano Estratégico Educativo Municipal de Vila Nova de Famalicão 2017-2025.
- Programa Famalicão Made IN
- Plano Diretor Municipal (2015; em revisão)
- Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (2019)
- Estratégia Local de Habitação (elaboração em curso).
- Plano Estratégico 2014-2025 (2015)
- Plano Municipal para a Igualdade (2016)
- Plano de Reação à Situação Epidémica e de Intervenção Social e Económica (2020)
- Relatório de Sustentabilidade e Responsabilidade Social 2020.
- Estratégia Urbana de Internacionalização - Famalicão Alliance / Diplomacia Urbana para a Internacionalização de Vila Nova de Famalicão. Diagnóstico, Estratégia e Plano de Ação 2017-2018
- Guia de Acolhimento dos Migrantes – Vila Nova de Famalicão (2021)
- Programa ForçaV – Famalicão Voluntário
- Programa Famalicão Comunitário
- Programa B-Smart Famalicão
- Programa “Casa Feliz” – Apoio à Renda
- Projeto CLDS 4G
- Focus group e ações de capacitação desenvolvidos no âmbito da candidatura ao FAMI de capacitação de agentes locais (programa e gravação de sessões)
- Carta Social (GEP- MTSSS)
- Matrizes de resposta aos inquéritos realizados no âmbito do estágio curricular da Universidade do Minho: população emigrante, juntas de freguesia e empresas do concelho de Vila Nova de Famalicão.

**Planos e estratégias de âmbito nacional:**

- Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020
- Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação
- Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género
- Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina
- Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos
- Plano Nacional de Saúde; a Estratégia Nacional para a Deficiência
- Plano Nacional de Formação Financeira
- Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025
- Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações



---

–  
**Matosinhos**

Rua Tomás Ribeiro, nº 412 – 2º  
4450-295 Matosinhos Portugal

Tel (+351) 229 399 150

Fax (+351) 229 399 159

–  
**Lisboa**

Rua Duque de Palmela, nº 25 – 2º  
1250-097 Lisboa Portugal

Tel (+351) 213 513 200

Fax (+351) 213 513 201

–  
**geral@quaternaire.pt**  
**www.quaternaire.pt**

---